



Luiz Henrique de Araújo Dutra

Verdade e Investigação

O problema da verdade na teoria do conhecimento

2a. edição revista

VERDADE E INVESTIGAÇÃO

O PROBLEMA DA VERDADE NA TEORIA DO CONHECIMENTO



Luiz Henrique de Araújo Dutra
editor
www.lhdutra.cfh.ufsc.br
lhdutra@cfh.ufsc.br

Luiz Henrique de Araújo Dutra

VERDADE E INVESTIGAÇÃO

O PROBLEMA DA VERDADE NA TEORIA DO CONHECIMENTO

2ª edição revista

Florianópolis
Edição do autor
2020

© 2020, Luiz Henrique de Araújo Dutra.

ISBN: 978-65-00-09080-2 (papel)

ISBN: 978-65-00-09081-9 (*ebook*)

1ª ed., 2001, Editora Pedagógica e Universitária.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo autor

D978v Dutra, Luiz Henrique de Araújo

Verdade e investigação : o problema da verdade na teoria do conhecimento / Luiz Henrique de Araújo Dutra. 2 ed. rev. – Florianópolis : Edição do autor, 2020.
230p.

Inclui bibliografia

Disponível em: <<http://lhdutra.cfh.ufsc.br>>

ISBN: 978-65-00-09080-2 (papel)

ISBN: 978-65-00-09081-9 (*ebook*)

1. Filosofia. 2. Lógica. 3. Teoria do conhecimento. 4. Verdade. 5. Acordo. 6. Investigação. 7. Pragmática. I. Título.

CDU: 16

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, arquivada ou transmitida por quaisquer meios ou formas para uso comercial sem a prévia autorização por escrito do editor.

Sumário

Prefácio à segunda edição	7
Introdução	11
Capítulo 1	21
Verdade – As teorias clássicas da verdade	
1.1 A teoria da correspondência como <i>congruência</i> – Russell	23
1.2 A teoria da correspondência como <i>correlação</i> – Austin	34
1.3 A teoria semântica – Tarski	42
1.4 Correspondência e verossimilhança – Popper	56
1.5 Verdade e significado – Davidson	62
1.6 Verdade aproximada e adequação empírica – Boyd e van Fraassen	69
1.7 As teorias epistêmicas – pragmatistas e coerentistas	81
Capítulo 2	95
Acordo – Uma concepção alternativa da verdade	
2.1 De que coisa a verdade é uma propriedade? – Algumas possibilidades	96
2.2 As proposições como portadores de verdade – Russell	104
2.3 As sentenças como portadores de verdade – Tarsk	108
2.4 Os enunciados como portadores de verdade – Austin	112

2.5 Sentenças-tipo e ocorrências de sentença	116
2.6 Redundância e eliminação – Ramsey e Quine	124
2.7 Uma reabilitação pragmática dos portadores	132
2.8 A verdade como acordo – uma formulação pragmática	137
2.9 O problema da confirmação	143
2.10 O problema da universalidade	149
 Capítulo 3	 159
Averiguar – Uma análise da pragmática da investigação	
 3.1 O conhecimento como crença verdadeira e justificada	 160
3.2 As teorias da investigação e do método	167
3.3 O domínio da pragmática	176
3.4 Crer e agir	181
3.5 Etapas da investigação	188
3.6 A verdade como ferramenta de investigação	198
3.7 O papel das regras e das convenções	204
3.8 A conformidade da investigação	213
 Referências bibliográficas	 221

Prefácio à segunda edição

Duas décadas depois da primeira edição, este livro ainda tem apelo até mesmo para seu autor. Ele tem sido também repetidamente procurado por professores e alunos interessados no assunto; não encontrando mais o livro nas livrarias (ele está fora de catálogo há anos), esses interessados o têm pedido ao autor. Este livro foi o primeiro numa trajetória de investigação que ainda continua e que se desdobrou em dois outros: *Pragmática da investigação científica* e *Pragmática de modelos*.¹ Algumas das ideias que foram desenvolvidas mais detalhadamente nesses outros livros mais recentes já estavam presentes no primeiro e elas, por assim dizer, amadureceram sem envelhecer ou caducar – pelo menos para o autor –, mas pelo que temos visto também para aqueles que se interessam pelo tema da verdade na lógica e na teoria do conhecimento. A forma do primeiro livro fazia desejarmos uma nova edição. Infelizmente, os recursos técnicos de então na editora que o publicou não eram os melhores.

Além disso, a primeira edição do livro não chegou a se esgotar em virtude de contingências empresariais, não acadêmicas. Embora o livro tenha ficado disponível pela primeira editora por cerca de dez anos, o preço de capa era exorbitante, comprometendo a distribuição e desestimulando o leitor interessado. O grupo editorial que há alguns anos comprou a editora da primeira edição, seus títulos e estoque, optou por retirar o livro de catálogo. E, com isso, o restante da primeira edição foi tirado da distribuição comercial.

A adequação à nova ortografia é um dos aspectos que mereceram renovação, mas é quase irrelevante, de fato, pois foi um trabalho meramente braçal, digamos. Por outro lado a apresen-

¹ Cf., respectivamente, DUTRA, 2020a e 2020b.

tação gráfica agora é de muito melhor qualidade. O texto propriamente ficou mais fluente e legível, embora a grande maioria das modificações tenha sido tópica. Apenas nas notas de rodapé foram feitas alterações mais extensas, envolvendo também referências a outras obras e alguma atualização da bibliografia mais específica sobre os temas principais. Algumas notas mais longas tiveram seu conteúdo incorporado ao texto principal, o que acabou por nos parecer mais apropriado devido ao assunto tratado. Isso também veio a possibilitar uma leitura mais confortável.

Muitas foram as sugestões e críticas de conteúdo que o livro recebeu, algumas delas apontando o fato de que outras teorias da verdade hoje discutidas na literatura especializada foram deixadas de fora de nossas análises, como a teoria de Kripke que, em relação à de Tarski, acarreta vantagens formais importantes. O autor se viu tentado a fazer uma revisão mais profunda no texto e a introduzir modificações maiores, do tipo mencionado, mas duas considerações o demoveram dessa ideia.

Primeiro, embora o conceito de verdade seja o mais central do livro, este não se destina a fazer uma revisão abrangente da literatura sobre o tema, mas a apresentar ao leitor uma visão geral que permita seguir as discussões acerca da noção de acordo e sua relação com a pragmática da investigação. Em segundo lugar, mesmo quando encarado de uma forma mais instrumental, como uma introdução a essa parte da semântica filosófica que trata de noções como verdade, correspondência, coerência e acordo, o livro é mais útil por se concentrar nos aspectos fundamentais dessa problemática, deixando as possíveis discussões de desdobramentos para as obras mais abrangentes ou mais aprofundadas.

Outra possibilidade também considerada foi a de produzir uma versão mais concisa do texto para integrar um capítulo de nosso outro livro, *Filosofia da linguagem*: introdução crítica à semântica filosófica, já que o conceito de verdade pertence a

esse domínio, ao lado do conceito de significação e de outras noções semânticas das quais a filosofia se ocupa.² Mas isso, por sua vez, pareceu diminuir a contribuição que o texto original ainda poderia dar ao tipo de leitor que sempre o procura.

É dessa forma que o livro parece ainda a seu próprio autor merecer publicação, como uma pequena contribuição à reflexão filosófica sobre a verdade e o acordo. Ao longo destes anos todos, desde a publicação original, tivemos oportunidade de interagir com muitos pesquisadores que se interessam pelo tema da verdade, especialmente aqueles que a encaram como um conceito operativo importante para a teoria do conhecimento, mas gostaríamos de mencionar especialmente nosso ex-orientando e agora colega Ivan Ferreira da Cunha, que é uma das pessoas que têm tido um interesse continuado por este livro e que, temos certeza, ficará feliz em ver esta nova edição disponível, inclusive em formato digital.

Agradecemos a este colega por todo o incentivo, assim como ao CNPq, que apoiou as pesquisas iniciadas com este livro e que resultaram nos outros acima mencionados. Gostaríamos também, como sempre, de fazer nosso agradecimento especial a Maria Stella, companheira de tantos anos e que sempre se alegra conosco a cada publicação – como se fosse a primeira.

L. H. de A. Dutra
São Pedro, setembro de 2020.



² Cf. DUTRA, 2017.

Introdução

A verdade é um conceito relativo aos próprios fundamentos da epistemologia e da filosofia da ciência, enquanto disciplinas que estudam o conhecimento humano. O termo ‘epistemologia’ será aqui sempre utilizado como sinônimo de ‘teoria do conhecimento’. A expressão ‘filosofia da ciência’ indica um ramo mais especializado da epistemologia, tomando em consideração o conhecimento produzido nas ciências em geral. A literatura filosófica também traz às vezes a expressão ‘filosofia do conhecimento’, que tomaremos com a mesma significação de ‘epistemologia’ e de ‘teoria do conhecimento’. Como também é usual na literatura, as expressões ‘filosofia da física’, ‘filosofia da matemática’, ‘filosofia da psicologia’ etc. indicarão ramos mais especializados da filosofia da ciência, versando sobre os fundamentos dessas disciplinas.

A noção de verdade é também essencial para a compreensão comum do conhecimento e da investigação. Na epistemologia tradicional, o conhecimento é compreendido como *crença verdadeira e justificada*. Se partirmos apenas dessa concepção, veremos que a epistemologia, enquanto teoria do conhecimento, deve ser socorrida por uma teoria da crença, o que nos remeteria para o domínio da psicologia e da filosofia da mente, por uma teoria da justificação, o que tem sido tema de muitas das obras epistemológicas de todos os tempos, e, por fim, por uma teoria da verdade, o que nos leva aos domínios da lógica e da filosofia da lógica ou, como também se diz às vezes, da lógica filosófica.

A este respeito, Grayling insiste na distinção entre *lógica filosófica* (abrigoando, por exemplo, a lógica modal, a lógica epistêmica etc.) e *filosofia da lógica* (que conteria discussões sobre os fundamentos da lógica propriamente). Esta distinção não é, contudo, considerada muito relevante para diversos autores, para os

quais não há como separar as discussões de um desses domínios daquelas pertencentes ao outro.¹ Por essa razão, vamos utilizar aqui ambas as expressões indistintamente, mas respeitando as convenções já indicadas.

De fato, uma discussão sobre a noção de verdade nos remete ao domínio que também pode ser denominado *semântica filosófica*, que seria distinta da semântica formal, de teorias como a de Tarski, por exemplo. E como a verdade é uma das noções semânticas fundamentais, ao lado da significação, da qual se ocupa a filosofia da linguagem, então também podemos dizer que as teorias da verdade pertencem ao domínio dessa disciplina filosófica, mas justamente quando ela é encarada como uma semântica filosófica e não, por exemplo, como uma teoria dos atos de fala ou como uma teoria mais abrangente sobre a linguagem humana.²

Grande parte da literatura em epistemologia diz respeito a uma *teoria da justificação*, abrigando intermináveis debates entre defensores do fundacionismo, do coerentismo, do naturalismo e de outras posições mais. Na filosofia da ciência, em particular, tais debates se tornaram lugar comum, sobretudo nas discussões do século xx, entre, por exemplo, positivistas lógicos, racionalistas críticos e defensores de outras doutrinas. Em grande medida, tais teorias seriam também *teorias do método* e, algumas vezes, *teorias da investigação científica*. São em menor número, contudo, as *teorias da investigação em geral*. Via de regra, as teorias da investigação científica são vistas mais como teorias empíricas, defendidas por naturalistas, que procuram aproximar a epistemologia da psicologia empírica. Na maioria das vezes, contudo, uma teoria da investigação permanece divorciada de uma teoria da justificação e vice-versa. Um dos objetivos de nossas discussões é o de superar essa dualidade dos

¹ Cf. GRAYLING, 1990.

² Sobre esses pontos, cf. DUTRA, 2017.

empreendimentos tradicionais em epistemologia e filosofia da ciência.

Ainda a este respeito, como também é usual entre os epistemólogos, vamos distinguir as teorias empíricas ou científicas (também ditas, às vezes, descritivas ou *a posteriori*), pertencentes ao domínio das ciências em geral, das teorias analíticas ou conceituais (ou prescritivas, ou *a priori*), encontradas no domínio da filosofia. A demarcação entre filosofia e ciência empírica é, como se sabe, um dos temas clássicos da filosofia da ciência, tendo sido problematizada pelos naturalistas, mas deste assunto não precisamos nos ocupar mais extensamente aqui.³

No que diz respeito à relação entre as *teorias da mente* e as *teorias da verdade*, pouca literatura específica tem sido produzida. Embora seja agora lugar comum dizer que qualquer concepção de conhecimento pressupõe uma concepção da mente humana, o caminho a partir da filosofia da mente e da psicologia ainda não foi explorado, conduzindo a discussões epistemológicas específicas, embora muitos filósofos da mente se deem ao trabalho de incluir em suas discussões os temas epistemológicos.⁴

Mutatis mutandis, o mesmo vale para a noção de verdade. Os lógicos e os filósofos da lógica debatem sobre a verdade e há diversas teorias bastante conhecidas, aceitas e discutidas a este respeito. Mas uma relação mais aprimorada entre as discussões especificamente lógicas e aquelas dos epistemólogos também está em falta. É notória a forma como muitos epistemólogos e filósofos da ciência tomam noções oriundas de certas teorias da verdade – Tarski notadamente foi evocado a esse respeito – e as reinterpretam de modo um tanto simplista e mesmo imediatista

³ Mas cf. QUINE, 1969, especialmente os artigos *Epistemology Naturalized* e *Natural Kinds*; cf. ainda KORNBLITH, 1994.

⁴ Vale citarmos a este respeito DENNETT, 1996a, assim como LACEY, 2001. Cf. ainda DUTRA, 2018a e 2018b.

para que se ajustem às necessidades de suas discussões epistemológicas. Outro objetivo deste livro é o de tentar superar essa distorção.

Uma discussão pormenorizada e aprofundada das concepções de mente e de crença, algo que certamente é necessário e que enriqueceria a própria autocompreensão que os epistemólogos têm de seu campo de estudos, está fora do escopo deste livro, contudo.⁵ Assim, vamos nos ocupar aqui exclusivamente da noção de verdade, procurando ir da lógica para a epistemologia, isto é, enfocando as mais conhecidas teorias da verdade produzidas no domínio da lógica filosófica e aplicadas à epistemologia. Para evitar a simplificação exagerada que, como dissemos, os epistemólogos às vezes fazem quando tomam os resultados das investigações dos lógicos sobre a verdade, vamos procurar analisar com certo detalhe algumas das principais teorias da verdade desenvolvidas no século XX.

O capítulo 1 será dedicado às teorias clássicas da verdade, partindo da teoria da correspondência como congruência, devida a Russell e a Wittgenstein, e discutindo depois outras teorias, como a de Austin, da correspondência como correlação, a teoria semântica de Tarski, algumas interpretações desta última e algumas noções correlatas, como as concepções de verdade aproximada e de adequação empírica. Por fim, discutimos também a teoria da coerência na versão apresentada por Neurath, que pouco espaço tem tido nas obras dos filósofos da lógica.⁶

⁵ Mas *cf.* DUTRA, 2020a, dedicado uma análise mais abrangente e detalhada da pragmática da investigação. *Cf.* ainda o já citado DUTRA, 2018a para uma teoria da mente que inclui aspectos epistemológicos.

⁶ Além de HAACK, 1978, GRAYLING, 1990 e KIRKHAM, 1995, que discutem todas as teorias que serão examinadas neste livro, uma obra mais recente, introdutória e mais geral, é MOSTELLER, 2014. Nas duas últimas décadas, de fato, há muito poucos livros sobre as teorias da verdade.

O capítulo 2 prossegue essas discussões, examinando de início a questão dos portadores de verdade, em especial, os pressupostos metafísicos que estão associados à escolha de determinado portador. Os enunciados, as sentenças e as proposições, além das crenças e das teorias, sem dúvida, são os candidatos mais comuns a portadores da verdade. Discutimos também as teorias da *eliminação* da verdade em duas versões, a mais forte, de Ramsey, da redundância da verdade, e a mais fraca, de Quine, a teoria da *eliminação das aspas* ou teoria descitacional (*disquotational*). A parte final e principal deste capítulo, contudo, é consagrada à apresentação de uma concepção alternativa da verdade fundamentada na noção de acordo e em parte baseada na teoria de Austin. Esta parte final do capítulo já é relativamente construtiva, tratando do tema da verdade em contextos de investigação.

O capítulo 3 se consagra às linhas gerais de uma discussão sobre a investigação, com base na concepção esboçada no capítulo 2. Vamos partir da concepção tradicional de conhecimento como crença verdadeira e justificada e da doutrina comum de que a epistemologia e a filosofia da ciência devem se ocupar do contexto de justificação, devendo deixar de lado – e a cargo da psicologia empírica – as considerações a respeito do contexto de descoberta. Apresentaremos alguns elementos fundamentais de uma análise da pragmática da investigação, procurando mostrar como a noção de verdade como acordo desempenha um papel indispensável e essencial em qualquer tipo de investigação.

Os resultados de nossas discussões, sobretudo nos capítulos 2 e 3, não devem ser encarados nem como uma teoria da verdade propriamente, nem como uma teoria da investigação. São considerações que, a nosso ver, se situam ainda em um nível preliminar, considerações que poderiam ser desenvolvidas em teorias específicas da verdade e da investigação ou em uma teoria epistemológica combinada, tratando da verdade e da investiga-

ção simultaneamente. Assim, nossas discussões apenas procuram revelar aspectos gerais e fundamentais tanto da noção de verdade como da noção de investigação por meio do que denominamos *análise da pragmática da investigação*. Trata-se do empreendimento de analisar situações de investigação, situações-tipo, para constatar os aspectos salientes que, depois, podem ser tratados com mais rigor, profundidade e detalhe pelas teorias específicas da verdade, ou da investigação, ou mesmo da justificação – enfim, pelas teorias do conhecimento.

A razão para essa postura é a de não querermos nos comprometer com nenhuma escola ou tradição epistemológica, embora nossa postura seja influenciada por diversos autores e por algumas dessas escolas, notadamente pelo naturalismo, como ficará claro na leitura dos capítulos a seguir. Não se trata, contudo, de defendermos aqui uma doutrina naturalista em epistemologia, mas apenas de adotarmos uma *atitude naturalista*, isto é, a atitude que procura evitar compromissos definitivos com as teorias epistemológicas conhecidas, para encarar o conhecimento e a investigação como fenômenos sociais e institucionalizados, sujeitos a regras, convenções, compromissos, influências, pressuposições e finalidades fixadas contingencialmente. O compromisso prematuro com uma das escolas epistemológicas pode impedir de analisar mais detidamente – ou mesmo de perceber – outros aspectos do conhecimento humano que talvez não sejam relevantes para aquela escola que estiver sendo seguida. Uma atitude naturalista – ou, talvez, melhor dizendo, *natural* – em face do conhecimento talvez seja mais produtiva. É com esta postura que pretendemos levar as discussões dos capítulos a seguir.

Como vamos procurar pôr em evidência nas discussões que faremos das teorias da verdade conhecidas, há muitas pressuposições de ordem metafísica que são feitas por seus defensores. Tais compromissos metafísicos, por si, não são encarados aqui negativamente, a não ser no mesmo sentido em que, acima, nos

referimos às teorias epistemológicas. O compromisso precipitado com determinada teoria metafísica também pode impedir de dar atenção a outros aspectos que nosso conhecimento possa guardar com o mundo a nossa volta. A mesma atitude naturalista ou natural sugere que não podemos eliminar completamente a metafísica, tal como muitos projetos epistemológicos eminentes tentaram em vão, devemos enfatizar, sendo que o positivismo lógico é certamente o exemplo mais expressivo disso. Assim como não desejamos, portanto, eliminar as noções epistemológicas, também não desejamos eliminar as noções metafísicas, mas apenas procurar um modo crítico e não precipitado de lidar com elas.

Não estamos com isso querendo nos colocar na posição ingênua de achar que é possível praticar um tipo de sincretismo ou ecletismo epistemológico e metafísico. Muitas considerações dos epistemólogos e dos metafísicos serão com certeza vistas com bons olhos, mas do ponto de vista naturalista que procura ater-se a uma análise da pragmática da investigação. Trata-se de utilizar algumas noções oriundas da epistemologia e da metafísica, mas sem pretender chegar a uma nova teoria e sim apenas com o objetivo mais modesto de discutir os elementos mais salientes que parecem estar presentes em toda investigação.

Falar do conhecimento, da investigação e da verdade, como pretendemos fazer nos capítulos a seguir, é forçosamente falar da relação do homem com o mundo que o rodeia, dentro do qual ele se encontra e do qual ele é parte integrante. Portanto, em certa medida, é inevitável entrar nas discussões a respeito do próprio mundo, tal como fica claro em algumas teorias da verdade. E, do mesmo modo, quando tratamos das teorias da verdade, é também inevitável falarmos da linguagem. Por outro lado, ao discutirmos a investigação, é forçoso falarmos novamente do mundo e da linguagem, além da própria ação humana, já que não há investigação sobre o mundo que não se faça mediante instrumentos linguísticos e por meio de práticas e pro-

cedimentos socialmente estabelecidos. O conhecimento é produzido quando agimos de determinadas formas; ele é, pois, fruto de nosso comportamento. A linguagem que utilizamos e a imagem que temos do mundo são permanentemente operativas nesse processo cognitivo. Em particular, o foco de nossa atenção vai ser o papel instrumental que a noção de verdade desempenha na investigação. Deste modo, é inevitável termos de nos mover nesse emaranhado de concepções lógicas, metafísicas e psicológicas. O que pretendemos, em resumo, é fazer isso com o máximo possível de isenção em relação às doutrinas nesses domínios, isto é, sem termos de nos comprometer precipitada e definitivamente com alguma delas.

Este livro se destina, portanto, àqueles que desejam fazer contato com uma discussão sobre o conhecimento que leve em conta as relações da epistemologia com os domínios da lógica e da metafísica. É neste sentido que entendemos que se trata de um estudo sobre os fundamentos da epistemologia. Embora isso pareça ambicioso, de fato, o objetivo é razoavelmente modesto e se restringe a examinarmos algumas influências das teorias da verdade sobre a epistemologia e, a partir disso, procurarmos ver como poderíamos utilizar tais influências em proveito da própria epistemologia. A isso se restringe a parte construtiva e, podemos dizer, original do livro.

A noção de verdade como acordo que apresentaremos no capítulo 2 está intimamente associada à ideia de pragmática da investigação, que será discutida no capítulo 3 em relação a algumas de suas características fundamentais.⁷ De maneira geral, podemos dizer que uma análise da pragmática da investigação é um relato de como se passam as coisas em uma investigação qualquer. Isso pressupõe, obviamente, que há certos elementos característicos que podem ser encontrados em qualquer investi-

⁷ Cf. DUTRA, 1999 e 2000a, cap. 5, assim como DUTRA, 2020a e 2020b.

gação. Esses elementos, por sua vez, são fatos do comportamento humano. De fato, a investigação em geral – e não apenas a investigação científica – será enfocada como uma forma de ação ou de comportamento voltado para um fim. Isso pressupõe a descrição de um contexto em que se dá a investigação e o papel nele desempenhado por algumas ferramentas metodológicas, entre elas a noção de verdade.

Embora não estejamos pretendendo generalizar a partir de práticas particulares de investigação para chegarmos a uma concepção geral da investigação, achamos que há mais que mera semelhança de família entre as diversas atividades investigativas que conhecemos, como a própria investigação científica, a investigação policial, o jornalismo investigativo, a investigação nas humanidades, inclusive na filosofia e também na lógica, na matemática, assim como em outras esferas, como nas técnicas e em atividades que, à primeira vista, não tomaríamos como eminentemente investigativas, como a religião e o Direito. A nosso ver, contudo, em todas elas podemos encontrar certos elementos fundamentais da investigação que podem ser revelados por uma análise da pragmática da investigação.

O que pretendemos é primeiro caracterizar a investigação como uma forma especial de comportamento e então identificarmos isso em algumas das atividades investigativas mais conhecidas, como a investigação científica e a investigação policial, que são as atividades que, a nosso ver, particularmente se prestam a esse fim, dado o papel que nelas desempenham certos sistemas de regras e a saliência da prática de averiguação de hipóteses. Vale então repetirmos Peirce, tomando suas palavras em um sentido que elucidaremos adiante e que podem servir de lema para este livro: *a verdade é a finalidade da investigação*.

Um detalhe técnico precisa ser explicado aqui logo de início. As aspas simples serão utilizadas para mencionarmos sentenças e termos (partes de sentenças, como palavras) e as aspas duplas serão utilizadas para mencionarmos proferimentos ou enuncia-

dos, isto é, ocasiões em que uma sentença de determinada língua é utilizada. Acreditamos que esta convenção ajude um pouco na compreensão de determinadas passagens e esperamos tê-la respeitado ao longo do texto todo, havendo uma única exceção no caso de uma citação dentro de outra, quando as aspas duplas são utilizadas primeiro e, no interior da primeira citação, empregamos as aspas simples. As aspas duplas também são utilizadas para reproduzir passagens breves, como é usual e prescrito pela ABNT, estando o texto desta edição em conformidade com suas normas técnicas nos demais aspectos.



VERDADE

As teorias clássicas da verdade

A concepção da verdade como correspondência, à primeira vista, é aquela que está mais próxima da noção comum pré-teórica de verdade. Ela é apresentada por diversos filósofos, remontando ao *Sofista*, de Platão, e à *Metafísica*, de Aristóteles. Entre os autores modernos, podemos encontrá-la em Locke, no *Ensaio sobre o entendimento humano*. Especialmente a respeito da máxima de Aristóteles, sempre repetida:

dizer do que é que ele não é, ou do que não é que ele é, é falso, ao passo que dizer do que é que ele é, e do que não é que ele não é, é verdadeiro,¹

vale lembrarmos que ela não deve ser interpretada necessariamente como uma definição correspondencial da verdade.² É significativo que Tarski a lembre, ao apresentar sua teoria semântica, para dizer que esta captou melhor que as teorias da correspondência o sentido daquela máxima.³

Entre estas, contudo, há duas teorias que mais se notabilizaram por defender a concepção da verdade como correspondência e argumentar que esta última não apenas torna compreensí-

¹ *Metafísica*, livro IV (Γ), 7, 24s. Cf., por exemplo, ARISTÓTELES, 1995, p. 3438.

² Kirkham afirma, contudo, que a máxima de Aristóteles expressa a primeira formulação da concepção de correspondência como *correlação*, antecipando, assim, a teoria de Austin; cf. KIRKHAM, 1995, p.119.

³ Cf. TARSKI, 1970, p. 15.

vel aquela máxima aristotélica, mas nos esclarece suficientemente sobre a significação do termo 'verdadeiro'. A primeira dessas teorias foi defendida por Wittgenstein, no *Tractatus*, e por Russell no período em que estes autores sustentaram a doutrina do atomismo lógico, compreendendo a verdade como correspondência entre proposições e fatos e explicando a correspondência como congruência ou similaridade de estrutura entre aquelas e estes. A segunda teoria da correspondência, devida a Austin, explica a correspondência em termos de correlações entre convenções descritivas (que relacionam palavras com tipos de situações) e convenções demonstrativas (que relacionam palavras com situações específicas).

Nas duas primeiras seções, vamos expor os pontos fundamentais dessas duas teorias, tentando avaliar suas vantagens e dificuldades, começando pela primeira, na versão de Russell, uma vez que, ao contrário de Wittgenstein, ele se interessou pela dimensão epistemológica da discussão sobre a verdade. As demais seções serão consagradas a outras teorias clássicas da verdade, como a teoria semântica de Tarski e algumas abordagens que supostamente a pressupõem, como aquelas de Popper e de Davidson. Outra seção se consagra às noções de verdade aproximada, de Richard Boyd, e de adequação empírica, de Bas van Fraassen, que normalmente são vistas como noções derivadas da concepção correspondencial da verdade. A última seção é dedicada às teorias da coerência e às teorias pragmatistas da verdade, conjuntamente, a partir da elaboração feita por Otto Neurath. As teorias eliminativas da verdade (redundância, de Ramsey, e descitacional, de Quine) serão comentadas no próximo capítulo, depois de tratarmos especificamente da questão dos portadores da verdade.

1.1 A teoria da correspondência como *congruência* – Russell

1.1.1 Verdade, crença e fato

Em 1912, em *The Problems of Philosophy*, Russell já aborda o tema da verdade e apresenta uma definição correspondencial de verdade e falsidade. Ele diz:

Assim, uma crença é *verdadeira* quando *corresponde* a certo complexo associado e *falsa* quando não corresponde. Para ser mais preciso, supondo que os objetos da crença sejam dois termos e uma relação, sendo os termos colocados em determinada ordem pelo ‘sentido’ do ato de crer então se os dois termos naquela ordem estão unidos pela relação em um complexo, a crença é verdadeira; se não, ela é falsa.⁴

O exemplo utilizado por Russell é a crença de Otelo de que Desdêmona ama Cássio. Estes dois últimos são os termos unidos pela relação cujo *sentido* é Desdêmona amar Cássio, uma ordem que tem de ser a mesma na unidade complexa em que isso consiste e na crença para que esta seja verdadeira. Neste caso, diz Russell, esta unidade complexa é denominada *o fato que corresponde à crença*.⁵ É neste sentido que a verdade pode então ser definida como a correspondência entre crença e fato.

Esta primeira explicação de Russell atende a três requisitos que ele mesmo formula.⁶ Primeiramente, uma teoria sobre a verdade deve admitir como oposto desta última a falsidade. Em segundo lugar, verdade e falsidade devem ser compreendidas como propriedades de crenças ou enunciados. Finalmente, elas são propriedades que dependem de algo que se situa fora da própria crença.

⁴ RUSSELL, 1980, p. 74.

⁵ Cf. RUSSELL, 1980, p. 75.

⁶ Cf. RUSSELL, 1980, p. 70.

A razão para impor esses requisitos fica clara nos comentários subsequentes de Russell contra as teorias da coerência. Estas últimas apresentam dois defeitos principais: (a) não permitem discernir entre hipóteses alternativas, ambas coerentes, e, assim, entre ficção e realidade, e (b) o fato de assumirem tais teorias da coerência o princípio de não contradição, que é, por sua vez, considerado verdadeiro com base na mesma noção de coerência. Ao fornecer as ferramentas para testar a coerência, as leis da lógica – entre elas o princípio de não contradição – não poderiam ser estabelecidas por esses mesmos meios.

Embora seja algo bem conhecido, vale lembrarmos que o princípio de não contradição (juntamente com os princípios de identidade e do terceiro excluído), desde Aristóteles, tem sido considerado uma das leis fundamentais do pensamento, tendo recebido diversas formulações. Na lógica moderna, ele está expresso no teorema $\neg (p \ \& \ \neg p)$, cuja interpretação comum é a de que, para que uma teoria ou sistema seja consistente, não pode permitir derivar uma proposição (p) e sua contraditória ($\neg p$). O argumento de Russell contra as teorias da coerência, explicado mais longamente, seria então o seguinte: a noção de coerência deriva da noção lógica de consistência, pressupondo, portanto, o princípio de não contradição; este, por sua vez, já pressupõe as noções de verdade e falsidade; como os defensores das teorias da coerência desejam definir a verdade com base na coerência e, por conseguinte, consistência, entre crenças ou proposições, seu raciocínio seria circular, sendo, assim, inaceitável para Russell. Entretanto, os adeptos das teorias da coerência não encaram o problema deste modo.⁷

Segundo Russell, uma teoria adequada sobre a noção de verdade deve nos permitir saber em quais circunstâncias o que dizemos do mundo é o caso; por isso a verdade não pode ser uma propriedade intrínseca de nossas crenças, mas tem de depender

⁷ Cf. nossa discussão abaixo, na seção 1.7 deste capítulo.

de algum fator externo. Admitindo que isso possa falhar, a verdade tem de ser correlativa à falsidade. Nossas crenças são nossos atos de juízo sobre o mundo e por isso a crença é o adequado portador de verdade; isto é, as crenças é que podem ou não corresponder aos fatos.

Russell retoma essa mesma noção de correspondência em suas conferências de 1918, das quais resultou o texto *The Philosophy of Logical Atomism*, que oferece uma análise muito mais extensa e detalhada do assunto. Para lidar com o problema semântico da relação entre proposições e fatos, este autor avança diversas teses e examina alguns dos problemas metafísicos ou ontológicos mais polêmicos que com elas estão relacionados. A tese principal defendida por ele é a de que o mundo é constituído de átomos lógicos, por exemplo, coisas particulares ou individuais, contrariando a doutrina monista de fundo hegeliano que gozava de certa aceitação e que ele queria combater. Tais átomos lógicos seriam o resíduo resultante de uma análise lógica – não física – do mundo. Se pensarmos nos constituintes últimos com os quais elaboramos nossa visão do mundo, diz Russell, tais átomos lógicos serão, por exemplo, fragmentos da experiência, de cor ou som, mas também predicados e relações.⁸

Russell retoma a ideia da relação entre crenças e fatos e diz que o mundo contém fatos, que são aquele gênero de coisas que tornam as proposições verdadeiras ou falsas. A razão disso é que, para ele, os fatos são exatamente aquilo que uma sentença expressa. Os fatos são o que percebemos e as proposições, aquilo em que acreditamos. Mas as crenças são também fatos, diz Russell, ou seja, fatos de natureza mental, aqueles únicos fatos que podem ser verdadeiros ou falsos, ao contrário de todos os outros fatos, que não o podem.⁹

⁸ Cf. RUSSELL, 1992, p. 179.

⁹ Cf. RUSSELL, 1992, p. 227.

1.1.2 Tipos de fatos

Para ir um pouco além dos truísmos que – reconhecidos por ele mesmo – Russell enuncia, ele procura apresentar uma *tipologia dos fatos*. Em primeiro lugar, diz ele, existem fatos gerais tanto quanto fatos particulares. Este ponto é de aceitação mais fácil, uma vez que um inventário exaustivo do mundo, relatando fatos particulares, ainda seria incompleto se não acrescentássemos pelo menos, ao final, que aqueles são todos os fatos particulares existentes, o que é, por sua vez, um fato geral. Tal fato expresso em uma proposição geral tem de ser conhecido diretamente e não por indução, a partir de fatos particulares, como poderíamos pensar.¹⁰ A concepção comum é de que inferimos indutivamente uma proposição universal (um tipo de proposição geral), como ‘todos os cisnes são brancos’, de proposições particulares, como ‘este cisne é branco’, ‘aquele cisne é branco’ etc.

Normalmente, na literatura filosófica, desde Hume até Popper e os positivistas lógicos, diz-se que o problema com as inferências indutivas é que mesmo todas as premissas (sendo elas proposições particulares) sejam verdadeiras, nem por isso a conclusão (que é uma proposição universal) é necessariamente verdadeira, como reza a lógica clássica com respeito à validade dos argumentos. O argumento de Russell é, todavia, de outro tipo, como podemos ver, uma vez que nega a possibilidade de conhecermos um fato geral a partir de nosso conhecimento de fatos particulares. Por isso, se uma proposição geral é verdadeira, ela corresponde a um fato geral que tem de ser conhecido diretamente.

Contudo, Russell também afirma a existência de fatos negativos, assim como positivos, o que é uma ideia mais difícil de aceitar e mesmo de compreender, ainda que ele se esforce para mostrar que é necessário admitir fatos negativos para podermos

¹⁰ Sobre esse ponto, vale a pena ver os argumentos de Russell contra a indução; cf. RUSSELL, 1992, p. 235.

garantir o significado de determinadas proposições com negação. Contudo, deixaremos de lado esse ponto, que não é fundamental em sua argumentação. A argumentação a este respeito é similar àquela a respeito dos fatos gerais.

Ao contrário do texto que mencionamos anteriormente, na subseção acima, no texto ora analisado, Russell vai optar pelas proposições como portadores de verdade e não mais as crenças, pois, diz ele, isso é mais apropriado para as finalidades da lógica, embora não para aquelas da teoria do conhecimento. Ele define uma proposição como *uma sentença no modo indicativo*; isto é, uma sentença que afirma (ou nega) alguma coisa.

Sendo os veículos da verdade ou falsidade, as proposições não são *nomes para fatos*, diz Russell, uma vez que, se isso fosse, elas não poderiam ser verdadeiras ou falsas.¹¹ Ao contrário, sua relação com o mundo é de ordem diferente daquela que um nome guarda com uma coisa que ele nomeia. Um fato não pode ser nomeado, mas pode ser afirmado ou negado e é isso o que fazem as proposições.

O que as proposições fazem, diz ainda Russell, antecipando uma ideia a ser defendida no *Tractatus* de Wittgenstein, é *espelhar os fatos*.¹² A complexidade do mundo está espelhada na complexidade da proposição. Se isso assim não nos parece é apenas porque não contamos com uma linguagem adequada. Mas, acrescenta Russell que:

em um simbolismo logicamente correto haverá sempre uma identidade fundamental de estrutura entre um fato e o símbolo para ele; e a complexidade do símbolo corresponde muito estreitamente à complexidade dos fatos simbolizados por ele.¹³

¹¹ Cf. RUSSELL, 1992, p. 187.

¹² Aliás, vale lembrar que Russell, por diversas vezes em seu texto, atribui algumas das ideias que defende a suas conversas com Wittgenstein, de quem, naquele momento, ele não tinha nenhuma notícia.

¹³ RUSSELL, 1992, p. 197.

Exceção feita aos termos lógicos (como 'ou', 'não', 'se' etc.), as palavras em uma proposição de uma linguagem logicamente perfeita corresponderiam exatamente às componentes do fato que elas expressam. Está aí claramente expressa a ideia de que há uma congruência entre as proposições e os fatos. A noção de congruência deriva da geometria e está ligada à ideia de que duas figuras geométricas se ajustam perfeitamente. A analogia de Russell entre isso e a relação entre proposições e fatos é a de que a verdade resulta de um ajuste perfeito entre a proposição e o fato que a torna verdadeira.

Outra distinção fundamental aqui, assim como no *Tractatus*, é aquela entre proposições atômicas e moleculares. Retomando mais uma vez a ideia de correspondência, Russell diz que as proposições atômicas são aquelas que correspondem a fatos atômicos, tais como uma coisa e uma qualidade, duas coisas e uma relação etc., isto é, aquelas proposições que contêm um único verbo. Por sua vez, as proposições moleculares são funções veritativas de proposições atômicas. Uma proposição como ' p ou q ' não corresponde a um fato, mas p corresponde a um fato (se for verdadeira, por exemplo) e q a outro, sendo ' p ou q ' verdadeira ou falsa dependendo dos valores veritativos de p e de q , não havendo um fato disjuntivo ao qual ' p ou q ' corresponderia. Este seria então o caso de todas as proposições moleculares, ou seja, aquelas que utilizam os conectivos usuais da lógica clássica, exceção feita a algumas proposições negadas que, como dissemos acima, corresponderiam a fatos negativos. Mas o próprio Russell não estava inteiramente seguro sobre esse ponto e considerou atentamente algumas objeções levantadas contra essa ideia.

Se não existem fatos moleculares, por outro lado, Russell sustenta que existem fatos gerais, como dissemos acima, fatos que correspondem às proposições gerais, universais ou particulares. São fatos do tipo daqueles a que correspondem proposições

como ‘todos os homens são mortais’ e ‘alguns homens são mortais’.

1.1.3 Os paradoxos e a hierarquia dos Tipos

O tema dos fatos gerais e das proposições gerais e funções proposicionais a elas correspondentes leva Russell a tratar também da questão da existência das classes ou conjuntos. Este assunto tem importância considerável não apenas na lógica que Russell já tinha formulado nos *Principia Mathematica*, mas também na discussão das noções semânticas em geral e na possibilidade de surgirem paradoxos no seu emprego, que é uma das preocupações preponderantes de Tarski ao formular sua teoria, como veremos.

A ideia de Russell é a de que as classes são *símbolos incompletos*, assim como as funções proposicionais e as descrições. Portanto, elas não podem ser tratadas como proposições. Para ser significativo, diz Russell, um enunciado sobre uma classe tem de ser traduzido para uma forma que não mencione tal classe.¹⁴ Depois de lembrar o paradoxo da classe de todas as classes – sobre a qual não podemos decidir se ela é ou não um membro de si mesma –, Russell menciona o paradoxo do mentiroso, atribuído a Epimênides. Trata-se do mesmo problema que se resolve mediante a distinção, mais uma vez, de diferentes tipos de proposições.

É costume distinguirem-se dois grupos de paradoxos, a saber, os da teoria de conjuntos e os semânticos. Ao primeiro grupo pertenceria o paradoxo das classes enunciado por Russell e ao segundo, o paradoxo do mentiroso. Entretanto, Russell não faz tal distinção, pois acha que, em ambos os casos, os paradoxos surgem por causa do mesmo tipo de problema, isto é, a autorreferência.¹⁵

¹⁴ Cf. RUSSELL, 1992, p. 262.

¹⁵ Cf. HAACK, 1978, cap. 8.

Em primeiro lugar, temos as proposições que não se referem de forma alguma a conjuntos de proposições e em seguida aquelas que se referem a conjuntos de proposições, havendo ainda outros tipos subsequentes, numa hierarquia, que é a mesma das classes, tal como Russell já tinha exposto em sua Teoria dos Tipos. Segundo essa teoria, há primeiramente as classes de coisas particulares ou individuais; em segundo lugar, classes cujos membros são classes; em terceiro, classes cujos membros são classes de classes e assim por diante. Deste modo, o paradoxo das classes se resolve, pois a classe que contém todas as classes não pode, segundo a teoria, ser um membro de si mesma. Do mesmo modo, resolve-se o paradoxo do mentiroso, pois se trata de saber o valor de verdade de uma proposição sobre uma proposição e não de uma proposição sobre coisas e relações entre coisas.

O que temos aqui já é a prefiguração da abordagem de Tarski de distinguir uma hierarquia de linguagens. Na discussão de Russell, aparece claramente a ideia de que os enunciados sobre símbolos devem ser tratados de forma diferente dos enunciados sobre coisas.¹⁶ E se a teoria da correspondência tem seu ponto fraco na ideia de congruência entre proposição e fato, como discutiremos abaixo, por outro lado, na versão russelliana, ela já foi capaz de colocar as discussões semânticas no bom caminho que depois Tarski trilhou a passos largos e que lhe conferiu a fama de ter formulado uma teoria da verdade mais rigorosa e mais clara.

1.1.4 Algumas objeções à teoria

Retomemos aquela ideia fundamental da teoria de Russell de que a correspondência é a congruência entre a estrutura da proposição e a estrutura do fato a que ela corresponde. Vimos acima que, em uma linguagem perfeita (isto é, uma linguagem que

¹⁶ Cf. RUSSELL, 1992, p. 268.

mostre a estrutura lógica da proposição, sem os inconvenientes dissimuladores da linguagem natural), a proposição espelharia a estrutura do fato que a torna verdadeira. Uma primeira objeção ingênua a ser aqui levantada seria aquela segundo a qual a teoria de Russell só valeria então para uma linguagem logicamente perfeita, como poderia ser, por exemplo, uma linguagem formalizada como aquela do cálculo de predicados. Tratar-se-ia da mesma limitação que Tarski aceitou de bom grado para sua teoria. Tal restrição só poderia ser interpretada como o preço a pagar para podermos ter noções semânticas mais claras, que é exatamente o argumento de Tarski em favor de sua abordagem restritiva às linguagens formalizadas. Assim, esta não seria de forma alguma uma objeção considerável à teoria da correspondência como congruência.

Um ataque a ela tem de visar, por sua vez, exatamente a essa última noção, isto é, esta suposta similaridade, ou identidade, ou ainda isomorfismo de estrutura entre a proposição e o fato. O defeito da teoria de Russell seria então o de explicar o mais simples recorrendo ao mais complicado ou de usar uma noção mais obscura ainda que a noção de verdade para explicá-la e, afinal, de não dar explicação aceitável alguma. Esta é, em geral, a linha de ataque a essa teoria, isto é, assinalar a dificuldade que teríamos para compreender como poderia haver similaridade ou isomorfismo entre a estrutura da proposição e a estrutura do fato. Como argumenta Susan Haack, em alguns casos, a simples consideração do número de elementos que constituiriam a proposição, de um lado, e o fato, de outro, já seria uma dificuldade. O exemplo dado por Haack é a proposição ‘o gato está ao lado do homem’ que, comparada com o fato (um gato e um homem, um ao lado do outro), parece ter três elementos (gato, homem e estar ao lado de), ao passo que o fato parece ter apenas dois elementos (o gato e o homem).¹⁷

¹⁷ Cf. HAACK, 1978, p. 92s.

Entretanto, do ponto de vista estrito da própria teoria de Russell, poder-se-ia dizer que é a proposição que, afinal, nos mostra a verdadeira estrutura do fato, espelhando-o adequadamente ao ser formulada em uma linguagem logicamente perfeita. Ora, neste caso, temos então a dificuldade – que é geral nessa teoria – de que o próprio ponto de partida da explicação da noção de verdade é a ideia de que existe, de fato, tal isomorfismo entre proposição e fato, que é apenas a linguagem natural com suas imperfeições que nos impede de ver isso. Esse parece ser, em suma, o próprio tom do texto de Russell.¹⁸

Outra dificuldade – mais séria talvez – contra a noção de isomorfismo estrutural entre proposição e fato é levantada por A. C. Grayling.¹⁹ O problema que há em explicar a correspondência como isomorfismo estrutural entre proposição e fato, diz esse autor, é que as ideias de estrutura (dos fatos e proposições) e de isomorfismo (entre fatos e proposições) não são claras e teriam elas mesmas que ser elucidadas. Ora, um meio para fazer isso no interior da própria teoria de Russell seria aquele de dizer, por exemplo, que a noção de isomorfismo é uma espécie de similaridade de informação ou correspondência de estrutura entre duas coisas (a proposição e o fato), o que parece ameaçar a explicação com uma indesejável circularidade, similar àquela circularidade que Russell detectou nas teorias da coerência, como comentamos acima. Mais uma vez, atemo-nos ao ponto fundamental da teoria, mas a explicação só parece aceitável para quem já a aceitou e, logo, ela é, afinal, redundante.

Outra dificuldade séria que a teoria da correspondência com os fatos enfrenta, comenta Donald Davidson, diz respeito à própria noção de fato.²⁰ Como veremos abaixo, ao desenvolver seu

¹⁸ Em especial, cf. RUSSELL, 1992, p. 197s, onde o autor defende a necessidade de uma linguagem logicamente correta que nos livre dos problemas trazidos pelas imprecisões da linguagem natural.

¹⁹ Cf. GRAYLING, 1990, p. 145.

²⁰ Cf., por exemplo, True to the Facts (DAVIDSON, 1990, ensaio 3).

programa, Davidson interpreta a própria teoria semântica de Tarski como uma teoria da correspondência que, ao utilizar a noção de satisfação (e, assim, se referir a entidades ou coisas que satisfazem uma função), afasta o principal inconveniente da teoria da correspondência tradicional, que é a ideia de fato. O problema é que a teoria da correspondência com os fatos inclui alguma coisa mais que os objetos ou coisas a que uma proposição se refere, a saber, uma relação entre tais coisas, que é exatamente o fato referido. Mas até aí a objeção de Davidson apenas constata aquilo que foi explicitamente assumido por Russell, isto é, de que existem fatos.

Contudo, a objeção se torna séria na medida em que lembramos que a noção de fato deve explicar a noção de verdade e que, portanto, ela precisa ser não apenas mais clara que a noção de verdade, mas também independente dela. Quando dizemos que uma proposição é verdadeira porque ela corresponde a um fato, o melhor meio de dizermos que fato é esse consiste em empregar a própria proposição, uma vez que os fatos são aquilo de que uma proposição verdadeira nos informa.²¹ Deste modo, temos aqui uma nova ameaça de circularidade, pois a noção de fato não pode ser explicada com clareza de um modo independente da noção de proposição verdadeira.

Além dessas objeções que a teoria provocou, entre outras, devemos notar que o problema com a teoria da correspondência como congruência – que talvez fique mais claro na leitura do *Tractatus* que dos textos de Russell – é o compromisso metafísico com a existência de uma similaridade entre mundo e linguagem, similaridade da qual deriva o isomorfismo entre fato e proposição. Isso seria mais problemático que o próprio compromisso imposto por Russell com um atomismo lógico, em detrimento de qualquer metafísica monista. E aqui, mais uma vez, parece que a melhor maneira de sabermos o que seria tal simila-

²¹ Cf. DAVIDSON, 1990, p. 43 e 49.

ridade entre linguagem e mundo consistiria em apresentar uma proposição verdadeira. E, assim, vamos mais uma vez do mistério à circularidade.

Além disso, do ponto de vista epistemológico, a noção de verdade assim definida, com tais custos metafísicos, teria pouca utilidade. Ela pode nos dar uma definição aceitável da verdade (aceitável para aqueles que julguem que os compromissos metafísicos aí encerrados valem a pena), mas não permitiria a formulação de qualquer critério de verdade. Ora, a necessidade de um critério de verdade é, obviamente, epistemológica e não lógica, nem metafísica. Um critério de verdade é necessário para sabermos discernir entre proposições verdadeiras ou falsas, o que não precisa necessariamente ser uma preocupação para uma teoria que procure apenas definir a verdade. O único problema é a pouca utilidade de tal teoria meramente definicional para nossas preocupações a respeito do conhecimento humano. Ainda que o problema de permitir a formulação de um critério não seja imperativo para uma teoria que tenha feito (se for esse o caso) uma opção por fornecer apenas uma definição do predicado ‘verdadeiro’, do ponto de vista epistemológico, a teoria de Russell parece menos atraente que outras. Isso não significa que qualquer teoria da correspondência seja desinteressante. Ao contrário, para o epistemólogo, uma teoria da correspondência que pudesse dar uma definição de ‘verdadeiro’ sem os compromissos metafísicos impostos por Russell, e que desse margem para elaborarmos um critério de verdade, seria muito bem vinda. Esse parece ser o avanço alcançado pela teoria de Austin.

1.2 A teoria da correspondência como *correlação* – Austin

Austin apresenta sua teoria no célebre artigo intitulado *Truth*, de 1950. Neste trabalho, ele adota a noção correspondencial de verdade, mas recusa interpretá-la como congruência. Em vez

disso, ele propõe a noção de correlação, que é feita por meio de convenções descritivas e demonstrativas.²²

Por adotar uma concepção correspondencial da verdade, Austin critica também a teoria da redundância, afirmando que a noção de verdade é informativa, isto é, ela não pode ser eliminada sem nenhuma perda de significação, como afirmam os defensores das teorias da redundância. Para apresentar sua versão da teoria da correspondência, Austin rejeita outros portadores de verdade, como as crenças e as proposições, e afirma que os enunciados é que são os adequados portadores de verdade. Não vamos entrar aqui nesta discussão sobre os portadores de verdade, pois, no início do próximo capítulo, dedicaremos a ela um exame mais detalhado. Vamos ver então quais são os pontos centrais da teoria defendida por Austin.

1.2.1 Um tipo diferente de correspondência

Ao defender uma concepção correspondencial da verdade, Austin afirma que a verdade é uma questão de relação entre palavras e mundo. A este respeito, portanto, ele concorda em linhas gerais com Russell e outros correspondentistas e, do mesmo modo que eles, critica as teorias pragmatistas e da coerência, pois elas negligenciam esse ponto que é fundamental para os correspondentistas. Entretanto, Austin diverge de Russell a respeito de outros aspectos associados a essa concepção.

Em primeiro lugar, ele afirma que a estrutura das sentenças de uma linguagem é puramente convencional. Segundo, sejam as sentenças de uma linguagem ou língua qualquer, sejam as proposições adotadas por Russell como portadores de verdade, sejam ainda os próprios enunciados que são os portadores de verdade escolhidos por Austin, nenhuma dessas coisas pode espelhar estados de coisas e, portanto, não há nenhum isomorfismo estrutural entre um portador de verdade (uma proposição,

²² Cf. AUSTIN, 1979, p. 117–33, onde o artigo é reimpresso.

por exemplo) e um estado de coisas (um fato), como queria Russell. Por fim, argumenta Austin, qualquer relação entre um portador de verdade e estados de coisas tem de ser estabelecida convencionalmente.

De fato, tais divergências em relação a Russell e Wittgenstein resultam de uma concepção de linguagem diametralmente oposta que é defendida por Austin. Para este último, ao contrário daqueles autores, não se trata de procurar nenhuma linguagem perfeitamente clara, ou de tentar construí-la, ou então de supor sua existência ou sua possibilidade. A linguagem é encarada por Austin do ponto de vista eminentemente pragmático, isto é, ele está preocupado com os diversos usos das palavras pelos falantes em determinadas circunstâncias. A dimensão pragmática da linguagem é preponderante e qualquer problema de ordem sintática ou semântica deve ser considerado sem perder de vista a dimensão pragmática. Ora, do ponto de vista do uso que fazemos das palavras ou símbolos das diversas línguas naturais ou outras formas de linguagem (como os sinais de trânsito e as linguagens gestuais, por exemplo), não faz sentido falar de uma estrutura determinada e necessária das sentenças.

Por isso, para Austin, a própria estrutura das sentenças é meramente convencional. É verdade, por outro lado, que Russell não fala que a estrutura das sentenças espelha os fatos, mas que a estrutura das *proposições* o faz. Entretanto, mais uma vez, vemos como as concepções de linguagem de ambos esses autores são diferentes. Se, para Russell, a linguagem consiste em proposições, cuja estrutura não depende dos falantes de uma língua; para Austin, a linguagem seria o conjunto das convenções que os falantes estabelecem ao longo do tempo e, logo, as palavras e símbolos utilizados e as sentenças que disso resultam podem ganhar as mais diversas formas e estruturas, todas de caráter convencional.

1.2.2 Duas ordens de convenções

É essa insistência de Austin no emprego das palavras que o leva então a escolher os enunciados como portadores de verdade. Um enunciado é o proferimento por um falante de certas palavras, o emprego de uma sentença diante de uma audiência e com referência a uma situação determinada. Trata-se de um evento histórico, diz Austin. Os enunciados é que podem ser verdadeiros ou falsos porque eles é que podem então se referir a estados de coisas, a acontecimentos, por exemplo.

Contudo, quando é que um enunciado é verdadeiro? Ele é verdadeiro se sua realização respeita duas ordens de convenções – as descritivas e as demonstrativas. As convenções descritivas são aquelas que correlacionam sentenças com tipos de situação, coisa, evento etc. encontrados no mundo. E as convenções demonstrativas correlacionam enunciados com situações históricas etc. também encontradas no mundo. Um enunciado é verdadeiro quando o estado de coisas histórico (ou efetivo) com o qual ele é correlacionado pelas convenções demonstrativas (aquele estado de coisas ao qual o enunciado se refere) é de um tipo com o qual a sentença utilizada para fazê-lo está correlacionada pelas convenções descritivas.²³

Suponhamos que um falante diga: “estou com fome”. Ora, as convenções descritivas correlacionam a sentença empregada com situações nas quais alguém está com fome e as convenções demonstrativas correlacionam o enunciado que emprega tal sentença com uma circunstância específica em que um falante está com fome. Ao empregar a sentença nesta circunstância apropriada, o enunciado respeita a ambos os tipos de convenções e, assim, é verdadeiro. Pois a situação específica correlacionada com o enunciado pelas convenções demonstrativas é do tipo correlacionado com a sentença pelas convenções descritivas. Ele será falso, obviamente, se desrespeitar essas condições.

²³ Cf. AUSTIN, 1979, p. 122.

Em seus textos, Austin não entra em maiores detalhes a respeito desses dois tipos de convenções e nem se ocupa de fazer uma análise mais detalhada, estendendo para os diversos tipos de enunciados e sentenças esta explicação geral que toma como base aquelas circunstâncias específicas em que uma sentença singular é empregada. E a principal objeção a sua teoria toma exatamente esse ponto em consideração.

1.2.3 Uma objeção comum

A grande crítica apresentada por diversos autores é a de que a noção de verdade defendida por Austin não nos permite dar conta de enunciados que não são feitos por um indivíduo em relação a uma circunstância presente.²⁴ Os enunciados gerais (particulares e universais), por exemplo, não estariam ao alcance da análise dessa teoria. A razão é que apenas estados de coisas reais ou efetivos podem ser correlacionados com enunciados pelas convenções demonstrativas.²⁵ De fato, o problema não é que tais estados de coisas tenham de ser reais, mas, mais precisamente, que eles devem ser dados ou acessíveis. Um enunciado como “todas as mulas são estéreis” se referiria a um estado de coisas universal, digamos, que não é dado. Tal estado de coisas é o que Russell denomina fato universal, algo que é expresso por uma proposição universal. Os enunciados dizendo respeito a estados de coisas passados e futuros estariam na mesma condição, já que, em ambos os casos, não temos acesso a tais estados de coisas. Há ainda, obviamente, uma diferença entre estados de coisas passados e futuros. Ambos os tipos são inacessíveis, mas os primeiros são efetivos – eles se deram –, ao passo que os últimos não. Deixaremos por ora este problema de lado, pois ele será retomado no próximo capítulo.

²⁴ Cf. HAACK, 1978, p. 93; cf. ainda KIRKHAM, 1995, p. 126, e GRAYLING, 1990, p. 146.

²⁵ Cf. KIRKHAM, 1990, p. 127.

Austin está ciente dessas dificuldades, mas ele não as discute convenientemente, limitando-se a dizer que, de fato, o problema com tais enunciados é o significado e não a verdade. Ele diz acreditar, entretanto, que poderia estender sua análise também a tais enunciados, coisa que não fez.²⁶ Essa afirmação de Austin, de que o problema com tais enunciados é o significado e não a verdade, pode ser entendida da seguinte maneira: de fato, não sabemos dizer se, por exemplo, um enunciado universal é verdadeiro porque não sabemos o que tal enunciado quer dizer, o que ele significa. Esta é uma ideia que, como veremos, é defendida também por Davidson que, aliás, apesar de seu entusiasmo com a teoria de Tarski, defende uma concepção da verdade muito mais próxima daquela de Austin.

Essa é, de toda forma, uma interpretação plausível se pensarmos que a perspectiva de Austin é centrada no uso da linguagem e, particularmente, no uso cotidiano. A linguagem não pode ser entendida de forma independente da prática das comunidades de falantes e, logo, está forçosamente ligada ao conhecimento que tais comunidades possuem. Esse é um tema retomado por Austin em suas conferências de 1955, em Harvard, cuja compilação resultou no livro *How to Do Things with Words*.²⁷

Encontramos ali duas afirmações esclarecedoras de Austin a respeito de sua teoria da verdade. Primeiro, ele diz que a verdade e a falsidade dependem das circunstâncias, da audiência e dos propósitos e intenções com que se faz um enunciado, o que é, afinal, outro modo de se referir àquelas convenções que vimos. Mas, em segundo lugar, ele diz que a referência depende do conhecimento que temos no momento de um proferimento. Ou seja, as circunstâncias antes mencionadas incluem o conhecimento que a comunidade de falantes possui.

²⁶ Cf. AUSTIN, 1979, p. 122n4.

²⁷ Cf. AUSTIN, 1980, especialmente p. 144s.

Austin analisa o caso dos proferimentos de sentenças universais, como “todos os cisnes são brancos”, e diz que não podemos afirmar que esta sentença é falsa, agora que os cisnes negros da Austrália já foram descobertos.²⁸ Pois o enunciado foi feito quando não se tinha esse conhecimento e, logo, ao ser feito naquelas circunstâncias, ele era verdadeiro.

O comentário mais interessante dessa passagem, contudo, é o de que um falante que produzisse tal enunciado nas circunstâncias em que não se sabia que havia cisnes negros na Austrália não pretendia falar, por exemplo, de possíveis cisnes em Marte. Ou seja, ao fazer seus enunciados, o falante sempre pressupõe o conhecimento que compartilha com sua comunidade linguística, o que inclui uma delimitação do mundo sobre o qual ele fala. Tal conhecimento está expresso nas convenções (descritivas e demonstrativas) que a comunidade estabelece.

1.2.4 Os enunciados de universalidade restrita e irrestrita

Voltemos agora à questão da verdade dos enunciados universais que, não obstante esses esclarecimentos, Austin deixou sem uma solução mais elaborada. Acreditamos que um modo de superar essa dificuldade que é levantada contra sua teoria consiste em focar não a definição de verdade dada por ele, mas as convenções estabelecidas por uma comunidade linguística. Decorre da própria definição apresentada por Austin que um enunciado universal pode ser verdadeiro no caso de haver uma condição de verdade para ele especificada pelas convenções descritivas e demonstrativas. A questão é saber se isso estaria ao alcance de tais convenções.

À primeira vista, dada a visão comum que temos do saber humano, seríamos levados a dizer que isso não é possível. Pois nos parece que dizer que isso é possível significaria afirmar que a comunidade de falantes poderia ter conhecimento de fatos

²⁸ Cf. AUSTIN, 1980, p. 144.

universais, caso em que suas convenções poderiam então especificar as condições nas quais um enunciado universal seria verdadeiro. Retomemos os exemplos acima dados: “todas as mulas são estéreis” e “todos os cisnes são brancos”. Segundo nosso conhecimento atual, acreditamos que o primeiro desses enunciados é verdadeiro e que o segundo é falso. E achamos que eles são enunciados de universalidade irrestrita, isto é, enunciados que dizem respeito a todas as mulas e a todos os cisnes, de todas as partes do universo e em todos os tempos. Mas o argumento de Austin é exatamente que, quando fazemos um enunciado universal, não temos a intenção de fazê-lo como um enunciado de universalidade irrestrita, mas apenas de universalidade restrita, como vemos em sua discussão sobre o caso de “todos os cisnes são brancos” justamente.

Entretanto, a questão assim colocada parece não ser decidível, pois não podemos saber de todos os falantes e de todas as comunidades linguísticas se os enunciados universais são de universalidade restrita ou irrestrita. Se nos restringimos à linguagem do dia a dia, Austin parece ter razão; mas as ciências modernas parecem ter criado condições nas quais nos parece legítimo fazer enunciados de universalidade irrestrita. Talvez os dois casos ocorram em nossa prática linguística atual. Mas, mesmo assim, a solução vislumbrada por Austin nos parece promissora, como comentaremos abaixo e como desenvolveremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

Em contextos limitados, os enunciados universais são todos de universalidade restrita (a tais contextos, obviamente); assim, a análise de Austin se aplica perfeitamente a tais enunciados. Suponhamos que desejemos e concordemos em falar apenas das mulas que vivem em determinada fazenda ou apenas dos cisnes que estão em determinado zoológico. Neste caso, teremos facilmente convenções descritivas e demonstrativas que nos permitem saber se os enunciados “todas as mulas são estéreis” e “todos os cisnes são brancos” são verdadeiros ou falsos. Pois

está a nosso alcance o conhecimento que deverá informar a formulação de tais convenções. Isso nos mostra, repetindo Austin mais uma vez, que o problema com tais enunciados não é a verdade, mas o significado.

Já quanto ao problema dos enunciados de universalidade irrestrita, a questão que tem de ser discutida é se seria possível ocorrerem circunstâncias em que tais enunciados seriam decidíveis com base nas convenções estabelecidas por determinada comunidade linguística. Contudo, devemos ver bem que esta é também uma questão factual ou empírica. Isto é, o que desejamos saber é se alguma comunidade linguística poderia estar em circunstâncias tais que os enunciados de universalidade irrestrita fossem ali decidíveis. Entretanto, o que uma análise do problema pode adiantar, como faremos no próximo capítulo, dando então aceitabilidade à posição de Austin, é que, de fato, uma vez criadas tais circunstâncias, tais enunciados universais são sempre enunciados decidíveis, obviamente, embora possam não estar decididos. Em outros termos, podemos não saber se eles são verdadeiros ou falsos, mas saberemos como saber se são verdadeiros ou falsos. Ou seja, estaremos de posse de um procedimento de decisão. E acreditamos que também os outros tipos problemáticos de enunciados podem receber um tratamento similar, como os enunciados sobre o passado e o futuro. Contudo, deixaremos para depois uma discussão mais detalhada a esse respeito.

1.3 A teoria semântica – Tarski

A teoria de Tarski foi recebida nos meios filosóficos tanto com entusiasmo, quanto com reticências. De um lado, alguns a consideraram a primeira formulação rigorosa e aceitável do problema da verdade, tendo a capacidade não apenas de definir a expressão ‘sentença verdadeira’ para as linguagens formaliza-

das, mas de resgatar as noções comum e filosófica de verdade. Tal entusiasmo é expresso, por exemplo, por Popper que, além do mais, interpreta a teoria semântica como uma versão da teoria da correspondência.²⁹ De fato, muitos outros autores têm essa tendência de assimilar a teoria semântica à teoria da correspondência, mas, no que diz respeito, por exemplo, à convenção (T) segundo a interpretação de Popper, como argumentaremos, não nos parece que este seja o caso. Um entusiasmo de outra natureza, diferente daquele de Popper, é expresso por Davidson, sustentando que é possível estender os resultados de Tarski no domínio das linguagens formalizadas também para certas porções da linguagem coloquial.³⁰ Este é, sem dúvida, outro aspecto importante que está relacionado com a teoria semântica e também vamos discuti-lo adiante.

Não obstante a boa receptividade que a teoria de Tarski provocou em alguns, de outro lado, ela foi recebida com críticas e mesmo com certo ceticismo quanto a seu valor epistemológico e filosófico no que diz respeito a uma elucidação da noção comum de verdade, que encontramos seja na filosofia tradicional, seja nas ciências e no saber comum. A este respeito, temos as críticas de Black, assim como outras que o próprio Tarski cita no artigo *The Semantic Conception of Truth*.³¹ Sua teoria recebeu, além disso, críticas de outra natureza, em especial aquelas que procuram negar sua alegada neutralidade em face de posições metafísicas e epistemológicas. Essa é a linha de ataque adotada, por exemplo, por H. Field. Ora, Tarski, no artigo acima citado, defende tal neutralidade, que Field questiona, apontando o fato

²⁹ Cf. POPPER, 1960. Este ponto é discutido por diversos autores, entre os quais aqueles indicados nas notas seguintes. A respeito especificamente da interpretação de Popper, faremos alguns comentários na próxima seção.

³⁰ Cf. DAVIDSON, 1990, especialmente o ensaio 2.

³¹ Cf., respectivamente, BLACK, 1948 e TARSKI, 1970 e, para as duas próximas referências, cf. FIELD, 1972 e TARSKI, 1983b.

de que o próprio Tarski, em outra parte (*The Establishment of Scientific Semantics*), sugeriu certo compromisso com o fisicalismo. Assim, o problema dos compromissos metafísicos e epistemológicos que a teoria semântica possa ou não implicar é outro dos temas que retomaremos adiante, depois da fazermos uma apresentação geral da abordagem de Tarski.³² Em vez de uma apresentação detalhada, inclusive com os aspectos formais mais relevantes, faremos uma apresentação sumária e geral, para podermos discutir os aspectos epistemológicos da teoria, que é o que mais nos interessa aqui.

1.3.1 Verdade e linguagem

Consideremos, inicialmente, a concepção de linguagem encerrada na teoria semântica. Este é, sem dúvida, um primeiro ponto importante de comparação entre ela e outras teorias, como as duas teorias da correspondência que discutimos acima. Enquanto Russell e Wittgenstein defendem, como vimos, a necessidade de uma linguagem perfeitamente clara, com cujo uso teríamos a relação de correspondência entre proposição e estado de coisas patente, e Austin defende uma concepção pragmática que insiste no uso da linguagem em determinadas circunstâncias e de acordo com as convenções que os falantes estabelecem, Tarski possui uma concepção de linguagem cuja primeira característica relevante é a oposição entre linguagem ordinária e linguagem formalizada.³³

³² A teoria semântica é apresentada em diversos manuais de filosofia da lógica, por exemplo, HAACK, 1978, cap. 7; KIRKHAM, 1995, cap. 5; e GRAYLING, 1990, cap. 6; entre outros. A apresentação de Haack é a mais completa e detalhada, resgatando tanto os aspectos formais apresentados em TARSKI, 1983a (*The Concept of Truth in Formalized Languages*), quanto os mais intuitivos e gerais que se encontram em TARSKI, 1970 e 1983b.

³³ Cf. TARSKI, 1970, p. 18s; 1983a, p. 152s; 1983b, p. 401s.

A linguagem comum (as línguas naturais) é compreendida por Tarski como uma linguagem cuja estrutura sintática é não especificável. Não podemos, por exemplo, saber quais são e quais não são exatamente as expressões admissíveis nesta linguagem como sentenças. Ao contrário, as linguagens formalizadas – como a linguagem do cálculo de predicados de primeira ordem e a linguagem da teoria das classes – possuem uma estrutura sintática inteiramente especificável. Isso traz duas vantagens desse tipo de linguagem em face da linguagem coloquial.

Em primeiro lugar, como veremos abaixo, Tarski acha que só podemos dar definições parciais para as sentenças de determinada linguagem, definindo as condições mediante as quais cada uma das sentenças é verdadeira; portanto, só teremos sucesso em definir a verdade para linguagens de estrutura finita e especificável.

Em segundo lugar, uma linguagem formalizada pode ser construída de tal forma a não conter termos semânticos, isto é, expressões mediante as quais podemos nos referir a propriedades semânticas dessa linguagem, como verdade, satisfação, referência etc. Tarski defende que a semântica de uma linguagem *L* qualquer deva ser especificada em uma outra linguagem, *M*, uma metalinguagem diferente de *L*. O que ocorre com a linguagem coloquial é que ela contém sua própria metalinguagem e isso abre espaço para paradoxos e antinomias, como o Paradoxo do Mentiroso.

1.3.2 Uma análise do Paradoxo do Mentiroso

De fato, tomar este paradoxo – como, aliás, o próprio Tarski faz em seus textos – é um bom modo de mostrar as vantagens de construir linguagens formalizadas não fechadas, diferentes da linguagem coloquial, e de mostrar como se pode dar um tratamento aceitável para o problema de definir a verdade apenas para tais linguagens formalizadas. Seja '*c*' o nome da sentença:

(1) *c não é uma sentença verdadeira.*

Vemos, em primeiro lugar (empiricamente, como diz Tarski),³⁴ que '*c não é uma sentença verdadeira*' é idêntica a *c*. Consideremos agora a seguinte equivalência, proposta por Tarski como um esquema geral para especificar as condições sob as quais uma sentença qualquer *x* é verdadeira:

(T) *x é uma sentença verdadeira se e somente se p.*

No esquema acima, enquanto '*x*' é o nome de uma sentença qualquer, '*p*' se refere a um estado de coisas. Podemos substituir *x* e *p* no esquema acima, para obter definições parciais de verdade para quaisquer sentenças, como:

'a neve é branca' é uma sentença verdadeira se e somente se a neve é branca.

Ora, fazendo o mesmo com a sentença (1) acima, temos:

(2) *'c não é uma sentença verdadeira' é uma sentença verdadeira se e somente se c não é uma sentença verdadeira.*

Assim, de (1) e (2), já que *c* e '*c não é uma sentença verdadeira*' são idênticas, pela Lei de Leibniz, temos:

(3) *c é uma sentença verdadeira se e somente se c não é uma sentença verdadeira,*

que é, obviamente, uma contradição. Na verdade, trata-se de uma equivalência que é falsa. Ou seja, a partir de (1), chegamos

³⁴ Cf. TARSKI, 1983a, p. 158.

a (3), que é uma sentença falsa. O paradoxo do mentiroso, atribuído a Epimênides, como se sabe, é obtido ao admitirmos que certo indivíduo mentiroso (que só diz falsidades) profere a sentença ‘eu sou um mentiroso’, que não podemos saber se é verdadeira ou falsa. Nossa apresentação acima seguiu, entretanto, aquela oferecida por Tarski.³⁵

Consideremos, em primeiro lugar, que só foi possível obter a contradição acima mediante o uso do esquema (T), ou convenção (T), antes formulado, que, como comentaremos a seguir, é a *condição de adequação material* apresentada por Tarski. Em segundo lugar, constatamos que há uma contradição em (3) mediante as leis usuais da lógica, isto é, trata-se de uma contradição do ponto de vista da lógica dedutiva clássica. Por fim, derivamos o paradoxo na linguagem ordinária, ou seja, uma linguagem que contém os termos ‘verdadeiro’ e ‘falso’, por exemplo, além dos meios para nos referirmos a suas próprias expressões, isto é, uma linguagem semanticamente fechada, como diz Tarski. Podemos evitar o paradoxo, como enfatiza Tarski, se a respeito dos dois últimos pontos, rejeitarmos um deles. Ou seja, podemos negar as leis usuais da lógica, coisa que Tarski não deseja fazer, ou podemos evitar as linguagens semanticamente fechadas, o que ele acredita ser o procedimento conveniente a ser adotado.

Assim, a estratégia de Tarski consiste em impor à linguagem L para a qual desejamos definir a expressão ‘sentença verdadeira’ restrições formais de correção, de modo a podermos evitar que L seja semanticamente fechada. A este requisito de correção formal, Tarski acrescenta o requisito de adequação material, já mencionado e, assim, voltamos ao primeiro ponto enunciado no parágrafo anterior, a saber, a convenção (T).

³⁵ Cf. TARSKI, 1983a, p. 155–8.

1.3.3 A natureza da convenção (T)

A convenção ou esquema (T) não é uma *definição da verdade*, Tarski enfatiza, mas apenas a formulação de uma das duas condições que devem ser satisfeitas para podermos ter adequadas definições de verdade para sentenças determinadas. Se a condição de correção formal, que vimos acima, evita a possibilidade de que uma linguagem L qualquer seja autorreferente, impedindo os paradoxos, a condição de adequação material cumpre uma tarefa de outra ordem, mas que Tarski pretende apresentar como uma convenção, tanto quanto aquela outra, sobre a correção formal. O argumento de Tarski é que se desejamos dar definições de verdade para sentenças de uma linguagem L, então temos de satisfazer os dois requisitos: primeiro, construir uma linguagem semanticamente não fechada e, segundo, atender ao requisito de adequação material – esta outra convenção sendo proposta também para podermos atingir aquele fim.

Desejamos enfatizar aqui o fato de que o esquema (T) é oferecido por Tarski como uma *convenção* justamente para evitar, desde início, que ele seja interpretado como uma definição correspondencial da verdade, como fazem Popper e outros. É óbvio que temos a ideia intuitiva de que a verdade consiste em determinado tipo de acordo, mas a convenção (T) apenas expressa isso de forma genérica, assim como a máxima de Aristóteles. Nenhuma dessas formulações genéricas precisa ser interpretada necessariamente como a defesa da concepção correspondencial. Para isso, é preciso conferir uma interpretação especial da convenção (T), como é o caso na análise de Popper, que achou que o lado esquerdo daquela fórmula (x , ou então a expressão que ocorre entre aspas) se refere à linguagem e que o lado direito (onde a mesma expressão ocorre sem aspas), ao mundo, aos fatos. Ora, assim como o próprio Aristóteles acrescentou uma interpretação correspondencial e realista a sua máxima, em sua

abordagem ao problema da verdade, Tarski poderia ter feito algo similar. Mas se este é o caso, isso é exatamente matéria controvertida na interpretação de sua abordagem. Contudo, assinalemos o fato de que, por um lado, a convenção (T) é um esquema puramente genérico, ainda que, por outro, ele se destine a apreender nossa noção comum sobre a verdade. E, exatamente, não sabemos se a noção comum é correspondencial. São os defensores dessa concepção que dizem isso.

A convenção (T) é, de qualquer forma, um acréscimo substantivo da teoria semântica, assim como sua condição de correção formal, que depende, obviamente, de determinada concepção da linguagem. Esta, por sua vez, também poderia ser discutida e, de fato, o foi. Davidson, por exemplo, questiona a possibilidade de podermos distinguir nitidamente dois tipos de linguagem, a coloquial e a formal.³⁶ E na ideia de que não estamos lidando com linguagens de naturezas distintas é que repousa sua proposta de estender os métodos utilizados por Tarski também às línguas naturais ou, mais modestamente, como ele coloca a questão, a determinadas porções do discurso coloquial.

Entretanto, Tarski não vê como lidar com o problema da verdade senão por meio da imposição daquelas duas ordens de restrições que vimos. É isso que, em primeiro lugar, temos de levar em conta para compreendermos bem sua teoria. Também não é preciso que interpretemos sua posição necessariamente como uma defesa rígida de uma concepção dualista da linguagem, segundo a qual as linguagens formalizadas seriam de natureza completamente distinta da linguagem coloquial. Podemos compreender a posição de Tarski de modo muito mais fraco, que parece ser, afinal, o tom de diversas passagens em seus textos. É difícil delimitarmos a linguagem coloquial e talvez impossível, ao passo que é possível delimitar uma linguagem formalizada, já que a construímos a partir de elementos previamente

³⁶ Cf. DAVIDSON, 1990, ensaios 2, 3 e 4.

escolhidos, o que não se pode fazer no caso das línguas naturais, obviamente.

Construir uma linguagem formalizada, deste ponto de vista, é apenas especificar claramente um sistema sintático e dotá-lo de uma interpretação (semântica) e não é certo que não possamos fazer isso com certas partes da linguagem coloquial. O que talvez não tenhamos é um método conhecido que permita isso, mas mediante tal método, podemos pensar em especificar um jargão ou um dialeto de uma língua, não necessariamente formalizando, como faz o método proposto por Tarski, mas contextualizando, mediante convenções descritivas e demonstrativas claramente formuladas, no modo como descreve Austin. A questão toda consistiria então em saber se podemos ter um método que permita especificar um dialeto ou jargão a ponto de podermos definir 'sentença verdadeira' para ele, assim como lidar com outros conceitos semânticos. Popper, que defende o mesmo ponto de vista de que seria possível tornar a linguagem das ciências acessível a uma aplicação do método de Tarski, produzindo nela certa artificialidade (que não chegaria a torná-la uma linguagem formal), não diz, contudo, como deveríamos proceder para fazer isso.

Nossa interpretação de que a real posição de Tarski se reduz apenas à modéstia de não querer tratar da linguagem humana *in toto*, como ocorre nas outras abordagens que vimos, de Russell e Austin, é sugestiva para uma perspectiva pragmática, como aquela que desejamos adotar neste livro. Do ponto de vista da pragmática da investigação, seria talvez mais razoável pensar que podemos tentar especificar o jargão relativo a determinado contexto de investigação. E talvez possamos neste contexto ter uma definição de verdade. A concepção que defenderemos no próximo capítulo adota esse ponto de vista, inspirando-se, portanto, nessa atitude de modéstia que nos parece haver em Tarski, de abandonarmos uma teoria geral da linguagem e da verdade e partirmos para tratamentos contextuais dessas matérias. Mas, por

ora, voltemos aos aspectos relevantes da abordagem de Tarski tal como ele a apresentou.

1.3.4 *Uma teoria da verdade para linguagens formais específicas*

Atendendo aos dois requisitos – de adequação material e correção formal –, Tarski sustenta que podemos definir ‘verdadeiro-em-L’, sendo L uma linguagem formalizada qualquer. Para isso, devemos, em primeiro lugar, especificar a estrutura sintática de L. Em segundo lugar, temos de especificar a estrutura sintática da metalinguagem M na qual vamos definir ‘verdadeiro-em-L’. M pode conter L como uma parte sua, caso contrário, temos de providenciar meios para traduzir as sentenças de L em M. Tarski enfatiza que M deve ser uma linguagem mais rica que L, portanto. Além disso, devemos contar, obviamente, com o aparato lógico usual. O que Tarski pretende é a construção de uma semântica formal para L. Para isso, em seguida, temos de definir ‘satisfaz-em-L’, para podermos, depois, definir ‘verdadeiro-em-L’ em termos de ‘satisfaz-em-L’.

A razão para esse procedimento indireto é que as sentenças compostas são formadas a partir de sentenças *abertas* (contendo variáveis), em vez de sentenças atômicas. Assim, há certos objetos que satisfazem tais funções sentenciais. Se pensarmos em uma função como ‘*x é um filósofo*’, ela será satisfeita, por exemplo, pelo objeto Sócrates. Se pensarmos em ‘*x é professor de y*’, ela será satisfeita pelo par <Platão, Aristóteles>. Assim, a satisfação será uma relação entre sentenças abertas e sequências (ordenadas) de objetos. Além disso, o procedimento é recursivo, isto é, damos primeiro definições para as sentenças abertas mais simples e depois para as sentenças abertas compostas. Por exemplo, a negação da sentença aberta *s* será satisfeita por aquelas sequências de objetos que não satisfazem *s*.

Tarski diz que, mediante o acima exposto, uma sentença é verdadeira se é satisfeita por todas as sequências de objetos e falsa se não é satisfeita por nenhuma. Por exemplo, '*x é professor de y*' é satisfeita por todas as sequências <Platão, Aristóteles,...>, quaisquer que sejam seus outros membros. E '*x é um filósofo*' é satisfeita por todas as sequências <Sócrates,...>, quaisquer que sejam os outros membros que ela contém.

Essa definição envolve uma interpretação objetual dos quantificadores. Este é um dos pontos a cujo respeito a teoria de Tarski tem sido criticada, envolvendo sua alegada neutralidade em face de posições epistemológicas e metafísicas.³⁷ Dado que, em sua apresentação original da teoria, Tarski não fala de modelos, nem de mundos possíveis, por exemplo, entende-se que as variáveis dizem respeito a objetos no mundo.³⁸ E isso parece comprometer a teoria com o fisicalismo.

De fato, em *The Establishment of Scientific Semantics*, Tarski expressa o desejo de que a semântica respeite os princípios de unidade da ciência e do fisicalismo, embora em *The Semantic Conception of Truth*, ele diga que a teoria semântica é neutra a estes respeitos e compatível com qualquer posição metafísica, seja realista, seja idealista etc.³⁹ Aqui, a interpretação mais caridosa é aquela segundo a qual Tarski mudou de posição entre 1935, quando o primeiro desses textos foi apresentado em Paris, no Congresso Internacional de Filosofia Científica, promovido pelos empiristas lógicos, e 1944, por ocasião de o segundo ser publicado na revista *Philosophy and Phenomenological Research*, quando a teoria já era amplamente conhecida e debatida. A interpretação menos caridosa é que, nestes dois diferentes mo-

³⁷ Cf., por exemplo, GRAYLING, 1990, p. 163s. Este autor retoma a crítica feita por FIELD, 1974.

³⁸ Entretanto, TARSKI; VAUGHT, 1957 faz uma apresentação modeloteórica da teoria.

³⁹ Cf., respectivamente, TARSKI, 1983b, p. 406, e 1970, p. 34.

mentos, Tarski utilizou procedimentos retóricos diferentes, para possibilitar uma boa recepção para sua teoria.

Esta segunda interpretação pode ganhar força se lembrarmos que também a respeito da aplicabilidade de sua abordagem fora do âmbito das linguagens formalizadas Tarski apresentou alguma mudança. Em 1935 – assim como em 1929, que é a data da primeira versão de *The Concept of Truth in Formalized Languages* – ele foi mais enfático em negar essa possibilidade do que em 1944, quando ele é apenas cauteloso quanto a isso. Por exemplo, em sua discussão sobre as noções de verdade e falsidade no domínio da metodologia das ciências empíricas, ele diz que embora não possamos ter uma ideia precisa da significação de tais termos naquele domínio, é razoável o postulado de que nenhuma teoria que implique sentenças falsas é aceitável.⁴⁰ Ora, as noções de verdade e falsidade aqui, como o próprio Tarski reconhece, têm uma significação antes contextual e pragmática; mas ele parece querer, ainda assim, garantir certa aplicabilidade dos métodos formais a esse domínio. Ele afirma, por exemplo, que embora existam várias formas de mostrar que uma teoria científica contém sentenças falsas, os procedimentos formais são o meio mais simples e mais utilizado na prática.⁴¹

Não acreditamos que seja o caso de adotar esta segunda interpretação – menos caridosa – dos diferentes tons ou mesmo das diferentes opiniões que Tarski parece expressar em relação às consequências e pressupostos de sua teoria. E talvez também não seja o caso de adotarmos aquela interpretação mais caridosa, de que ele simplesmente mudou de opinião, pois deveríamos perguntar então pelas razões que o levaram a isso, o que nos conduziria a outras especulações ou então às mesmas. Assim, parece mais razoável mantermos apenas aquela ideia, antes mencionada, de que a atitude de Tarski pode ser entendida, an-

⁴⁰ Cf. TARSKI, 1970, p. 38s.

⁴¹ Cf. TARSKI, 1970, p. 40.

tes de mais nada, como certa modéstia a respeito do alcance das soluções que podemos almejar para os problemas que enfrentamos.

Se considerarmos que a teoria semântica que ele defende pode ser compreendida no quadro de uma abordagem modelo-teorética, não haverá nenhum problema especial de sua teoria com respeito a quaisquer compromissos metafísicos, a não ser os mesmos que qualquer teoria em lógica possa enfrentar.⁴² E a respeito da aplicabilidade da teoria à linguagem coloquial e, por extensão, ao domínio das ciências empíricas, a cautela de Tarski é justificável. Contudo, isso não significa propriamente que a teoria semântica seja limitada – qualquer teoria é limitada, na medida em que sempre é elaborada visando a um fim específico. Ao contrário, isso pode ser visto como uma consequência de nossa dificuldade comum de fazer uma descrição exata de um conjunto de eventos tão complexo quanto uma língua natural. Mesmo os dialetos matematizados das ciências físicas mais avançadas ainda estão longe da especificação que podemos ter, por exemplo, na linguagem do cálculo de predicados de primeira ordem. Muitas tentativas têm consistido exatamente em procurar meios de tornar essa distância menor. Muitas lógicas não clássicas têm sido encaradas como meios talvez eficazes de fazer tal aproximação entre uma linguagem formalizada e uma porção limitada da linguagem coloquial, como, por exemplo, com respeito à mecânica quântica. A atitude moderada de Tarski não consiste em censurar tais iniciativas, mas apenas em evitar um entusiasmo exagerado a seu respeito.

Além disso, os progressos em especificar mais exatamente certos dialetos das ciências, ainda que estejam longe de uma formalização – que, aliás, talvez nem seja desejável –, são apenas uma gota d'água no oceano de trabalho que temos de enfrentar para especificar uma língua científica comum para todos

⁴² Cf. TARSKI; VAUGHT, 1957.

esses dialetos. E ainda que também não devamos ceder precipitadamente ao ideal de unidade da linguagem da ciência e, em última instância, do conhecimento humano, não haveria por que ceder a seu contrário e abrir mão de qualquer unificação possível. De qualquer forma, ao contrário das abordagens gerais nas teorias da verdade, a de Tarski contém um preceito metodológico importante que pode se mostrar profícuo não exatamente para definir ‘verdade’ para a linguagem coloquial (e científica), mas para enfrentar o problema em contextos em que ele possa receber uma formulação mais exata.⁴³ E isso nos parece ser uma contribuição relevante que, de qualquer modo, a teoria semântica traz à epistemologia, embora substantivamente ela não pareça poder ajudar muito quanto aos propósitos epistemológicos que temos ao lidar com a noção de verdade.

Discutiremos abaixo as duas tentativas principais de aplicação da teoria de Tarski fora de seu âmbito original – a de Popper com respeito à noção de verossimilhança e a do programa de Davidson para porções limitadas da linguagem coloquial –, que são bastante discutidas na literatura.⁴⁴ Concentremo-nos por ora apenas em uma analogia com o programa de Tarski propriamente, analogia pela qual concebemos um programa para dar um tratamento local ao problema da verdade no contexto da investigação e do ponto de vista pragmático, como faremos nos capítulos 2 e 3. Não procuramos uma teoria geral da verdade, nem a formulação de uma noção única para a linguagem da ciência ou algo capaz de elucidar a noção comum de verdade. Ao contrário, procuramos entender como, em determinados contextos de investigação, a noção de verdade desempenha um papel operativo essencial. Ora, a investigação é apenas um dos aspectos

⁴³ A abordagem de Tarski é, certamente, oposta àquela de Carnap (1934), que desejava uma linguagem única para a ciência, a linguagem fisicalista exatamente.

⁴⁴ Cf., por exemplo, HAACK, 1978, p. 110–27, e nossas discussões nas próximas seções.

importantes do conhecimento humano e da ciência, mas compreender a noção de verdade neste contexto delimitado, ainda que talvez sem poder fazer uma extrapolação imediata a outros, já seria algum progresso.

Em resumo, comparando a teoria semântica com as duas versões da teoria da correspondência que vimos, podemos dizer que, embora ela ganhe consideravelmente em clareza e sucesso, ao definir rigorosamente ‘sentença verdadeira-em-L’ para alguma linguagem formalizada L, apenas seus fundamentos metodológicos, como dissemos, parecem aproveitáveis do ponto de vista epistemológico.

1.4 Correspondência e verossimilhança – Popper

Popper afirma que sua teoria da verossimilhança está fundamentada na teoria da verdade de Tarski e que este último defende uma concepção correspondencial da verdade. O procedimento adotado por Popper consiste em definir a verossimilhança em termos de verdade e conteúdo; por isso ele precisa de uma definição de verdade. A distinção, que já mencionamos, entre abordagens definicionais e criteriosais em teorias da verdade é feita por Susan Haack,⁴⁵ ajudando a elucidar os diferentes propósitos que possam estar vinculados à formulação de uma teoria da verdade. Mediante tal distinção, podemos perceber que nem toda definição de verdade conduz ou pode conduzir a um critério de verdade, isto é, um critério para identificarmos aquelas coisas que possuem a verdade como uma propriedade. O projeto, contudo, não visa apenas chegar a uma definição de ‘verossímil’, mas alcançar um critério por meio do qual possamos comparar, por exemplo, duas teorias com respeito a seu grau de verossimilhança. Assim, a abordagem de Popper é não apenas

⁴⁵ Cf. HAACK, 1978, p. 88s.

definicional (sobre a verdade e a verossimilhança), mas também criterial. Vamos examinar primeiro as definições apresentadas por Popper e depois o critério por ele formulado, para então argumentarmos que este último não decorre daquelas.

*1.4.1 Uma condição de correspondência – o esquema (C)*⁴⁶

Popper não aceita definir a verdade como coerência ou consistência, o que seria o caso para uma teoria coerentista, nem como evidência ou utilidade, o que seria o caso para uma teoria pragmatista ou instrumentalista da verdade. Tais teorias são subjetivistas ou epistêmicas, diz ele, que acha que uma concepção da verdade adequada para os propósitos da ciência e seu progresso deve ser objetiva ou absoluta, o que, para ele, quer dizer correspondência com os fatos. Assim, Popper está interessado fundamentalmente em uma concepção correspondencial da verdade; ele só se volta para a teoria de Tarski porque acredita que ela envolve uma concepção correspondencial.

Popper pensa isso porque interpreta o esquema (T) como uma definição de verdade, no qual o lado esquerdo (onde temos o nome da sentença ou a sentença entre aspas) se refere à linguagem e o lado direito (onde temos a sentença sem aspas) se refere aos fatos. Ele afirma que, segundo Tarski, ‘verdade’ significa o mesmo que ‘correspondência com os fatos’ e apresenta o seguinte exemplo:

a afirmação ‘a neve é branca’ só corresponde aos fatos se a neve for, de fato, branca,

⁴⁶ Nossa apresentação do programa de Popper vai se concentrar fundamentalmente no tratamento que ele dá ao tema em *Truth, Rationality, and the Growth of Scientific Knowledge*, in POPPER, 1960. Contudo, cf. também POPPER, 1972, caps. 2 e 9.

que, obviamente, lembra o esquema (T), mas que, como veremos, é bastante diferente em seu objetivo. Enquanto o esquema (T) oferece uma condição de adequação material para definições de verdade para sentenças particulares, o que a condição enunciada por Popper faz é oferecer uma condição de correspondência. Uma reformulação mais elegante da condição apresentada por ele nos daria algo como o seguinte:

‘a neve é branca’ corresponde aos fatos se e somente se a neve é branca,

que é uma instância do que poderíamos denominar *esquema (C)*, que seria o seguinte:

(C) x é uma sentença que corresponde aos fatos se e somente se p ,

que é, obviamente, completamente diferente do esquema (T) apresentado por Tarski. Assim, o que Popper parece desejar fazer é chegar a uma definição de correspondência com os fatos. Isso não depende apenas de interpretar a teoria semântica de Tarski como uma teoria da correspondência – o que permanece como um ponto controverso –, mas de enfocar um problema diferente daquele tratado por Tarski. O esquema (T) apresentado por Tarski procura eliminar as definições de verdade que não são materialmente adequadas, ao passo que, na melhor das hipóteses, esse possível esquema (C) que atribuímos a Popper teria o objetivo de eliminar as definições de correspondência com os fatos que não fossem adequadas aos fatos, digamos, isto é, neste caso, aquelas definições de correspondência com os fatos que não apontassem fatos. Enquanto ‘ x ’ no esquema acima é substituída pelo nome de uma sentença (a sentença entre aspas, por exemplo), ‘ p ’ é substituída pela própria sentença. Vale lembrarmos

que Popper deseja afastar as teorias epistêmicas, exatamente aquelas que desejam definir a verdade sem o recurso aos fatos.

Admitindo que Popper tenha razão ao interpretar a teoria de Tarski como uma teoria da correspondência, podemos perguntar então por que o próprio Tarski não apresentou o esquema (C), em vez do esquema (T). A razão nos parece bastante óbvia e é que Tarski não desejava tratar do problema da correspondência, mas do problema da verdade que, como já sabemos pelo fato de que há teorias não correspondenciais da verdade, não precisa necessariamente ser identificado com o problema da correspondência. Por sua vez, Popper apresenta algo como o esquema (C) porque ele é que está interessado no problema da correspondência.

Assim como outros autores, Popper apresenta como razão para tomar a teoria de Tarski como uma teoria da correspondência o fato de este último definir verdade em termos de satisfação.⁴⁷ Isso, contudo, não é suficiente para mostrar que seria legítimo trocarmos o esquema (T) por algo como o esquema (C). Como vimos na apresentação da teoria de Tarski, tal interpretação decorre do fato de que a apresentação inicial da teoria não é modelo-teorética, mas absoluta. Popper deixa de lado o fato de que o próprio Tarski fez depois uma apresentação modelo-teorética e prefere continuar a tomá-la como uma abordagem absoluta, isto é, referindo-se ao mundo real. Mas isso já pressupõe uma noção de correspondência. Por essa razão, podemos tomar a teoria de Popper como uma teoria ingênua da correspondência – que seria menos ingênua se fosse assimilada, por exemplo, à teoria de Russell – e não como uma tentativa de aplicar a teoria de Tarski à linguagem não formalizada das ciências empíricas.

⁴⁷ Cf. POPPER, 1972, cap. 9.

1.4.2 Verdade e verossimilhança de teorias

Uma vez definida a verdade de uma teoria como sua correspondência com os fatos, Popper apresenta as definições de conteúdo de verdade e conteúdo de falsidade de uma teoria. O conteúdo de verdade de uma teoria é a classe de suas consequências lógicas e verdadeiras; o conteúdo de falsidade de uma teoria é a classe de suas consequências falsas. De fato, Popper negligencia o problema dos portadores de verdade e como ele está fundamentalmente interessado em comparar os graus de verossimilhança de teorias científicas, achamos mais apropriado dizer que ele oferece definições de verdade e verossimilhança para *teorias*. Se os conteúdos (de verdade e de falsidade) de duas teorias T_1 e T_2 forem comparáveis, então podemos dizer que T_2 é mais semelhante à verdade (ou *corresponde melhor aos fatos*) que T_1 se e somente se:

- (a) o conteúdo de verdade (mas não o conteúdo de falsidade) de T_2 excede o de T_1
- e
- (b) o conteúdo de falsidade (mas não o conteúdo de verdade) de T_1 excede o de T_2 .

Se esse for o caso, diremos então que T_2 tem um grau de verossimilhança maior que T_1 . Ora, David Miller demonstrou que isso só pode funcionar se T_2 for uma teoria verdadeira.⁴⁸ Popper reconhece que não sabemos se T_2 é verdadeira e, logo, mediante o resultado de Miller, vemos que sua definição não permite formular um critério de verossimilhança, que é o que ele tem como objetivo final. Além disso, em termos formais, não se trata, a rigor, de uma definição de graus de semelhança com a verdade de teorias quaisquer, mas apenas do grau de semelhança de

⁴⁸ Cf. MILLER, 1974; cf. ainda HAACK, 1978, p. 117.

uma teoria qualquer com uma teoria verdadeira, ou de uma teoria tomada como verdadeira, ou assim considerada por razões pragmáticas ou metodológicas.

De fato, a intuição do próprio Popper parece ser esta, pois se lembrarmos as seis situações que ele apresenta como aquelas em que seria apropriado comparar duas teorias (por exemplo, se T_2 explica os fatos com *maior detalhe* que T_1 , ou então se ela explica *mais fatos* que T_1), veremos que, em todas elas, a teoria T_2 é tomada como ponto de referência.⁴⁹ Ou seja, para efeitos metodológicos, é preciso pressupor que ela é verdadeira ou então que a consideramos provisoriamente verdadeira. Em suma, dada a situação em que se encontra nosso conhecimento, julgamos que uma das teorias é melhor que as outras e a utilizamos para julgar as demais. Ora, tal verdade provisória ou contextual não é mais, de forma alguma, correspondência com os fatos. E isso vale apenas se os fatos forem interpretados de maneira contextual, isto é: cada teoria determina o que é fato. Neste caso, contudo, a teoria de Popper seria uma teoria da coerência, ou seja, trataria da noção de correspondência entre hipóteses levantadas com base em uma teoria e os fatos admitidos pela teoria. Desta maneira, a abordagem de Popper, malgrado seu, parece se aproximar inevitavelmente das teorias epistêmicas que ele deplora. Esse resultado indesejável para um correspondentista é o mesmo, como veremos, que surge no caso da noção de verdade aproximada de realistas científicos como Richard Boyd.

Popper também chama a atenção para o fato de que qualquer comparação de teorias ou qualquer avaliação que fazemos sobre uma teoria tem de pressupor o conhecimento de fundo (*background knowledge*) contextual e estabelecido pelos cientistas.⁵⁰ Mas isso, mais uma vez, mostra que qualquer critério de

⁴⁹ Cf. POPPER, 1960.

⁵⁰ Cf. POPPER, 1960.

verossimilhança que ele nos possa oferecer é independente de uma definição absoluta ou correspondencial da verdade. Em suma, aparentemente, Popper deseja manter uma definição de verdade como correspondência, mas aceita um critério não correspondencial de verdade ou, melhor dizendo, daquele substituído para a verdade que ele julga a nosso alcance – a verossimilhança.

1.5 Verdade e significado – Davidson

1.5.1 A demarcação entre formas de linguagem

A discussão do programa de Davidson nos leva a retomar um dos pontos que destacamos acima ao examinarmos a teoria de Tarski, a saber, sua concepção de linguagem e a demarcação entre linguagem formalizada e linguagem não formalizada. A questão da aplicabilidade da abordagem de Tarski também ao domínio da linguagem não formalizada pode receber uma resposta, em parte, apenas se a própria demarcação defendida por Tarski for discutida mais detalhadamente. Veremos aqui, primeiro, como Davidson põe em questão essa própria demarcação, visando estender o método proposto por Tarski também à análise da linguagem coloquial. Veremos em seguida alguns pontos do programa de Davidson que estão diretamente relacionados com uma teoria da verdade, mas que não é necessariamente a teoria de Tarski.

É óbvio que a questão não se resume simplesmente a dar definições de linguagem natural ou coloquial, de um lado, e de linguagem formalizada, de outro. Tomada nestes termos, a discussão não poderia, é claro, avançar muito. Assim, Davidson parte do trabalho feito por lógicos, linguistas e filósofos, entre outros estudiosos da linguagem, além de seus objetivos ao estudar a linguagem e dos resultados que eles têm obtido. É na comparação de tais resultados que talvez possamos descobrir

que não existe o alegado divórcio entre linguagem natural e linguagem formalizada. A este respeito, vale retomarmos uma passagem em que Davidson coloca o problema de forma clara e concisa:

Quando os lógicos e os filósofos da linguagem expressam reservas a respeito do tratamento das línguas naturais como sistemas formais, isso pode ser porque eles estão interessados principalmente em questões metateóricas, como a consistência, a completude e a decidibilidade. Tais estudos pressupõem um conhecimento exato da linguagem que está sendo estudada, um tipo de precisão que pode ser justificada apenas se achamos que os aspectos relevantes da linguagem objeto são determinados por estipulação. Essa atitude, claramente, não é apropriada para o estudo empírico da linguagem.

Seria enganador, contudo, concluir que há dois tipos de linguagem, natural e artificial. O contraste é mais bem delineado em termos dos interesses concorrentes. Podemos procurar uma descrição da estrutura de uma língua natural: a resposta deve ser uma teoria empírica, aberta a teste e sujeita a erro, e condenada a ser incompleta e esquemática em alguma medida. Ou podemos buscar as propriedades formais das estruturas que, assim, abstraímos. A diferença é como aquela entre geometria pura e aplicada.⁵¹

Ora, o que Davidson argumenta nessa passagem, como em outras,⁵² é que são os interesses diferentes que possamos ter (por exemplo, como lógicos ou filósofos, de um lado, ou como linguistas empíricos, de outro) ao estudarmos a linguagem que nos fazem colocar em evidência, em maior ou menor grau, seus aspectos formais. Isto quer dizer que, para ele, não há uma linguagem formalizada, da qual os lógicos se ocupam, e outra não formalizável, da qual se ocupam os linguistas. Uma língua natural pode ser encarada como um sistema formal, caso sejamos capazes, por exemplo, de apresentar para ela uma teoria da ver-

⁵¹ DAVIDSON, 1990, p. 59s.

⁵² Cf. DAVIDSON, 1990, p. 28–9, 51, 53 e 55.

dade.⁵³ Assim, a questão que talvez seja colocada por Tarski como uma questão de princípio, ao assumir ele a demarcação entre dois tipos de linguagem, a coloquial e a formalizada, é retomada por Davidson como uma questão de fato, isto é, o sucesso de um programa como aquele concebido pelo próprio Davidson é que pode mostrar que não há por que assumir uma tal demarcação.⁵⁴

Assim sendo, Davidson encara seu programa como algo que se situa na continuação dos próprios projetos dos lógicos, como a arregimentação iniciada por Frege para termos como ‘todo’ e ‘algum’, embora seja ainda imenso o trabalho a ser feito.⁵⁵ Para ele, com seus empreendimentos lógicos, Frege e Tarski (apesar da cautela deste último com respeito à linguagem coloquial) nos permitiram ter uma compreensão mais profunda do funcionamento da própria linguagem natural. A isso se somariam projetos como o de Chomsky e de outros linguistas, permitindo pensar então em uma ampla colaboração entre linguistas, filósofos e lógicos.⁵⁶

O programa de Davidson e seus colaboradores consiste, portanto, em tomar partes do discurso coloquial e procurar fazer o mesmo tipo de arregimentação e descrição formal que os lógicos já conseguiram fazer com outros fragmentos. O resultado não seria uma reforma da linguagem coloquial – que a tornaria muito diferente daquilo que ela é, conforme os receios de Tarski –, mas uma compreensão profunda dos mecanismos lógicos que nela atuam. Neste caso, uma linguagem formalizada seria apenas uma linguagem artificial construída com alguns dos recursos que descobrimos na linguagem coloquial.

⁵³ Cf. DAVIDSON, 1990, p. 55.

⁵⁴ Cf. DAVIDSON, 1990, p. 28.

⁵⁵ Cf. DAVIDSON, 1990, p. 29 e 51.

⁵⁶ Cf. DAVIDSON, p. 30 e 55s.

1.5.2 O programa de Davidson

O ponto de vista de Davidson não deixa, obviamente, de ser questionável, mas o aspecto bastante razoável que ele apresenta e que outros autores também expressam é que não parece fazer muito sentido pensar que os desenvolvimentos formais em lógica estariam tratando de uma linguagem completamente diferente da linguagem coloquial, que as noções que aí se encontram são completamente distintas e incomparáveis com as noções que derivam de nossa prática ordinária da linguagem. Em particular, é claro, este deveria ser o caso da noção de verdade. Como comenta Susan Haack, ainda que as reservas de Tarski sejam compreensíveis, a importância de seu trabalho será consideravelmente menor se ele estiver tratando de uma noção completamente diferente da noção comum de verdade relacionada com a linguagem natural.⁵⁷

Neste caso, seria exagerada a modéstia expressa pelo próprio Tarski ao dizer que não se importaria se disséssemos que ele tratou de outro conceito (*ferdadeiro*, por exemplo – em inglês, *true*).⁵⁸ Mais que exagero, ela expressaria um ponto de vista bastante questionável, como seria aquele do físico que dissesse que sua teoria cinemática não seria capaz de forma alguma de explicar o movimento de um automóvel em uma estrada. Ora, o ponto de vista de Davidson, ainda que sujeito a ser provado (ou refutado) pelos fatos (as pesquisas a serem empreendidas sobre a linguagem coloquial), pelo menos resgata a razoabilidade de pensar que os programas teóricos ainda visam, em última instância, a nos ajudar a compreender uma parte do mundo, ainda que para isso tenhamos de ir muito longe daqueles primeiros fenômenos que nos chamaram a atenção. No caso da noção de verdade, já que ela pode nos ajudar a compreender melhor a linguagem humana em geral, o que Davidson propõe é que fa-

⁵⁷ Cf. HAACK, 1978, p. 120.

⁵⁸ Cf. TARSKI, 1970.

çamos o caminho de volta. Tal caminho de volta é justamente o programa que ele elabora, no qual a noção tarskiana de verdade é uma ferramenta e o trabalho a ser feito consiste em explicar o significado das sentenças de uma língua.

A noção de verdade se torna essencial neste programa porque, para Davidson, compreender o que uma sentença significa é compreender quais são suas condições de verdade.⁵⁹ Embora o significado das sentenças dependa, de alguma forma, das significações das palavras que nela estão, ele não é, por assim dizer, *construído*, a partir das significações dessas palavras. Por isso, Davidson procura uma forma de especificar o significado das sentenças de uma linguagem diretamente, por meio de sentenças da forma:⁶⁰

s significa que *p*,

onde '*s*' é uma sentença e '*p*' pode ser substituída por uma sentença. Se a linguagem de que tratamos está contida na metalíngua, a melhor candidata para substituir '*p*' é a própria *s*, caso contrário, seria uma tradução sua. O problema, contudo, é que a condição acima emprega a noção intensional de significado, o que impede que ela funcione para o propósito pretendido, que é o de especificar o significado de *s*. Assim, Davidson substitui 'significa que' por um predicado extensional, '*é T*', resultando em:

(*T*) *s* é *T* se e somente se *p*.

⁵⁹ Cf. DAVIDSON, 1990, p. 8; cf. ainda HAACK, 1978, p. 118, e KIRKHAM, 1995, p. 223s. Vale lembrar que este é também o ponto de vista de Austin, como vimos acima.

⁶⁰ Seguimos abaixo, resumidamente, a apresentação do próprio Davidson (1990, ensaio 2). Cf. também KIRKHAM, 1995, p. 224–30, e HAACK, 1978, p. 118–27.

Uma noção intensional de significado pressupõe o que um falante (ou uma teoria) diz. Se a noção de verdade deve ser uma ferramenta para fazer traduções (portanto, para compreender novas sentenças), e, para tanto, recorre à correspondência, então a noção empregada deve ser extensional, isto é, deve poder permitir que uma sentença seja substituída por outra (considerada sinônima), nas mesmas circunstâncias, *salva veritate*; ou seja, nas mesmas circunstâncias, ambas as sentenças são (consideradas) verdadeiras, independentemente do falante (ou da teoria). Para termos uma teoria do significado para uma linguagem L, o esquema acima é utilizado da seguinte maneira: substituímos 's' por uma descrição estrutural de uma sentença de L e 'p' pela própria sentença. Deste modo, o predicado 'é T' se aplica apenas às sentenças verdadeiras de L. E por isso temos aí uma definição recursiva de verdade-em-L, o que, por sua vez, especifica os significados das sentenças de L.

1.5.3 Algumas considerações avaliativas

Devemos fazer dois comentários adicionais a respeito dessa teoria. Em primeiro lugar, segundo Davidson, trata-se de uma teoria empírica, isto é, podemos testar os resultados da aplicação do esquema acima a cada sentença de L. Em outras palavras, ao especificar as condições de verdade de uma sentença de L, o esquema não nos diz nada, por outro lado, sobre as condições reais nas quais uma sentença é verdadeira. Ele apenas permite, em tais circunstâncias, que testemos a especificação de significado que foi apresentada para aquela sentença. É deste modo que a verdade se torna, segundo Davidson, uma ferramenta para compreendermos o significado das sentenças de uma linguagem.

Em segundo lugar, a consideração das circunstâncias em que a especificação de significado para uma sentença de uma linguagem pode ser testada leva Davidson a relativizar a verdade

ao tempo e a pessoas e, portanto, a considerar a verdade como uma propriedade de proferimentos ou atos de fala, sem perder a ideia de correspondência.⁶¹ Isso, obviamente, aproxima a concepção de verdade de Davidson daquela defendida por Austin.⁶² De fato, esta é a razão pela qual ele interpreta a própria teoria de Tarski como uma teoria da correspondência. O que Davidson acha que justifica tal interpretação é o fato de Tarski utilizar a noção de satisfação.

Dado que já discutimos acima este ponto, não vamos retomá-lo aqui. Vale mencionarmos apenas que, assim como no caso de Popper, no de Davidson, a correspondência é seu ponto de partida. Na medida em que Davidson se aproxima da concepção defendida por Austin, ainda que na versão purificada que Strawson apresenta,⁶³ do mesmo modo que no caso de Popper, aqui temos a impressão de que o recurso a Tarski é supérfluo. Assim sendo, toda a polêmica sobre a aplicabilidade do método de Tarski à linguagem natural (sejam línguas naturais, sejam dialetos das ciências) parece um pouco equivocada, já que, nestes dois casos, como vimos, ela repousa também na interpretação da teoria semântica de Tarski como uma teoria da correspondência.

Assim, os programas de Popper e de Davidson podem ser encarados apenas como programas que possuem certa analogia com aquele de Tarski. Mais especificamente, como vimos, algo parecido com o esquema (T) é utilizado nos dois programas, mas com interpretações diferentes e propósitos também distintos daqueles visados por Tarski. E isso, obviamente, não seria razão

⁶¹ Cf. DAVIDSON, 1990, p. 34 e 43s.

⁶² Cf. DAVIDSON, 1990, ensaio 3; e nossos comentários acima, neste capítulo. Vale dizermos que a extensionalidade é preservada (cf. nota 63, acima), uma vez que se estabelece uma relação entre enunciados e circunstâncias, embora, obviamente, todo enunciado seja feito por uma pessoa em determinado momento.

⁶³ Cf. DAVIDSON, 1990, p. 54.

suficiente para dizer que, nestes dois programas, temos uma extensão do método empregado por Tarski. Temos, com certeza, apenas métodos que guardam certa analogia com aquele. Isso com certeza mostra a importância epistemológica da realização de Tarski e que estratégias semelhantes poderiam ter certo sucesso em outros domínios; mas seria apenas isso, o que, aliás, é tão comum na história das ciências.

1.6 Verdade aproximada e adequação empírica – Boyd e van Fraassen

Na recente polêmica sobre o realismo científico, surgiram duas noções que são tomadas, à primeira vista, como conceitos derivados daquele de verdade como correspondência. Esta polêmica conheceu seu ponto alto nos anos 1980 com a publicação do livro *The Scientific Image*, de van Fraassen, além de um grande número de artigos nos periódicos especializados e diversos outros livros, de outros autores.⁶⁴ Nossa análise desse assunto vai se concentrar nas posições de Richard Boyd, como um representante típico do realismo científico, e de van Fraassen, cujo empirismo construtivo alcançou a posição de ser o antirrealismo típico mais discutido na literatura pertinente. Pela importância epistemológica que adquiriram as noções de verdade aproximada, defendida pelos realistas científicos, e de adequação empírica, formulada por van Fraassen, vamos também discuti-las brevemente aqui.

⁶⁴ Cf. VAN FRAASSEN, 1977, 1980 e 1985; BOYD, 1973, 1976, 1981, 1984, 1989 e 1990; NEWTON-SMITH, 1981; HACKING, 1983, os diversos ensaios que se encontram nas coletâneas: LEPLIN, 1984 e CHURCHLAND; HOOKER, 1985; cf. ainda DUTRA, 1998a, cap. 2.

1.6.1 Sucesso instrumental e subdeterminação

Para o realista científico, o que explica a confiabilidade instrumental de uma teoria científica é sua verdade aproximada. Se uma teoria é bem sucedida em explicar e prever determinados fenômenos, argumenta Boyd, entre outros realistas, isso se deve ao fato de ser ela aproximadamente verdadeira. Seria ambicioso demais dizer que a teoria é *exatamente* verdadeira, mas ela tem de ser pelo menos *aproximadamente* verdadeira se é um instrumento confiável de predição. Se o realismo científico, do ponto de vista de autores como Boyd, é uma explicação para o sucesso preditivo e explicativo das teorias científicas que temos nas ciências maduras, então tal explicação pressupõe a noção de verdade aproximada. A utilização frequente por Boyd das expressões ‘verdade exata’ e ‘verdade aproximada’ não permite necessariamente identificar a *verdade exata* com a *correspondência*. É óbvio que, em princípio, qualquer que seja a definição de verdade apresentada (correspondencial ou não), é possível associar a ela os qualificativos ‘exata’ e ‘aproximada’, para indicar graus de verdade. De fato, como sustenta J. J. C. Smart, o realismo científico não pode ter futuro se essa noção não for devidamente explicada.⁶⁵

Ao contrário dos realistas científicos, van Fraassen, entre os antirrealistas, argumenta que o sucesso preditivo (ou a confiabilidade instrumental das teorias científicas, como diz Boyd) não é a questão a ser respondida, mas, antes, o que interessa é o problema de como escolher entre duas ou mais teorias competidoras, todas empiricamente adequadas, isto é, todas elas sendo bem sucedidas em nos dar explicações sobre certos fenômenos e permitindo fazer predições corretas. Como poderia o realista, neste caso, explicar o fato de que duas teorias diferentes – teorias que dizem coisas diferentes sobre o mundo – gozam da mesma confiabilidade instrumental?

⁶⁵ Cf. SMART, 1979.

Teorias como as de Ptolomeu e de Copérnico, por exemplo, ou as teorias corpuscular e ondulatória da luz são bem sucedidas em explicar e prever os mesmos fenômenos e postulam a existência de entidades inobserváveis diferentes, que seriam responsáveis pelos eventos que observamos. Como tais teorias concorrentes atribuem diferentes constituições ao mundo (em sua parte inobservável), elas não podem ser ambas verdadeiras ao mesmo tempo, isto é, aparentemente, verdadeiras em sentido correspondencial. Em geral, nas discussões em torno do realismo científico, a verdade é entendida como correspondência, salvo aqueles autores que explicitamente defendem concepções alternativas. Esta seria talvez a razão para que as posições de Boyd e de van Fraassen sejam associadas, à primeira vista, com a teoria da correspondência. Contudo, de fato, o argumento de van Fraassen e dos antirrealistas em geral não pressupõe necessariamente a correspondência, mas a *bivalência*, isto é, que uma teoria ou é verdadeira, ou é falsa. Dado que as observações que podem confirmar uma delas podem confirmar também a outra, temos aquela situação que os antirrealistas chamam de subdeterminação das teorias pelas observações.⁶⁶ Segundo van Fraassen, a subdeterminação nos obriga a adotar critérios não epistêmicos para escolhermos uma das teorias competidoras, critérios de natureza pragmática, já que os critérios epistêmicos conclusivos (por exemplo, baseados no grau de confirmação das teorias competidoras ou em sua verdade) não estão a nosso alcance. A única noção com valor epistêmico que teríamos, diz van Fraassen, é a adequação empírica, que ele procura definir em termos de modelos.

⁶⁶ Apresentamos aqui, obviamente, um relato extremamente reduzido da polêmica em questão. Uma apresentação mais extensa e detalhada, e, por outro lado, introdutória e acessível, se encontra em DUTRA, 1998a, cap. 2. Sobre as concepções de modelo, inclusive a de van Fraassen, cf. DUTRA, 2020a e 2020b.

1.6.2 Verdade aproximada

Não vamos avaliar aqui as diversas razões que podem apresentar, de ambos os lados da polêmica, realistas e antirrealistas, mas consideraremos apenas de que forma as duas noções apresentadas acima são explicadas por seus defensores. O problema para o realista científico, mesmo que haja subdeterminação entre teorias competidoras, seria o de procurar determinar diferentes graus de verdade aproximada para elas, o que nos permitiria chegar a um critério epistêmico de avaliação sobre tais teorias e superar aquela situação de subdeterminação na qual todas as evidências que contam em favor de uma delas contam também em favor da outra.

Boyd acha que a noção de verdade exata não é adequada para avaliarmos a história das ciências, uma vez que temos razões para acreditar que todas as teorias que aceitamos são falsas. Não obstante falsas, elas são, a nossos olhos, melhores que suas predecessoras e esperamos que suas sucessoras venham a estar em melhor posição ainda, isto é, que elas estejam mais próximas da verdade. Mesmo falsas, as teorias nas ciências maduras possuem *grãos de verdade*, diz Boyd, isto é, certas partes que são verdadeiras. A ideia intuitiva aqui é a de que uma teoria científica nos dá um relato sobre o mundo. O fato de tal relato ser aproximadamente verdadeiro significa que ele pode ter partes verdadeiras e partes falsas, por exemplo, identificando as coisas certas, embora sem descrever seu comportamento corretamente. É como alguém que narra um acontecimento e acerta ao identificar as pessoas envolvidas, mas, por exemplo, inverte seus papéis. O esforço todo das ciências consistiria em procurar corrigir tais relatos, o que a experiência permite fazer, diz Boyd, diminuindo suas partes falsas e aumentando suas partes verdadeiras.

É óbvio que vemos ressurgir aqui aquele mesmo problema que já discutimos acima a respeito da noção de verossimilhan-

ça, defendida por Popper. Boyd reconhece que, no caso da noção de verdade aproximada, não temos até aqui nenhuma teoria similar àquela de Tarski, por exemplo, capaz de definir a verdade independentemente de quaisquer contextos teóricos e de circunstâncias específicas.⁶⁷ Entretanto, em vez de aderir a uma teoria da coerência, por exemplo, como os comentários acima poderiam sugerir, Boyd estende suas considerações à própria noção de correspondência. Ele afirma que a verdade depende do significado e, dado que este é um fenômeno natural, não apenas a noção de verdade aproximada seria então uma questão a ser tratada *a posteriori*, mas o seria também a própria noção de verdade exata. Boyd associa seu realismo científico a um naturalismo radical em epistemologia, isto é, à ideia de que uma teoria sobre o conhecimento humano, em todos os seus aspectos, é sempre uma teoria empírica. Ele também afirma que seu realismo é *dialético*, isto é, que está fundamentado na ideia de que nosso conhecimento estabelecido nos permite fazer novas descobertas sobre o mundo e estas, por sua vez, vão provocar revisões em nosso conhecimento aceito. Como comentaremos logo a seguir, este aspecto está intimamente relacionado com a associação que Boyd parece desejar fazer entre correspondência e coerência, que é, em última instância, o que permite superar a situação de subdeterminação. A este respeito, ele comenta:

A verdade é definível a partir da “denotação primitiva” (Field 1972), e a denotação, na explicação do realista, é uma questão epistêmica e, assim, causal. A verdade é verdade como correspondência e a correspondência é uma questão de interações causais complexas. De forma semelhante, falar de aspectos da aproximação da verdade é falar a respeito de similaridade e diferença entre situações causais reais e certas situações possíveis.⁶⁸

⁶⁷ Cf. Boyd 1990, p. 356 e 357–8.

⁶⁸ BOYD, 1990, p. 376.

Ao dizer que “a correspondência é uma questão de interações causais complexas”, aparentemente, Boyd faz referência a sua tese de que há uma relação dialética entre conhecimento e mundo, ou seja, de que nosso conhecimento do mundo, sendo um instrumento confiável de pesquisa, nos leva a fazer descobertas sobre o mundo real e, portanto, independentes de teorias. Tais descobertas, por outro lado, devem ser assimiladas pelas teorias, modificando nosso conhecimento. Este é, pois, o processo pelo qual, diz Boyd, a realidade corrige o conhecimento que temos a seu respeito. Ao longo deste processo dialético e natural que é a ciência, a verdade como correspondência entre nosso conhecimento e o mundo se nos impõe gradualmente, isto é, sucessivamente, por meio de teorias cada vez mais próximas da verdade (exata).

É por essa mesma razão que, em dado momento da história de uma ciência madura, temos certo conhecimento consolidado, aproximadamente verdadeiro que, sendo fruto daquele processo dialético entre realidade e pensamento, é a referência obrigatória que temos para quaisquer avaliações teóricas que tenhamos de fazer. É por essa razão que, ao considerarmos a situação de subdeterminação entre duas teorias competidoras, podemos preferir uma delas, ou seja, aquela que estiver mais de acordo com a tradição estabelecida.⁶⁹

Embora os métodos utilizados pelas ciências sejam reconhecidamente dependentes de teorias, sendo também fruto daquele processo dialético e natural, eles são confiáveis para fazermos descobertas e, logo, apresentam resultados independentes que transcendem seus contextos de origem. E temos uma confirmação disso, diz Boyd, na coerência entre os resultados obtidos em diversos campos.⁷⁰ Assim, embora, a rigor, a correspondência

⁶⁹ Cf. BOYD, 1973.

⁷⁰ Cf. BOYD, 1990, p. 379.

com o mundo nos dê a definição da verdade, a coerência nos daria o critério de verdade.

Curiosamente, esta mesma posição foi sustentada por Bradley, um dos grandes defensores da teoria da verdade como coerência.⁷¹ No caso de Boyd, ao que parece, teríamos uma definição correspondencial de verdade e, em acréscimo a ela, um critério de autorização, fundamentado na coerência. A distinção entre critérios de garantia (que são infalíveis) e critérios de autorização (que são falíveis) é apresentada por Rescher. Um critério de autorização consiste em detectar alguma coisa que esteja causalmente ligada a outra (por exemplo, febre com infecção), o que, por conseguinte, nos autoriza a inferir a presença desta outra coisa. No caso de uma infecção, por exemplo, ver o microorganismo em um microscópio seria o critério infalível para dizer que certo organismo tem aquela infecção causada por aquele microorganismo específico.

Ora, segundo Boyd, a própria coerência que encontramos entre as diferentes partes de nosso conhecimento sobre o mundo nos autoriza a inferir que nossas teorias são aproximadamente verdadeiras. Na concepção naturalista de Boyd sobre o significado e a verdade, a coerência é um efeito da correspondência e, portanto, um critério de verdade. Do mesmo modo, sendo a confiabilidade instrumental de uma teoria um efeito de sua verdade aproximada, podemos tomar aquela como critério para julgar a verdade aproximada das teorias.

Embora às custas de associar o realismo científico com o naturalismo – o que, obviamente, não é pouco –, em relação à teoria da verossimilhança de Popper, esta teoria da verdade aproximada de Boyd apresenta a vantagem de poder formular um critério aplicável de verdade aproximada, que consiste na asso-

⁷¹ Sobre a teoria de Bradley, cf. HAACK, 1978, p. 89, igualmente para o comentário a seguir a distinção entre critérios de garantia e critérios de autorização, apresentada por RESCHER, 1973.

ciação entre confiabilidade instrumental e coerência. Segundo tal critério, uma teoria instrumentalmente confiável e coerente com o restante do saber estabelecido, em determinado momento da história de uma ciência madura, deve ser considerada aproximadamente verdadeira. O problema é que é por esse mesmo procedimento, isto é, através da história das ciências e, em particular, da história da epistemologia, que descobrimos que, afinal, a verdade é correspondência, o que traz para a teoria de Boyd uma incômoda e talvez insuperável circularidade. Especificamente a respeito da versão de teoria correspondentista à qual Boyd se ligaria, aparentemente, ao adotar a interpretação de Field a respeito da teoria de Tarski, e em virtude de suas repetidas referências a este último, podemos dizer que ele pensa que é a teoria semântica de Tarski que apresenta a definição de correspondência. Contudo, não vamos, mais uma vez, retomar esse ponto.

1.6.3 Adequação empírica

Como vimos, Boyd não apresenta uma definição mais exata da noção de verdade aproximada e, de fato, o que faz é apresentar uma discussão epistemológica do assunto.⁷² Ao contrário, van Fraassen apresenta uma formulação precisa de adequação empírica. Segundo ele, em uma definição preliminar e aproximativa, uma teoria é empiricamente adequada se o que ela diz a respeito das coisas observáveis é verdadeiro. Ele diz:

Por ora, vamos ficar com a explicação preliminar de que uma teoria é empiricamente adequada exatamente se o que ela diz sobre as

⁷² Merecem menção algumas outras tentativas que, não obstante os esforços de seus autores, não representam nenhum progresso em relação à discussão do próprio Boyd, como: KOSTIOUK, 1979 (que apresenta uma interpretação modal) e WESTON, 1992 (que adota uma abordagem semântica).

coisas observáveis e eventos neste mundo é verdadeiro – exatamente se ela ‘salva os fenômenos’. De forma um pouco mais precisa: tal teoria tem pelo menos um modelo tal que todos os fenômenos dados nele se ajustam.⁷³

Formular uma teoria científica, diz van Fraassen, é apresentar uma família de modelos. As partes desses modelos que representam diretamente as coisas observáveis são suas subestruturas empíricas. Entendendo que as aparências são as estruturas (do mundo) que podem ser descritas em relatos experimentais e de medição, van Fraassen apresenta, mais adiante em seu livro, uma definição mais exata de adequação empírica, que é a seguinte:

(...) a teoria é empiricamente adequada se possui algum modelo tal que todas as aparências são isomórficas a subestruturas empíricas desse modelo.⁷⁴

Nesta definição exata de adequação empírica, o termo ‘verdadeiro’ não aparece, contudo. Assim, a questão que se nos coloca é em que medida a noção de adequação empírica, de fato, pressupõe a noção de verdade, tal como sugere a primeira formulação, preliminar, que van Fraassen apresenta.

É óbvio que, em primeiro lugar, van Fraassen pressupõe a distinção entre um domínio observável e um domínio inobservável de coisas, que ele elabora também de forma clara,⁷⁵ mas que, por outro lado, tem sido colocada sistematicamente em xeque pelos realistas científicos. Em segundo lugar, contudo, a adequação empírica é o isomorfismo parcial entre a realidade e um dos modelos da teoria, isto é, o isomorfismo entre as subestruturas empíricas do modelo e as coisas observáveis. Como van

⁷³ VAN FRAASSEN, 1980, p. 12.

⁷⁴ VAN FRAASSEN, 1980, p. 64.

⁷⁵ Cf. VAN FRAASSEN, 1985; cf. ainda DUTRA, 1993.

Fraassen fala de isomorfismo entre modelo e (uma parte da) realidade, somos levados a pensar que ele pode estar se referindo a algo semelhante ao que Russell ou Wittgenstein entendem como a verdade, isto é, a congruência entre proposições e fatos, como vimos no início deste capítulo. Não acreditamos, contudo, que este seja o caso.

É verdade que van Fraassen emprega o termo ‘isomórficas’ a respeito da relação entre as subestruturas empíricas de um modelo e as aparências, mas uma leitura mais atenta de seus textos mostra em que sentido exato esse termo é utilizado. Van Fraassen apela para a noção geométrica de isomorfismo e diz que duas estruturas são isomórficas se elas se encaixam uma na outra perfeitamente.⁷⁶ Contudo, a respeito dos modelos, ele fala de teorias axiomatizadas (ou axiomatizáveis em certa medida), para as quais um modelo (semântico ou conjuntista) é aquela estrutura que satisfaz seus axiomas.⁷⁷ Neste sentido, como sabemos, um modelo é basicamente a especificação do par $\langle U, I \rangle$, onde U é o conjunto universo do discurso e I é uma função interpretação. Como se sabe, U especifica os indivíduos dos quais uma teoria fala e I confere nomes a tais indivíduos e associa aos predicados e relações conjuntos de indivíduos, de pares ordenados, ternos ordenados etc. Trata-se simplesmente da estrutura conjuntista que nos permite decidir se as sentenças que deduzimos nesta teoria são verdadeiras ou falsas, estrutura na qual os postulados da teoria são verdadeiros. Mas, neste caso, em que sentido poderíamos dizer que as subestruturas empíricas de um modelo são isomórficas às aparências?

A questão que surge então é se os modelos (no sentido acima descrito), que construímos para interpretar nossas teorias, de algum modo, podem corresponder à realidade e ser isomórficos com ela. Na medida em que a ideia intuitiva que temos de um

⁷⁶ Cf. VAN FRAASSEN, 1980, p. 43.

⁷⁷ Cf. VAN FRAASSEN, 1980, p. 43s e 64s.

modelo é, em última instância, aquela da representação de um mundo possível, isto pode ganhar um sentido razoável. O que estaríamos perguntando então seria se algum mundo possível coincide com o mundo real, ou se o mundo possível descrito por uma teoria é o mundo real, ou, de forma mais específica ainda, se aquela parte de um mundo possível descrita por uma teoria coincide com uma parte correspondente do mundo real. É claro que se pode argumentar em favor de uma resposta realista a estas questões. E, do ponto de vista de Russell e Wittgenstein, poder-se-ia também defender que há, de alguma forma, certo isomorfismo ou congruência entre modelos e realidade, o que seria apenas uma versão mais complexa – e talvez mais completa – da teoria de que há correspondência entre proposições e fatos. Entretanto, isso não elimina a ideia misteriosa de um isomorfismo entre a realidade e um modelo, que é uma estrutura do tipo que apresentamos acima.

Outros comentários de van Fraassen, contudo, parecem desautorizar essa interpretação e sugerir que apenas em um sentido metafórico poderíamos falar de isomorfismo entre teoria e realidade ou entre modelo e realidade. Na única passagem em seu livro em que van Fraassen diz claramente como entende a verdade, ao mesmo tempo, ele desautoriza qualquer vinculação entre a noção de adequação empírica e essa noção, tal como ele mesmo nos leva a pensar a partir daquela primeira formulação sobre a noção de adequação empírica. Ele diz:

Eu ainda identificaria a verdade de uma teoria com a condição de que há uma correspondência exata entre a realidade e um de seus modelos. Isso implicaria que, se tal modelo tem partes que correspondem a cursos de eventos alternativos (no sentido de mutuamente incompatíveis), então pode haver uma completa correspondência entre o modelo e a realidade apenas se possíveis cursos de eventos alternativos forem reais. E é claro que as relações lógicas entre teorias e proposições continuam a ser definidas em termos de verdade: a teoria implica uma proposição exatamente se essa proposição é

verdadeira em quaisquer condições nas quais a teoria é verdadeira. Mas tudo isso é equivalente ao que disse acima sobre o inobservável: a adequação empírica não requer a verdade. Em minha concepção, a ciência busca apenas a adequação empírica e nada além disso é relevante para seu sucesso.⁷⁸

Um comentário sobre o contexto no qual essas considerações se inserem pode ajudar aqui. Van Fraassen está discutindo modelos probabilísticos para teorias físicas. Segundo ele, nas ciências atuais, a probabilidade é uma nova forma de modalidade. Ora, ele rejeita o realismo modal do mesmo modo que rejeita o realismo sobre entidades inobserváveis. Assim, uma teoria probabilística que fale de cursos alternativos e incompatíveis de eventos, para van Fraassen, não diz respeito a nada de real, isto é, não fala de dois reais cursos alternativos de eventos. E, contudo, pode ser uma teoria empiricamente adequada. Temos aí então uma circunstância em que uma teoria pode ser aceita como empiricamente adequada, mas não como verdadeira, pois este último caso implicaria aceitar um mundo, em si, contraditório. Por isso, a noção de adequação empírica pode – e deve – ser compreendida independentemente da noção de verdade como correspondência, afinal.

Deste modo, vemos que a noção de isomorfismo entre aparências e subestruturas empíricas de um modelo não tem nenhuma relação com a noção de correspondência como congruência, como poderia parecer à primeira vista. Mesmo definindo a verdade como correspondência, van Fraassen trata de isolar sua noção de adequação empírica dessa noção de correspondência. Assim, não há nenhuma relação entre sua teoria e, por exemplo, a teoria da correspondência de Russell e Wittgenstein. A noção de adequação empírica depende da noção de isomorfismo, definida para modelos, mas não da noção de verdade.

⁷⁸ VAN FRAASSEN, 1980, p. 197–8.

Por outro lado, a única referência explícita às teorias clássicas da verdade que van Fraassen faz em seu livro menciona Tarski, em uma passagem em que ele declara sua vinculação à concepção semântica defendida por E. Beth e P. Suppes para interpretar as teorias científicas.⁷⁹ A concepção semântica, como sabemos, interpreta as teorias científicas como famílias de modelos, diferentemente da concepção sintática ou axiomática, que as interpreta como classes de axiomas a partir dos quais podemos deduzir teoremas. Se nos restringirmos ao domínio das linguagens de primeira ordem, contudo, as abordagens são equivalentes em virtude da completude, já que os modelos são as estruturas que fazem os axiomas e teoremas de uma teoria verdadeiros. Assim, podemos dizer que a noção de adequação empírica, estando ligada à abordagem semântica, pressupõe a noção semântica de verdade apresentada por Tarski. Como a única forma que, neste caso, teríamos de ligar a abordagem de van Fraassen a uma teoria da correspondência seria por meio, mais uma vez, da interpretação da própria teoria de Tarski como uma teoria da correspondência, coisa que o próprio van Fraassen não faz, então não há por que quisermos vincular a noção de adequação empírica à noção de verdade como correspondência.

1.7 As teorias epistêmicas – pragmatistas e coerentistas

A abordagem ao problema da verdade que apresentaremos no próximo capítulo guarda alguma semelhança, pelo menos no uso de certos termos, com as teorias pragmatistas e com as teorias da coerência, aquelas teorias que Popper denomina epistêmicas. Esta é uma denominação que também vamos adotar aqui. A semelhança entre nossa abordagem ao problema da

⁷⁹ Cf. VAN FRAASSEN, 1980, p. 67.

verdade, que é baseada em uma análise da pragmática da investigação, e as teorias epistêmicas nos faz pensar que é útil incluir neste capítulo uma discussão a este respeito, com o objetivo de poder mostrar depois as diferenças que há entre nossa abordagem e elas, prevenindo assim interpretações equivocadas. Além disso, as teorias epistêmicas – em particular, a teoria da coerência – representam uma alternativa tradicional e desafiadora à teoria da correspondência, com importantes críticas de parte a parte.

Antes de mais nada, por que as teorias da coerência e as teorias pragmatistas seriam denominadas teorias epistêmicas? Como vimos acima, Popper assim as denomina porque, ao contrário da teoria da correspondência, que faz com que a verdade dependa de uma relação entre o que pensamos do mundo e este último (uma relação, por exemplo, entre proposições e fatos), as teorias epistêmicas pretendem que a verdade seja uma questão interna, dependendo exclusivamente do que pensamos do mundo, de nossas crenças, teorias etc., de nosso próprio conhecimento enfim.

De fato, em geral, o que as teorias da coerência fazem é dizer que a verdade consiste na coerência interna de um sistema de crenças (ou de enunciados). Neste caso, a verdade é identificada com a coerência. No caso das teorias pragmatistas, o que teríamos seria a identificação da verdade com a utilidade ou o consenso, por exemplo, dependendo da formulação exata que os diversos autores apresentam. Também neste caso teríamos então a quebra de uma relação com o mundo ou a realidade. Qualquer acordo se daria independentemente dos fatos ou de estados de coisas, quer reais, quer possíveis.

As teorias pragmatistas da verdade são defendidas pelos filósofos pragmatistas, como C. S. Peirce, William James e John Dewey. As teorias da coerência, originalmente, estão relacionadas com a filosofia do Idealismo Absoluto, com origem em Hegel, e foram depois defendidas por autores como F. H. Bradley e

Brand Blanshard. Com origem diferente desta, mais recentemente, Nicolas Rescher também apresentou uma teoria da coerência. Além disso, em decorrência de problemas internos do empirismo lógico dos autores do Círculo de Viena (as dificuldades com o fundacionismo advogado por Carnap), outra versão da teoria da coerência é apresentada por Otto Neurath e, durante um curto período, ecoada por Quine. Outros autores, mais recentes, no domínio da filosofia da ciência, também se aproximam dessa posição, como, por exemplo, Thomas Kuhn.⁸⁰

Nossa apresentação aqui vai se basear na versão de Neurath, o que se deve a duas razões principais. Em primeiro lugar, Neurath associa elementos de coerência com elementos pragmáticos, embora ele não esteja ligado a nenhuma das duas tradições antes mencionadas, nem a idealista, nem a pragmatista. Isso nos permite perceber claramente a proximidade das duas formas de teorias epistêmicas e podermos, em última instância, reduzi-las a uma só. Em segundo lugar, Neurath apresenta uma versão linguística de teoria epistêmica, o que nos permite, por outro lado, formular com mais clareza os problemas lógicos que são a base das principais objeções feitas às teorias da coerência. A noção de acordo, por exemplo, que a teoria epistêmica de Neurath pressupõe é clara e precisa, permitindo dar uma resposta adequada às principais daquelas objeções, embora ela sucumba, como veremos, à objeção mais importante.

⁸⁰ Na literatura de comentário, tais teorias são sempre discutidas em livros específicos sobre as teorias da verdade ou então em livros de filosofia da lógica, como, por exemplo, HAACK, 1978, p. 94–9, GRAYLING, 1990, cap. 5, KIRKHAM, 1995, cap. 3, e MOSTELLER, 2014, cap. 3 e 4, com referências às obras dos autores acima mencionados.

1.7.1 As teorias pragmatistas

Como não temos a intenção de discutir mais detalhadamente as outras formulações de teorias epistêmicas, vale mencionarmos as linhas gerais das versões pragmatistas que, à primeira vista, parecem representar uma concepção distinta da concepção coerentista.

Segundo Peirce, a verdade é a finalidade da investigação, mais exatamente, aquela opinião sobre a qual há acordo geral entre aqueles que investigam utilizando o método científico após um tempo suficientemente longo. É reelaborando essa ideia que James diz então que as crenças verdadeiras são aquelas que se tornam imunes à refutação pela experiência, o que nos permite chegar a um sistema consistente de crenças. Tais crenças estáveis são aquelas que possuem, segundo Dewey, a propriedade de *assertibilidade garantida*, que seria uma expressão preferível ao termo 'verdade'. São aquelas crenças às quais conferimos o título de *conhecimento*. É à partir dessas noções gerais que James pode também identificar a verdade com a utilidade, expressando uma concepção instrumentalista, portanto, baseada na confiabilidade instrumental dos sistemas estáveis de crenças. Há muitos detalhes interessantes a respeito das diferentes formulações dos pragmatistas, sobretudo de James, que são discutidos nos comentários acima referidos e nos quais não vamos entrar. Há, obviamente, diferenças relevantes entre os três autores pragmatistas mencionados, mas desejamos aqui apenas encontrar algumas noções comuns entre eles, que são aquelas que os aproximam da concepção coerentista.

Deste modo, resumidamente, podemos dizer que a abordagem pragmatista entende que a verdade é uma propriedade de sistemas estáveis de crenças, uma estabilidade que eles adquirem em virtude de dois fatores principais, a saber, sua capacidade de resistir a provas experimentais e sua coerência interna. O primeiro aspecto diz respeito ao próprio desenvolvimento dos

programas de pesquisa que podem levar a tais sistemas estáveis. O segundo é, por sua vez, claramente o aspecto coerentista que está envolvido na abordagem pragmatista.⁸¹

1.7.2 A noção de sistema coerente

São as teorias da coerência que tratam, por sua vez, de forma mais detalhada do tipo de acordo que pode tornar a verdade algo assimilável à coerência interna de um sistema de crenças ou de proposições. Além disso, é preciso compreender de forma um pouco mais clara o que se entende ao empregar o termo 'sistema'. Começemos por este último ponto. Vamos falar de um sistema de sentenças ou proposições, compreendendo que o mesmo valeria para as crenças, na medida em que pudemos dizer que estas são expressas ou por meio de sentenças de uma linguagem, ou são representadas por proposições. O problema da escolha de um portador de verdade não é tão crucial neste caso.

A primeira ideia (intuitiva) que temos de sistema é de um conjunto ou classe de sentenças ou proposições, como, por exemplo, os postulados (axiomas e regras de inferência) de uma teoria formalizada (em matemática ou em lógica) e os teoremas que podem ser provados a partir deles. Contudo, se dissermos que a coerência é uma propriedade de tais classes de proposições, teremos que reduzi-la a outras noções mais específicas que, por sua vez, representam propriedades eminentemente lógicas, como correção, completude e consistência.

Pensemos então por exemplo, no cálculo proposicional como um sistema coerente. Embora essa noção se mostre um tanto restritiva, ela envolve uma ideia que pode ser mais produtiva para definirmos a coerência. Um sistema como este não

⁸¹ Haack enfatiza que, em Peirce, há claramente um elemento correspondencial em sua concepção da verdade, *cf.* HAACK, 1978, p. 97 e 99.

admite como teoremas duas proposições contraditórias. Assim, se A é um teorema, $\neg A$ não é um teorema. Mas podem ser teoremas outras fórmulas quaisquer, como B ou C , desde que não sejam contraditórias com A , isto é, incompatíveis com ela, portanto. Desta forma, podemos definir a coerência não como consistência, no sentido que o termo tem a respeito de sistemas lógicos, mas como *compatibilidade*. Via de regra, contudo, os defensores de teorias da coerência almejam mais que isso. Mais que compatibilidade, eles costumam defender que os sistemas coerentes devem ser não apenas *consistentes*, mas também *compreensivos* ou, melhor dizendo, *abrangentes*.⁸² A compatibilidade, enquanto ausência de desacordo, seria então, obviamente, uma primeira condição necessária, mas não suficiente, para a coerência. Antes de discutirmos outros detalhes relacionados com essa última noção, vejamos como Neurath a delinea.

Na ciência unificada, tentamos construir um sistema não contraditório de sentenças protocolares e não protocolares (inclusive leis). Quando uma nova sentença nos é apresentada, nós a comparamos com o sistema a nossa disposição e determinamos se ela entra em conflito com o sistema ou não. Se a sentença está mesmo em conflito com o sistema, podemos descartá-la como inútil (ou falsa), como, por exemplo, faríamos com “Na África, os leões cantam apenas em tons maiores”. Pode-se, por outro lado, *aceitar* a sentença e, assim, mudar o sistema de forma que ele permaneça consistente mesmo depois do acréscimo da nova sentença. A sentença seria então denominada “verdadeira”.⁸³

Nesta passagem, Neurath define claramente falsidade como conflito com o sistema. Uma sentença pode ser declarada falsa se está em conflito com o sistema no qual vai ser recebida. Por que Neurath diz *pode*, em vez de dizer que a sentença *será de-*

⁸² Cf. a este respeito RESCHER, 1973; cf. ainda HAACK, 1978, p. 95s. Voltaremos adiante a este ponto.

⁸³ NEURATH, 1959a, p. 203.

clarada falsa? A razão reside no fato de podermos revisar o sistema e aceitar tal sentença (inicialmente conflitante com ele). Neste caso, para continuar consistente, o sistema terá de sofrer alguma alteração. Se a nova sentença for aceita, algumas das outras sentenças previamente aceitas terão de ser excluídas. Estas serão então declaradas *falsas* e aquela nova sentença que foi aceita será declarada *verdadeira*. As sentenças excluídas, quaisquer que sejam, são declaradas *falsas* porque, para o sistema, elas são inúteis, já que conflitam com ele. Mas a questão mais importante é aquela sobre as razões para aceitar uma nova sentença e declará-la *verdadeira*.

Uma sentença compatível ou não conflitante com o sistema pode ser aceita e, mediante revisão do sistema, uma sentença inicialmente conflitante também pode ser aceita, quando então é dita *verdadeira*. A verdade é, portanto, um título que se lhe confere por razões diferentes. Uma delas seria o simples fato de poder ela entrar no sistema. Neste caso, a verdade é, portanto, compatibilidade ou acordo. Mas a razão para declarar *verdadeira* uma sentença que, primeiro, estava em conflito com o sistema, e depois, mediante a revisão deste, não, é outra. Não pode ser simplesmente o novo sistema, pois isso seria um procedimento *ad hoc* irresponsável. Tal razão tem, portanto, que ser exterior ao sistema.

A correspondência da sentença com um estado de coisas seria uma razão possível, mas essa é uma opção que Neurath não deseja aceitar. Sua abordagem visa criticar exatamente o ponto de vista de Carnap, segundo o qual há determinadas sentenças que são verdadeiras – e, logo, intocáveis em um sistema – por corresponderem a experiências sensíveis: os protocolos primitivos, exatamente ou, em termos mais recentes da epistemologia, as sentenças observacionais. A este respeito e retomando algumas das ideias que vimos acima, Neurath diz:

É sempre a ciência, como um sistema de enunciados, que está em questão. *Enunciados podem ser comparados com enunciados*, não com “experiências”, “o mundo” ou qualquer outra coisa. Todas estas *duplicações* destituídas de significado pertencem a uma metafísica, mais ou menos, elaborada, e devem, por essa razão, ser rejeitadas. Cada novo enunciado é comparado com a totalidade dos enunciados existentes, previamente coordenados. Dizer que um enunciado é correto é dizer que ele pode ser incorporado nessa totalidade.⁸⁴

Aqui, em vez de empregar o termo ‘verdadeiro’, Neurath diz que os enunciados são declarados *corretos*. Isso deixa claro que ele não pensa em nada semelhante à correspondência.⁸⁵ Entretanto, permanece o problema da razão para revisar o sistema e assumir uma nova sentença como verdadeira ou correta. Apenas razões pragmáticas podem então ser levadas em consideração, já que também não seria o caso de manter um sistema a todo custo. Certas razões pragmáticas, como a utilidade para determinado fim, seriam então aceitáveis. Um fim determinado pode ser, por exemplo, aumentar o poder preditivo do sistema.⁸⁶

Este é o aspecto pragmatista ou instrumentalista que a concepção de Neurath envolve, aspecto que ele expressa na parábola do navio, que tem de ser reparado enquanto nele navegamos, aquela imagem que fascinou Quine, que a repete tantas vezes.⁸⁷ De fato, em *Two Dogmas of Empiricism*, podemos dizer que Quine está bastante próximo dessa posição defendida por Neurath. Quine parece adotar a mesma posição que Neurath, mas depois nega que possua uma concepção coerentista da

⁸⁴ NEURATH, 1959b, p. 291.

⁸⁵ Cf. também NEURATH, 1959b, p. 292, onde ele diz que o sistema da ciência unificada não substitui a realidade.

⁸⁶ Cf. NEURATH, 1959b, p. 286.

⁸⁷ Sobre este ponto e os que são comentados a seguir, cf., respectivamente: NEURATH, 1959a, p. 201; QUINE, 1969, p. 42s.; QUINE, 1981, p. 29s; QUINE, 1960, p. 24.

verdade. Além disso, mesmo em *Word and Object*, há uma recusa dessa concepção. Como veremos no próximo capítulo, Quine deseja se aproximar da posição de Tarski, interpretando-a como uma teoria da eliminação. A concepção claramente relativista – e, logo, anticorrespondentista – de Neurath é expressa em outra passagem:

A ciência unificada formula enunciados, corrige-os e faz previsões. Mas ela não pode antecipar seu próprio futuro. Não há nenhum sistema “verdadeiro” de enunciados, distinto daquele aceito atualmente. Seria destituído de significado falar de tal coisa mesmo enquanto um conceito-limite.⁸⁸

É óbvio, aqui, que um sistema não pode ser verdadeiro no sentido correspondencial. Além disso, já que Neurath tem uma atitude tolerante e aberta com o uso dos diferentes termos – ‘verdadeiro’, ‘correto’, ‘compatível’ etc. –, poderíamos perguntar se sua posição, afinal, não seria aquela de eliminar a verdade, isto é, de defender uma teoria da redundância da verdade. Isto, claramente, não é o caso, pois a questão é que o sistema é instrumentalmente útil porque é um sistema e é um sistema porque é composto de proposições compatíveis ou não conflitantes. Esta é, de qualquer modo, uma propriedade do sistema, e uma teoria da coerência é uma teoria que identifica a verdade com uma propriedade do sistema enquanto tal, internamente, sem referência a nada de externo. Tal propriedade é o que o torna um sistema, isto é, a coerência, e esta, enquanto substituto da verdade, não é eliminável. É também por esta razão que nossa abordagem fundamentada em uma análise da pragmática da investigação, que apresentamos nos próximos capítulos, não pode ser identificada como uma teoria da coerência.

⁸⁸ NEURATH, 1959b, p. 286. Isto tem, mais uma vez, eco em Quine, cf. *Ontological Relativity*, QUINE, 1969.

1.7.3 A noção de abrangência do sistema

A coerência não é, portanto, para Neurath, assim como para outros defensores da concepção coerentista da verdade, apenas a compatibilidade ou ausência de contradição entre as sentenças ou proposições, nem simplesmente a coerência no sentido lógico. Ela é também *abrangência*. Para Neurath, é o sistema da ciência unificada que possui tais propriedades. O poder preditivo de um sistema (ou teoria) não decorre apenas da compatibilidade de suas proposições, mas também de sua abrangência. Se pensarmos, por exemplo, que um sistema é uma teoria científica, vemos claramente que a exigência de abrangência é razoável. Pois uma teoria não será nem mesmo um instrumento confiável ou útil para fazermos previsões se não tiver um conteúdo mínimo. Pensemos, por exemplo, numa mecânica que tivesse a noção de velocidade, mas não a de aceleração. Ela seria, no mínimo, muito limitada em seu poder preditivo se a compararmos com as teorias mecânicas que conhecemos e se tivermos em conta os fenômenos que desejamos explicar e prever por meio delas.

Aqui encontramos o principal obstáculo para as teorias epistêmicas da verdade, como esta noção que é apresentada por Neurath. Afastada a correspondência com o mundo ou com estados de coisas, as duas exigências de compatibilidade (das sentenças) e de abrangência (do sistema) têm de ser aplicadas mediante critérios que decorrem do próprio sistema. A verdade não seria então apenas definida como coerência, mas seria eleita como critério.⁸⁹ Em outras palavras, qualquer critério para julgar a coerência do sistema deve derivar do próprio sistema. Esta mesma objeção é apresentada de forma mais exata nos seguin-

⁸⁹ Como já dissemos, trata-se da distinção entre abordagens definicionais e criteriosais, apresentada por Haack (1978, p. 88s) e defendida por Rescher (1973, cap. 1 e 2), que distingue entre critérios infalíveis ou de garantia e critérios falíveis ou de autorização.

tes termos: para sabermos se uma proposição é compatível com o sistema, ela não pode ser contraditória com uma das proposições já admitidas no sistema. Entretanto, como ‘contraditório’ significa que estas proposições não podem ser ambas verdadeiras ao mesmo tempo, então definimos a verdade por meio da noção da coerência, mas depois definimos a coerência utilizando a noção de verdade, o que é circular.⁹⁰

Retornando ao caso do cálculo proposicional, costumamos dizer que certo teorema pode ser provado (sintaticamente) neste sistema porque (semanticamente) trata-se de uma fórmula verdadeira em todas aquelas interpretações em que são verdadeiros os postulados e vice-versa. Por exemplo, se A é um teorema, sabemos que não podemos aceitar $\neg A$ como teorema porque estas fórmulas são contraditórias, ou seja, uma é verdadeira quando a outra é falsa e é falsa quando a outra é verdadeira. Se isso não ocorre entre A e B , por exemplo, então podemos dizer que estas são consistentes uma com a outra ou mutuamente compatíveis, ao contrário de A e $\neg A$.

De fato, as noções intuitivas que empregamos para definir o operador ‘ $\neg$ ’ (de negação) são as noções de verdade e falsidade. Mas sabemos de outras formas de fazer isso, como, por exemplo, construindo a tabela que define o comportamento desse operador e utilizando símbolos diferentes, quaisquer que sejam. É também usual fazer isso utilizando ‘0’ e ‘1’, mas podemos utilizar dois símbolos de outro tipo, como ‘♣’ e ‘♠’, como a tabela adiante mostra.

Podemos dizer que duas fórmulas, A e $\neg A$, são contraditórias se toda interpretação (uma das linhas na tabela) que associa um dos símbolos a uma delas associa o outro símbolo à outra. Além

⁹⁰ Esta é uma objeção comum, mencionada, por exemplo, por Grayling (1990, p. 139) e Kirkham (1995, p. 107s), ambos com formulações específicas um pouco diferentes da que apresentamos aqui. Cf. também as objeções de Russell que mencionamos na seção 1.1 deste capítulo.

disso, como podemos definir o comportamento dos operadores com mais de dois valores, como fazem as lógicas polivalentes, não precisamos associar de forma alguma os símbolos empregados com as noções intuitivas de verdade e falsidade. Teremos o problema de definir a significação dos símbolos empregados, mas não precisamos fazer isso recorrendo a ‘verdadeiro’ e ‘falso’ necessariamente.

A	$\neg A$
♣	♠
♠	♣

Uma nova objeção, neste caso, é que definimos também assim as regras de inferência para o cálculo proposicional e, por outro lado, achamos que algumas dessas regras são preservadoras da verdade. Mais uma vez, contudo, podemos simplesmente dizer que elas são preservadoras de ♠, por exemplo. E o problema é, de novo, apenas o de sabermos o que é ♠, isto é, o que o símbolo ‘♠’ significa.

A questão pode ser então reformulada da seguinte maneira: em um sistema fechado e finito, podemos fazer isso sem acabar fatalmente em alguma circularidade? Esta também é uma objeção comum contra as teorias epistêmicas, algumas vezes apresentada como o argumento dos marinheiros bêbados, nenhum dos quais pode sustentar os outros.⁹¹ A objeção diz respeito a teorias coerentistas da justificação, mas, na medida em que estas podem pressupor uma noção coerentista de verdade, o argumento se aplicaria ao caso que estamos discutindo. De qualquer forma, o problema da justificação tem a ver com o problema da aplicação de um critério de justificação, que pode derivar de um critério de verdade. É neste ponto que o aspecto

⁹¹ Cf. HAACK, 1995, p. 27.

pragmatista pode salvar as teorias epistêmicas. Pois podemos sustentar que nunca lidamos com sistemas fechados ou acabados, mas com sistemas abertos, isto é, sistemas que sempre podem ser socorridos por novos acréscimos, novas proposições aceitas. O problema, contudo, é que um critério de aceitação de novas proposições no sistema, como vimos acima, tem de provir do próprio sistema, no estágio em que ele se encontra antes de aceitarmos uma nova proposição. Deste modo, retornamos sempre ao problema anterior.

Desta forma, vemos que o que há de complicado nas teorias epistêmicas não é o fato de definirem elas a verdade como coerência, por exemplo, ou como qualquer outra coisa que seja o caso. O problema é o da regressão, que faz com que sempre tenhamos circularidade nas definições feitas no sistema. É óbvio que algum tipo de recurso externo tem de ser admitido para lidarmos com os sistemas – o que já seria um apelo à correspondência, no sentido mínimo de um acordo com alguma coisa de fora do sistema. Como veremos no próximo capítulo, em uma abordagem centrada na análise da pragmática da investigação, há como fazer isso sem os inconvenientes das teorias clássicas da correspondência. Entre um sistema e um contexto para o qual ele é elaborado é possível algum acordo, que pode adquirir variadas formas específicas.



ACORDO

Uma concepção alternativa da verdade

A noção de verdade é fundamental nas discussões epistemológicas e podemos dizer mesmo que uma discussão sobre esse tema é muitas vezes necessária para avançarmos nas investigações sobre as questões cognitivas. As teorias sobre a verdade parecem, assim, poder socorrer a epistemologia em seus próprios fundamentos, como mostram algumas das discussões do capítulo anterior. Mesmo numa análise da pragmática da investigação, precedendo a elaboração de teorias sobre o conhecimento, a noção de verdade se mostra particularmente importante, uma vez que é óbvio que o objetivo de qualquer investigação é a verdade. Mas a mesma análise da pragmática da investigação revela que, via de regra, é a ideia de *acordo* que associamos à noção de verdade; tal acordo é interpretado de formas diferentes nos diferentes contextos de investigação.

São as linhas gerais dessa relação entre a noção de acordo e os contextos de investigação que pretendemos discutir neste capítulo. Suas primeiras seções são polêmicas; elas procuram fazer uma crítica das teorias da verdade mais discutidas na literatura, tendo como fio condutor o portador de verdade adotado, com exceção das teorias da coerência. A razão disso é que, como vimos no capítulo anterior, para estas últimas, o problema da escolha de um portador de verdade não é crucial, enquanto é para outras das teorias tradicionais que examinamos. Ora, a escolha de determinado portador de verdade está indiretamente relacionada com uma concepção de conhecimento, o que fica mais claro em alguns autores, como Russell, embora menos em outros, como Tarski. O resultado que esperamos obter é mostrar

como todas as teorias examinadas estão associadas a teses metafísicas que, obviamente, podem ser defendidas, mas que podem ser evitadas por meio de uma mera análise da pragmática da investigação. Ao contrário do que nossa análise poderia sugerir, não vamos defender a eliminação da noção de verdade, como fazem algumas teorias eliminativas, como as que pregam ou a redundância, ou a descitação. Por isso, um comentário a respeito destas últimas será também incluído neste capítulo.

Nas três últimas seções, que são construtivas, apresentaremos nossa formulação do problema da verdade com base em uma análise da pragmática da investigação. Partimos do exame da noção comum de verdade como acordo; em particular, procuramos estender a abordagem de Austin àqueles casos considerados recalcitrantes, como as proposições universais. O resultado geral de nossa abordagem será um relato de como nos parecem dar-se as coisas numa investigação qualquer no que diz respeito ao papel aí desempenhado pela noção de verdade e, logo, apresentar uma formulação alternativa do problema da verdade em seu uso epistemológico. Uma descrição mais abrangente do que compreendemos por pragmática da investigação será apresentada no capítulo 3.

2.1 De que coisa a verdade é uma propriedade? – Algumas possibilidades

As discussões sobre a noção de verdade levantam a questão sobre os portadores ou veículos da verdade, isto é, nos fazem perguntar de que coisas a verdade é uma propriedade. Uma teoria da verdade deve poder dar uma resposta a esta pergunta, mas as teorias conhecidas dão respostas mais, ou menos, precisas a ela. Russell, por exemplo, em diferentes momentos de suas reflexões sobre a verdade, como vimos no capítulo anterior, lhe dá respostas diferentes. Em 1912, ele dizia que as crenças são os por-

tadores da verdade e, em 1918, as proposições. Também varia, entre estes dois momentos, a importância de uma resposta mais, ou menos, exata à pergunta. Para ele, tal variação se dá em função dos interesses mais gerais que motivam a formulação de uma teoria da verdade. As crenças e as proposições parecem responder mais prontamente a interesses epistemológicos ou metafísicos, ao passo que os enunciados e as sentenças, por exemplo, a interesses ou lógicos, ou linguísticos. Contudo, se se trata, por outro lado, de atender ao mesmo tempo a interesses epistemológicos e metafísicos, as proposições parecem mais apropriadas. É o caso da teoria apresentada por Russell em 1918.¹

Desde então, as diversas teorias da verdade que foram propostas procuraram dar respostas mais claras e exatas àquela pergunta, especificando suas preocupações fundamentais, tal como vemos ocorrer com Tarski, que elege as sentenças como portadores da verdade, por ter em mente as linguagens formalizadas. É o caso também de Austin, que escolheu os enunciados, tendo em mente a linguagem comum e preocupando-se antes com o uso que com a significação dos termos. Vamos procurar problematizar as respostas que estas – hoje consideradas – as principais teorias clássicas da verdade dão à questão dos veículos da verdade. Em todas elas, há dificuldades ontológicas que nos parecem superáveis apenas em uma abordagem pragmática como aquela que apresentaremos nas seções finais. De fato, no capítulo precedente, ao apresentarmos estas (e outras) teorias da verdade, mencionamos e discutimos algumas de suas dificuldades. Aqui, ao contrário, pretendemos levantar novas objeções. Como veremos, neste caso, são as dificuldades encontradas por essas

¹ Sobre a propriedade de escolher este ou aquele portador ou veículo da verdade, segundo os objetivos da análise a ser feita, *cf.* RUSSELL, 1992, p.184–7.

teorias que resultam especificamente do envolvimento de questões ontológicas nas discussões sobre a noção de verdade.

2.1.1 O que é um portador de verdade?

Já seria uma questão preliminar considerar um dos três termos – ‘portadores’, ‘veículos’ ou ‘suportes’ (ou outros ainda) – para nos referirmos genericamente àquelas coisas que supostamente possuem a propriedade de serem verdadeiras. O termo ‘portador’ (como uma tradução do inglês ‘bearer’) é estranho e sugere que há uma coisa que leva ou carrega a verdade. Neste sentido, tal coisa pode ter momentaneamente a verdade, mas não possuí-la de fato, como uma propriedade fundamental sua. Um metafísico diria aqui que a verdade seria, neste caso, um acidente, mas não constituiria sua essência. Assim, o uso desse termo parece mais apropriado para aqueles que desejam dar uma resposta mais vaga à questão acima formulada, sem se comprometerem definitivamente com certo portador (ou tipo de portador) da verdade. Para os fins a que se destinaria tal possível teoria da verdade, seria conveniente dizer apenas que determinada coisa (ou tipo de coisa) carrega, ou leva, ou traz consigo a verdade.

Inicialmente, o termo ‘veículo’ sugere o mesmo sentido de ‘portador’, pois achamos que o portador de algo é seu veículo, já que o leva. Contudo, um exame mais atento sugere que a significação comum de ‘veículo’ é mais vaga, ou que talvez leve a compromissos ontológicos menores, ou que não leve a eles de forma alguma. Veículos são coisas como carros, por exemplo. E seria muito estranho pensar que o passageiro fosse uma propriedade do carro – no sentido metafísico, ou um acidente, ou sua essência –, a não ser que desejemos dar uma definição exata de ‘veículo’, associando o termo com aquelas coisas que se não levarem passageiros, não são veículos ou podem levá-los (ou não), mas em geral levam. Entretanto, fora devaneios metafísicos

deste tipo, no senso comum, não se faz qualquer associação mais próxima entre um veículo e aquelas coisas específicas que ele leva. Todos concordariam em dizer que, embora um carro seja um objeto destinado a transportar pessoas, um carro velho, abandonado, que já não roda mais, continua sendo um carro, mesmo não levando ninguém a parte alguma. Neste sentido, falar de veículos da verdade parece mais cômodo ainda que falar de portadores, pois sugere que falamos apenas de coisas que fazem a ligação entre duas outras ou que levam uma coisa de um lugar para outro. E, do ponto de vista ontológico (e também pragmático), parece interessante a ideia de que a verdade é aquele acontecimento (ou tipo de acontecimento) que se dá quando uma coisa é ligada a outra ou quando estabelecemos uma relação entre duas coisas. Isso parece apropriado ao caso da teoria de Austin, embora ele não seja explícito a esse respeito, assim como à abordagem que apresentaremos nas últimas seções deste capítulo.

Ao contrário dos dois primeiros termos, a palavra ‘suporte’ sugere inicialmente um vínculo mais estreito com questões metafísicas. Uma tela, por exemplo, é o suporte de um quadro e não há quadro ou pintura que não esteja sobre uma tela, ou papel, ou madeira etc. Ou seja, a verdade deveria necessariamente estar em alguma coisa, embora possa estar em mais de uma. Apenas em um sentido impróprio poderíamos falar de um quadro antes de estar ele pintado, isto é, de estar sobre algum suporte. Enfatizamos aqui o termo ‘sobre’ porque ele é empregado não em sentido físico, mas metafísico ou, melhor dizendo, metafórico ou quase-metafórico, pois o que está sobre a tela é a tinta, não o quadro, nem a pintura, o desenho, a imagem. Empregamos estes últimos quatro termos para nos referirmos à ocorrência de, por exemplo, tinta sobre tela. Este exemplo nos sugere então que a linguagem pode ser o suporte da verdade, assim como se costuma dizer que ela é o suporte do pensamento. E, assim, isto pareceria mais apropriado para aqueles que

desejam defender que a verdade é uma propriedade de sentenças, por exemplo, ou de outras entidades linguísticas. Entretanto, também se costuma dizer que a verdade é uma propriedade do conhecimento. Por outro lado, dizemos ao mesmo tempo que a linguagem é veículo do conhecimento e não seu suporte. Ela é suporte também do significado, costuma-se dizer. E, assim, as coisas começam a se complicar antecipadamente.

2.1.2 Relatos e teorias

Além de crenças, proposições, sentenças e enunciados, há outras coisas às quais costumamos atribuir a verdade como uma de suas propriedades. É o caso de uma teoria científica ou de um relato qualquer. Se prestarmos atenção, em primeiro lugar, ao emprego do termo ‘verdadeiro’ e seus correlatos, começaremos a descobrir coisas interessantes. Assim, costumamos dizer de uma teoria científica que ela é (ou pode ser) verdadeira, do mesmo modo como dizemos que alguém nos deu um relato verdadeiro de um acontecimento. Contudo, de um relato também costumamos dizer que ele é (ou pode ser) adequado e talvez isso seja o mais comum. Dizer, por exemplo, “o secretário apresentou um relato adequado da situação” parece mais natural que dizer que ele apresentou “um relato verdadeiro da situação”. E o curioso é que se tivermos de explicar o que entendemos por ‘adequado’, provavelmente, apontaremos o termo ‘verdadeiro’ como seu sinônimo. E provavelmente acrescentaremos o comentário: “o secretário apresentou a situação tal como ela é”. Isso sugere, obviamente, que estaremos entendendo as palavras ‘verdadeiro’ e ‘adequado’ como fórmulas econômicas equivalentes à expressão ‘tal como é’, da forma como ela ocorre em construções do tipo: ‘isto é tal como aquilo’, ‘o filho é tal como o pai’ (‘tal pai, tal filho’) etc. E ‘tal como é’ e suas variações têm outros substitutos, como: ‘é igual a’, ‘é parecido com’, ‘é similar a’ etc. Em suma, para nos atermos aos adjetivos, teremos um

conjunto de termos de uso equivalente: ‘verdadeiro’, ‘adequado’, ‘semelhante’, ‘correspondente’, ‘similar’, ‘parecido’, ‘igual’ etc.

Também de uma descrição, assim como de um relato, podemos dizer que ela é adequada, mas soaria estranho dizer que ela é verdadeira. Por outro lado, não seria estranho dizer: “a descrição que o secretário nos deu corresponde aos fatos”. Aqui, ‘descrição’ parece sinônimo de ‘relato’. E se alguém descreve um objeto (uma xícara, digamos), também podemos comentar: “sua descrição corresponde à xícara”. Mas não diríamos: “sua descrição é verdadeira em relação à xícara”. Esta última construção, embora possível, é ruim em português. E mesmo que seja aceitável, dificilmente saberíamos exatamente o que ela quer dizer. Aqui, a própria sintaxe parece influenciada não apenas por aspectos semânticos, mas pragmáticos mesmo. Talvez a construção não seja aceitável não apenas porque o predicado ‘verdadeiro’ não nos parece associável a coisas como a descrição de um objeto, mas que a descrição de um objeto não seria um elemento no conjunto que define extensionalmente a significação de ‘verdadeiro’ porque nosso uso não nos leva a isso. Mas deixemos por ora esse ponto de lado.

O resultado destas considerações é que, se no uso comum da linguagem, somos capazes de empregar os termos acima mencionados sem ambiguidade e com toda correção gramatical, uma vez que nosso conhecimento intuitivo de sua pragmática nos guia com segurança, no momento em que iniciamos nossa aventura semântica de definir esses termos, começamos a encontrar dificuldades importantes e, mais tarde, resultados contraintuitivos do ponto de vista pragmático e até incorretos do ponto de vista sintático. Em suma, se somos capazes de utilizar sem problemas os predicados semânticos, como ‘verdadeiro’, ‘adequado’ etc., por outro lado, as tentativas de defini-los, tal como fazem as teorias da verdade, parecem apenas nos levar a dificuldades cada vez maiores. Nosso objetivo aqui é exatamen-

te o de pôr em destaque algumas dessas dificuldades, aquelas de caráter ontológico ligadas à própria escolha de um veículo, ou portador, ou suporte da verdade.

As teorias científicas, para retomarmos outro exemplo, são consideradas coisas capazes de serem verdadeiras. Os estudiosos de filosofia da ciência sabem, contudo, como é difícil definir o que se entende exatamente ao empregar o termo ‘teoria’. Grande parte das discussões neste domínio de investigação consiste em tentar fazer isso. Vale citarmos dois casos. Carnap tinha uma concepção sintática das teorias, uma concepção axiomática, segundo a qual as teorias são encaradas como conjuntos de enunciados dos quais outros enunciados podem ser inferidos, como os teoremas que, num sistema axiomático, podem ser provados a partir dos postulados (axiomas e regras).² Em oposição a esta concepção, mais recentemente, van Fraassen retomou a defesa de uma concepção semântica, segundo a qual as teorias são famílias de modelos, como vimos no capítulo anterior. A discussão é longa a respeito das vantagens e desvantagens de cada uma das concepções, mas se nos restringirmos a linguagens de primeira ordem, em princípio, as abordagens sintática e semântica parecerão equivalentes. O próprio van Fraassen sustentou isso por um tempo, antes de fazer uma defesa mais decidida da concepção semântica.³

Aqui, contudo, o que importa é que, seja numa interpretação sintática, seja numa abordagem semântica, continuamos sem saber exatamente o que é uma teoria científica. Vamos da ideia mais simples de um conjunto de enunciados para a noção mais complicada de certa organização desses enunciados segundo determinada estrutura, aquilo que, por sua vez, pode ainda ser

² Para uma apresentação concisa da concepção defendida por Carnap, além dos textos conhecidos deste autor, cf. SUPPE, 1974.

³ Cf. van FRAASSEN, 1980. Cf. ainda DUTRA, 1998a, p. 43s. Cf. também DUTRA, 2020a e 2020b.

interpretado como um esquema conceitual, tal como vemos nos textos de Kuhn e de Quine, por exemplo.⁴ E, ao falarmos em armação conceitual, estamos em pleno coração daquela província da filosofia que, sendo a mais distante e inóspita, por outro lado, tanto nos atrai, porque tão exótica – a metafísica.

O que explica o parentesco lógico entre os enunciados que compõem uma teoria científica é certa armação conceitual, como uma espécie de espaço lógico que abriga em sua distorcida geometria essa espécie de corpos lógicos que são os enunciados. Se a teoria é verdadeira, pelo menos alguns de seus enunciados têm de ser verdadeiros. Se nos restringirmos aos axiomas da teoria, eles serão todos verdadeiros. Mas eles terão de ser independentes e de permitir provar todos os enunciados válidos. Se tudo isso se der, então entenderemos que a teoria representa uma parte do mundo – por isso ela será verdadeira. Mas então tem de haver algum parentesco entre a armação conceitual e o mundo (ou certa armação do mundo). E, enfim, remontamos a Russell e Wittgenstein. Atingimos os átomos lógicos, a congruência, os estados de coisas, os tipos de fatos etc., tantas entidades!⁵

Voltemos à ideia de armação conceitual. Pareceria mais apropriado dizer que a verdade é uma propriedade sua. E isso pode ser interpretado tanto no viés das teorias da correspondência, quanto naquele das teorias da coerência. Mas, em qualquer um desses casos, abandonamos os primeiros objetos de investigação (as teorias e os enunciados como supostas partes suas) e passamos a falar de outras entidades, empregando noções que parecem mais obscuras. A noção de teoria também é obscura –

⁴ Cf. KUHN, 1970, e diversas passagens de Quine. Para uma crítica dessa concepção, cf. DAVIDSON, 1990, p. 183s. A resposta de Quine a Davidson se encontra em QUINE, 1981, p. 38s.

⁵ Cf. nossas discussões no capítulo anterior, inclusive sobre o possível parentesco entre a noção de isomorfismo defendida por van Fraassen e a noção de congruência de Russell e Wittgenstein.

e por isso mesmo fizemos a viagem metafísica até a armação conceitual. E a noção de enunciado – assim como de sentença, proposição e outras – é obscura também, como veremos. O problema consiste em fazer apenas aquelas aventuras metafísicas que parecem poder nos explicar aquilo que é não problemático em seu uso. Mas então por que procurar explicar tais coisas como a verdade? Há razões sérias, contudo, como os paradoxos. Não sendo problemáticos do ponto de vista sintático (e nem pragmático, aliás), do ponto de vista semântico, eles parecem uma ameaça a qualquer uso consistente da linguagem. Russell e Tarski são meridianamente claros a esse respeito. Mas veremos que o problema está na abordagem ou visão semântica que eles possuem. Em uma abordagem pragmática, os paradoxos são problemas menores, se é que o são.

2.2 As proposições como portadores de verdade – Russell

2.2.1 *A ideia comum de acordo*

Voltemos à questão inicial, reformulada da seguinte maneira: que coisas são verdadeiras? Nossos candidatos à verdade são: proposições, sentenças e enunciados, além de outras coisas, como relatos e teorias. Vamos nos concentrar apenas nos três primeiros, pressupondo que, de um modo ou de outro, teorias e relatos, por exemplo, podem ser reduzidos a conjuntos de proposições, ou sentenças, ou enunciados. Vejamos se podemos qualificar algum destes para a eleição daquela coisa que será considerada uma coisa que pode ser verdadeira, uma coisa que possua tal propriedade. Adiantemos que, a nosso ver, ou todos se qualificam, ou nenhum deles.

Ao dizermos que uma teoria é verdadeira, ou que um relato é verdadeiro, queremos dizer, obviamente, que há algum tipo de acordo entre o que se diz e o que é. Colocada a questão com tal generalidade, não há problema com a noção de verdade. Nossa

formulação acima é equivalente em generalidade à máxima de Aristóteles, na *Metafísica*, ou à convenção (T) proposta por Tarski. Ambas as três apenas procuram expressar a ideia comum de que a verdade consiste em algum tipo de acordo. De fato, estamos recusando aquelas interpretações que tomam as teorias de Aristóteles e de Tarski como teorias da correspondência, como vimos no capítulo precedente. A nosso ver, elas expressam unicamente a ideia comum de que há algum tipo de acordo na noção de verdade, sem necessariamente conter qualquer interpretação sobre a natureza de tal acordo. Nenhuma das três formulações é problemática porque as tomamos ao pé da letra, por assim dizer, isto é, atemo-nos ao sentido comum dos termos empregados. Nos contextos em que elas podem – e são – enunciadas, como nas primeiras linhas deste parágrafo (e dado que já temos conhecimento de algumas teorias da verdade), elas são perfeitamente claras.

O problema todo começa quando, para darmos uma definição (mais) exata para as palavras ‘verdade’ ou ‘verdadeiro’, somos obrigados a ir além de seus contextos de uso, nos quais nossas intuições sobre a pragmática de nossa língua nos guiam em um emprego perfeitamente seguro desses termos. O que uma teoria da verdade pode fazer então é criar um contexto teórico no qual uma definição de ‘verdadeiro’, por exemplo, seja também perfeitamente clara. É isso o que almejam todas as teorias da verdade, tendo mais, ou menos, sucesso. Parte das críticas a elas dirigidas resulta de uma má compreensão dos contextos teóricos nos quais elas podem e devem ser avaliadas. Mas como não podemos isolar completamente tais contextos teóricos – seja porque se trata sempre de estudar e explicar propriedades de uma e mesma linguagem (e *a priori* não há por que não pensar que esse é o caso), seja porque os contextos teóricos têm relações inegáveis –, é preciso também avaliarmos a plausibilidade de uma teoria da verdade de fora, digamos, transcendendo esses contextos.

As observações de Tarski sobre as precauções que deveriam ser tomadas quanto a uma aplicação de seu método semântico, defendido por ele para linguagens formalizadas, às línguas naturais mostram como, às vezes, devemos evitar sair do âmbito próprio de uma teoria da verdade, mas como, às vezes, por outro lado, é bastante compreensível o desejo de fazê-lo.⁶ Assim, nem toda crítica feita de fora vale, mas não podemos nos furtar a uma avaliação de uma teoria da verdade do ponto de vista exterior a seu contexto e mais geral em escopo, desde que sejamos capazes de criar ou delimitar adequadamente o novo contexto de discussão. No caso presente, o contexto que devemos criar é de caráter ontológico. No caso das últimas seções deste capítulo, tal contexto será, obviamente, epistemológico.

2.2.2 *A metafísica das proposições*

As proposições foram em 1918 eleitas por Russell como os portadores, veículos ou suportes da verdade. Como vimos no capítulo anterior, este autor não tem a menor preocupação de esconder o fundo metafísico diante do qual se dá sua investigação. Ele nega explicitamente o monismo metafísico de viés hegeliano e defende um pluralismo que denomina *atomismo lógico*, como é bem conhecido. Sua análise deve poder nos levar aos constituintes últimos (para nossos recursos intelectuais atuais) do mundo, mas não no sentido físico e sim no sentido linguístico (lógico). Os átomos lógicos são as coisas que correspondem às proposições elementares. Dizemos isso porque as proposições elementares (atômicas) são as menores unidades de significado. A tese metafísica defendida por Russell é que seu significado está assegurado pelos átomos lógicos. Inferimos sua existência a partir das proposições atômicas e conhecendo a estrutura destas é que podemos conhecer a estrutura daqueles.

⁶ Cf. as discussões encontradas no capítulo precedente, assim como TARSKI, 1983 e DAVIDSON, 1990.

Esta é a tese epistemológica, em viés linguístico, que Russell acrescenta a sua abordagem e que tanto influenciaria o Círculo de Viena.

Russell é generoso ao proliferar os tipos de átomos lógicos no mundo porque se atém a certa tipologia das proposições – atômicas, moleculares, gerais etc. Começamos a entender o que é uma proposição conhecendo seus tipos. Eles são diferentes porque dizem respeito a diferentes maneiras de falar do mundo. Embora, à primeira vista, a noção de proposição, para Russell, seja linguística, ela se aproxima da noção de crença, que ele privilegiara em 1912. E, como dissemos antes, em 1918, embora considerasse tais noções equivalentes, ele diz que falar das proposições é mais apropriado para fins lógicos (linguísticos). Assim, parece que Russell pensa que as proposições são objetos ou coisas de natureza linguística – coisas da linguagem.

Em certo tipo de análise da linguagem – que é a sua em 1918 e a de Wittgenstein em 1922, no *Tractatus* –, podemos dizer que as proposições são aquelas coisas em que consiste a linguagem. Contudo, segundo outro modo de ver a linguagem, como o de um gramático (o caso de um linguista seria menos claro), as sentenças é que parecem ser aquelas coisas nas quais a linguagem consiste. E um filólogo nos falaria de palavras ou vocábulos etc. Essas diferenças possíveis de enfoque ao tratar da constituição da linguagem resultam do parentesco da abordagem adotada com outras disciplinas, como a metafísica, por exemplo.

Assim, Russell fala da linguagem em um viés mentalista, o que é mais claro em 1912. Mas as proposições que ele quer discutir prioritariamente em 1918 ainda são coisas muito semelhantes a crenças, ideias, noções, concepções, pensamentos enfim. Aproximamo-nos, assim, da concepção comum que remonta a Frege, segundo a qual a proposição é aquilo a que se referem, por exemplo, sentenças sinônimas, na mesma língua ou em línguas diferentes. ‘Está chovendo’ e ‘chove’, em português, e ‘it’s raining’ e ‘il pleut’, em inglês e francês, respectivamente,

se refeririam então à mesma proposição – e Russell diria, ao mesmo fato – aquele que torna a proposição verdadeira. Para ele, os falantes do português, por exemplo, estariam proferindo a mesma proposição e se referindo ao mesmo fato ao empregarem ou ‘está chovendo’, ou ‘chove’. E o mesmo valeria para o caso do falante do inglês que dissesse “it’s raining” e para o falante do francês que dissesse “il pleut”.

Deste modo, vemos que a proposição é uma ficção útil para explicar traduções. Justificamos a tradução de ‘it’s raining’ para ‘está chovendo’ ou ‘chove’ ao dizermos que ambas as três expressam a mesma proposição. Trata-se de uma ficção mentalista capaz de explicar a comunicação intra e extralinguística, dentro da mesma língua ou então entre falantes de línguas diferentes. Mas tomar o termo ‘proposição’ de forma realista requer a defesa de uma teoria da mente, que pode ser feita e o é efetivamente, mas que possui um flanco metafísico amplo e frágil. Basta lembrarmos as considerações de tantos autores, entre eles notadamente Quine, sobre a impropriedade de explicarmos a linguagem e a comunicação nestes termos mentalistas. A ficção útil passa a ser vista como entulho metafísico quando outras formas de falar da linguagem se tornam possíveis e, aparentemente, menos comprometidas com doutrinas metafísicas sobre a natureza da mente. Isso é também um mito que se denuncia ao examinarmos mais de perto o que se entende por ‘sentença’, como veremos.

2.3 As sentenças como portadores de verdade – Tarski

2.3.1 *O que é uma sentença?*

Parte do entusiasmo com a teoria da verdade de Tarski se deve ao fato de ter ele escolhido falar de sentenças como aquelas coisas que podem ser verdadeiras ou falsas. Basta lembrarmos a simpatia de Quine para com ela. Não é apenas porque,

com as sentenças, os lógicos estão mais à vontade, pois eles podem definir ‘sentença’ de modo claro por meio das noções de fórmula bem-formada, variável etc. Mas é também porque falar de sentenças dá a falsa impressão de que se fala de forma mais apropriada da linguagem e, logo, de que a abordagem seria eminentemente linguística, o que é uma falsa aparência e resulta de uma certa miopia ontológica. Pois as sentenças não são menos problemáticas que as proposições, não apenas porque se pode questionar sua atribuição de verdade, mas também porque elas são entidades *estranhas*, digamos assim.

O que é uma sentença, afinal? Entre lógicos, gramáticos e linguistas, é comum dizer que uma sentença é uma sequência de símbolos em uma língua ou linguagem, uma sequência que atenda a determinados requisitos de caráter sintático e, às vezes, semântico. Há diversas formulações alternativas dessa noção geral, diversas definições mais exatas de ‘sentença’, mas está sempre presente a ideia de sequência de símbolos. ‘Chove’ e ‘está chovendo’ são diferentes sentenças do português, ou em português, assim como ‘a xícara está sobre o pires’.

Contudo, estas e outras sequências de símbolos, escritas sobre papel (ou então ditas de viva voz), não nos parecem poder ser verdadeiras, pois elas são objetos físicos que, por convenção, associamos a outras coisas (físicas ou não). Dizemos que tais coisas físicas não poderiam ser verdadeiras, obviamente, pressupondo a noção comum de acordo, tal como analisaremos adiante, pois é óbvio que alguém poderia defender a ideia de que a verdade é uma propriedade de certos objetos físicos, como discutiremos adiante. Além disso, a noção de sequência de símbolos é vaga e precisa ser socorrida por noções adicionais para podermos, por exemplo, dizer que em português ‘chove’ é uma sentença e ‘xícara’ não é. É claro que sabemos dos meios possíveis – sintáticos, semânticos e mesmo pragmáticos – para chegarmos a um critério mais claro e seguro para demarcar as sentenças de outras sequências de símbolos. Mas isso só mostra

que a noção de sentença é, afinal, demasiado vaga. E problemas do mesmo tipo podem ser levantados em relação à noção de símbolo, que utilizamos para definir sentença.

2.3.2 O que é um símbolo?

Assim como uma sentença, o símbolo não pode ser o objeto físico simplesmente, algo que costumamos associar a outro objeto. ‘Xícara’ é um símbolo que associamos a certo objeto físico, mas o que associamos não são nem as marcas de tinta acima feitas, nem os sons que produzimos ou ouvimos ao dizer “xícara”, nem o conjunto de todos esses objetos físicos. Um modo de sairmos dessa dificuldade seria o de recorrer à noção de ideia (e, depois, às ideias de oração ou proposição), o que é feito por alguns autores. Mas aí voltam as mesmas dificuldades acima consideradas a respeito das proposições e de noções mentalistas equivalentes.

A ideia vaga de que um símbolo é um objeto físico que está no lugar de outro e que o representa, assim como a ideia de que uma sentença é uma sequência de símbolos, parecem ambas então mais atrapalhar que ajudar. Pois se ‘a xícara está sobre o pires’ (esse próprio objeto físico aqui colocado, a sequência de símbolos) for considerada verdadeira, no caso, por exemplo, de haver uma xícara sobre um pires, então estamos dizendo algo bastante estranho, embora sustentável por alguma metafísica esdrúxula. Estamos dizendo que a verdade é uma relação (ou um tipo de relação) entre objetos físicos. Ela seria uma relação que descobrimos entre certos objetos físicos ao investigarmos seu comportamento do ponto de vista físico, ainda que eles sejam criações nossas, como símbolos, xícaras e pires. A verdade, assim como o movimento, por exemplo, seria uma questão de enunciar uma lei da natureza. Ora, este nos parece um resultado contraintuitivo dessa possível abordagem.

É por isso que as teorias sobre os símbolos sempre recorrem a noções mentalistas, como a intencionalidade. Pois nos parece ser preciso fugir desse resultado contraintuitivo de pensar que a verdade, tal como é o movimento, seja uma relação entre objetos físicos. Tal resultado nos parece a todos contraintuitivo porque, em momentos como este, naturalmente, emerge nossa compreensão vaga e comum da verdade como acordo, que resulta do domínio pragmático que temos do uso do termo ‘verdadeiro’ e seus correlatos. É isso que faz com que alguns filósofos da mente pensem que mesmo numa abordagem fisicalista a intencionalidade seria ineliminável, como, por exemplo, Davidson ao defender seu monismo anômalo e Russell, antes dele, ao defender o monismo neutro que emprestou de James e, mais recentemente, Quine ao se comprometer com a concepção defendida por Davidson.⁷

Como se sabe, as considerações dos filósofos sobre a intencionalidade, remontando a Brentano, fazem dela uma noção diferente da noção comum associada ao termo (de ter *intenção* ou *propósito*). A noção comum é que, por sua vez, é um caso particular de intencionalidade no sentido técnico dos filósofos. ‘Intencionalidade’ deriva do latim *intendere*, possuindo o sentido de tender para, visar a, apontar, estabelecer um objetivo etc. O uso da linguagem é intencional no sentido de que os falantes visam a determinadas coisas quando utilizam símbolos e os associam a elas. Diz-se também que a linguagem intencional neste sentido técnico é também intensional, isto é, as definições puramente extensionais dos termos (enumerando os objetos a eles associados) não esgotam sua significação. Para utilizarmos um exemplo clássico, de Frege, podemos dizer que as expressões ‘estrela da manhã’, ‘estrela da tarde’ e ‘Vênus’ possuem a

⁷ Cf. RUSSELL, 1992, p. 277s; cf. também DAVIDSON, 1980, ensaios 11–13, assim como as discussões de QUINE, 1993, p. 61s.

mesma extensão, já que se referem ao mesmo corpo celeste, mas o sentido intensional de cada uma delas é diferente.

Assim sendo, já que não parece possível definir o que é uma sentença independentemente da noção de proposição (ou de noções mentalistas correlatas), Tarski não poderia ter nenhuma objeção sustentável a trocarmos a palavra ‘sentença’ pela palavra ‘proposição’ em todas as passagens em que ele diz que só está discutindo como definir a verdade para sentenças em linguagens formalizadas. Mas talvez fosse então mais razoável empregar aí a noção de enunciado. E isso nos leva à última das teorias da verdade que desejamos discutir aqui, aquela de Austin.

2.4 Os enunciados como portadores de verdade – Austin

2.4.1 *Acontecimentos linguísticos*

A noção de enunciado nos introduz no domínio da pragmática. Se uma sentença é composta de símbolos (palavras, por exemplo) e pertence a uma língua ou a uma linguagem formalizada, por outro lado, um enunciado é um evento. O falante de uma língua utiliza uma sentença de sua língua para fazer um enunciado. Isto é, para determinada audiência, em certa circunstância, portanto, ele pronuncia a sentença. É claro que o falante e a audiência (o ouvinte) podem ser a mesma pessoa. Austin está falando, assim, dos papéis *falante* e *ouvinte*, papéis que as pessoas desempenham em circunstâncias de comunicação ou uso da linguagem. Se alguém vê diante de si uma xícara sobre um pires e diz: “a xícara está sobre o pires”, esta pessoa está produzindo um enunciado verdadeiro.

Pragmaticamente falando, há uma gama de enunciados possíveis em determinadas situações (convenções descritivas). Parte de todo o trabalho realizado pelos falantes de uma língua consiste em relacionar sentenças de sua linguagem com tipos de situações nas quais elas podem ou poderiam ser enunciadas.

Logo, o estabelecimento das convenções descritivas nos dá um conjunto de realizações possíveis, isto é, um conjunto potencial de enunciados. Mas há convenções mais específicas (convenções demonstrativas), que associam os enunciados com situações efetivas (históricas, diz Austin). O acordo do qual resulta a verdade se dá entre os dois conjuntos de convenções, isto é, se o falante produz o enunciado numa circunstância a ele associada por convenções demonstrativas e que é daquele tipo (de circunstância) com o qual a sentença utilizada no enunciado está associada por convenções descritivas, como vimos no capítulo anterior.

Como estamos falando agora de todo um trabalho de estabelecimento de convenções, trabalho que é feito e refeito pelos falantes da língua na medida em que a utilizam, nos parece que nos livramos da metafísica, finalmente! Pois, enfim, é a prática linguística que vai estabelecer as condições sob as quais um enunciado pode ser verdadeiro. E podemos dizer, em suma, que um enunciado é verdadeiro quando é feito nas circunstâncias apropriadas. Por isso, se alguém diz “a xícara está sobre o pires” quando está diante de uma xícara sobre um pires, está produzindo um enunciado verdadeiro. E o enunciado é o uso de uma sentença em determinada circunstância.

De fato, no caso deste exemplo, o evento analisado por outra pessoa que utiliza critérios behavioristas pode levar a dizer que o enunciado é verdadeiro, pois ela observa um indivíduo diante de uma xícara sobre um pires e este indivíduo profere aquela sentença. Contudo, se admitirmos uma abordagem intencional, que, como observa Quine mais recentemente,⁸ parece às vezes inevitável, então temos de ter uma terceira condição, que seria a atitude proposicional do falante ao se referir àquela xícara sobre o pires, aqueles objetos ou estado de coisas diante dele. Tal como no exemplo do gravador, abaixo, ele poderia estar se refe-

⁸ Cf. QUINE, 1993.

rindo a outro estado de coisas ou a nenhum se, por exemplo, não tivesse notado diante de si a xícara sobre o pires e estivesse apenas repetindo uma frase que ouviu antes de outra pessoa, caso em que a respeito da referência àquele objeto tal falante não exibiria uma atitude proposicional. O evento intencional envolvido aí seria, ao contrário, aquele de procurar repetir uma frase dita por outro falante.

2.4.2 *O que é um enunciado?*

Assim, o enunciado não é o ato de falar a sentença ou de escrevê-la, fisicamente falando. Se, por acidente, alguém liga um gravador (no qual há uma fita com a gravação “a xícara está sobre o pires”) no exato momento em que se vê diante de uma xícara sobre um pires, não está produzindo um enunciado verdadeiro. Mas se faz isso de propósito – porque talvez tenha perdido a voz e se tenha dado ao trabalho de pedir a alguém para produzir fitas com as mais diversas gravações de que teria necessidade no dia a dia –, então tal pessoa produziu um enunciado verdadeiro. Diremos, contudo, que a diferença entre uma circunstância e outra é a própria circunstância, ou seja, a circunstância de ligar o gravador acidentalmente é uma e a de fazê-lo de propósito é outra.

E por isso, mais uma vez, é que as sentenças não poderiam ser aquelas coisas que são verdadeiras ou falsas, pois, neste caso, a sentença gravada na fita do gravador (aquelas marcas magnéticas) seria verdadeira, o que, mais uma vez, parece um resultado contraintuitivo. Este experimento imaginário mostra que os enunciados é que parecem ser então aquelas coisas que devem ser consideradas capazes de verdade ou falsidade.

Entretanto, para entender o que é um enunciado, temos de recorrer à noção de *circunstância*. Pois, na ligação acidental do gravador, nenhum enunciado foi feito, mas na segunda circunstância, aquela na qual aquele falante (mudo) ligou o gravador

no lugar certo e na hora certa, no ponto certo da fita, ele produziu um enunciado. Assim, um enunciado parece ser um tipo de circunstância, aquela em que uma sentença é utilizada. Para isso é proposto também o nome 'ato de fala'. O gravador não fala, mas o falante (mudo) fala, utilizando o gravador, em vez de seu aparelho fonador natural. Mas um ato de fala é um tipo de acontecimento, é um fenômeno linguístico (possivelmente redutível a fenômenos sociais, psicológicos e biológicos), enfim, é um evento no mundo.

Ao dizermos então que um enunciado é verdadeiro, estamos dizendo que é verdadeiro o ato de proferir uma sentença. Estamos afirmando que dentro do mundo há fenômenos verdadeiros, que existem circunstâncias verdadeiras, que certas ações são verdadeiras, já que falar é agir. E isso é outro resultado que parece contrariar nossa compreensão comum, informal, baseada na pragmática da fala e no uso dos termos veritativos. Sob pena de defendermos mais uma vez uma ontologia esdrúxula, não podemos dizer que os enunciados são aquelas coisas que podem ser verdadeiras. Aqui, uma saída possível seria explicar o ato de fala recorrendo à noção de intencionalidade, mas então reintroduzimos a metafísica mentalista. As duas circunstâncias acima consideradas – de ligar o gravador acidentalmente e de ligá-lo de propósito – são discerníveis apenas pelo próprio falante, pois ele é que sabe se teve ou não a intenção de falar. Mas não seria por alguma outra pessoa, no caso de utilizar ela, como observamos acima, critérios puramente observacionais ou behavioristas. Neste último caso, as duas situações são indiscerníveis. A rigor, devemos dizer, esta dificuldade poderia ser contornada por uma estratégia behaviorista que fizesse uma série de observações e pudesse chegar a distinguir um grupo de circunstâncias em que o falante liga o gravador de propósito de outro grupo em que ele o faz acidentalmente. De fato, como observam Quine e Skinner, todo nosso aprendizado da linguagem se fundamenta em tal situação precária e hipotética. E isso só seria

superável, em alguns casos mais difíceis, como o próprio Quine reconhece mais recentemente, com um recurso ao mentalismo.

Assim, neste caso, como nos outros, temos de reconhecer que não nos livramos da metafísica. E o que uma teoria da verdade faz, enfim, é propor indiretamente uma metafísica. Este seria talvez o momento de perguntarmos se há alguma forma de evitar a metafísica. Aparentemente, não. Mas acreditamos que há um modo de lidar com ela que não é de caráter dogmático. Faremos a seguir uma discussão preliminar a esse respeito; as últimas seções vão procurar mostrar como isso seria possível no caso da noção de verdade.

2.5 Sentenças-tipo e ocorrências de sentenças

Ao iniciarmos a apresentação de nossa abordagem ao problema da verdade, algumas seções adiante, faremos uma reabilitação pragmática dos portadores de verdade. Antes disso, contudo, vejamos se uma concepção unificadora não seria possível em relação às teorias clássicas da verdade, que vimos no capítulo anterior.

2.5.1 Possíveis e diferentes conceitos de verdade

O fato de adotarem tais teorias – as de Russell, Tarski e Austin – diferentes portadores de verdade poderia ser interpretado da seguinte maneira. Ao falar da verdade₁ de proposições, Russell apresentaria uma teoria sobre proposições, isto é, sobre uma propriedade destas coisas e não de outras. Ao falar da verdade₂ de sentenças, Tarski apresentaria uma teoria sobre sentenças e apenas sobre elas. E, finalmente, ao falar da verdade₃ de enunciados, Austin nos daria uma teoria apenas sobre enunciados. Assim, em primeiro lugar, nada nos garantiria que suas teorias estivessem falando da mesma propriedade: a verdade. Em se-

gundo lugar, poder-se-ia mesmo sustentar que teríamos aí três propriedades diferentes. Portanto, não faria sentido uma comparação entre tais teorias, nem seria o caso de levantar a questão sobre qual delas seria a melhor, isto é, qual delas teria apreendido melhor nossa noção informal de verdade ou qual delas daria conta de tal noção – se ela existe.

Esta interpretação guarda certa semelhança com nossa abordagem pragmática. Talvez não possamos falar de um conceito único de verdade – a noção comum, como se diz. Talvez tal coisa não exista, assim como talvez não haja noções comuns de movimento e força, por exemplo, dos quais uma teoria mecânica deveria dar conta. Há certa plausibilidade em pensar assim, sobretudo porque os termos que veiculam tais ideias só adquirem significação precisa em contextos de investigação especializada. E é claro que não temos *a priori* nenhuma garantia de que os diversos contextos de investigação estejam unificados ou sejam unificáveis, resultando, por exemplo, em uma ciência unificada ou em um conhecimento humano unificado, ainda que estes sejam objetivos desejáveis, sem dúvida. Como veremos adiante, uma análise da pragmática da investigação está longe de nos autorizar a pensar em tal unidade do saber.

Entretanto, há duas fortes razões para recusarmos a interpretação acima e pensarmos em (pelo menos) três noções elaboradas de verdade, completamente divorciadas umas das outras. Se, ao observarmos a prática da linguagem, por um lado, será difícil falarmos de uma noção comum de verdade; por outro, constataremos que o uso da mesma palavra ‘verdade’ não poderia ser um mero acidente infeliz da prática da linguagem, nem um abuso de nossa parte ao recorrermos a figuras de linguagem, uma metáfora, por exemplo, um artifício pelo qual aplicaríamos o termo fora de seu âmbito próprio, onde ele tem sentido literal. E, como já dissemos, uma teoria da verdade que se visse completamente divorciada de uma ou mais noções comuns teria pouco valor, senão para a lógica propriamente, pelo menos para

a epistemologia e a linguística. E isso vale para as três teorias citadas, além de outras.

A segunda razão para rejeitarmos aquela interpretação – razão que nos parece mais forte do ponto de vista investigativo – é que aquelas três teorias não são independentes, como poderíamos pensar de início. Elas não são independentes uma da outra porque os objetos de suas investigação não são independentes, como nossa análise nas seções precedentes procurou mostrar. Suponhamos que um autor adote as sentenças como portadores de verdade. Para explicar o que é uma sentença, ele deve recorrer ou à noção de proposição, ou à de enunciado, ou a outras ainda, como veremos abaixo. Uma das citadas teorias da verdade precisaria então ser socorrida por outras para poder esclarecer seus próprios fundamentos. Se isso não é uma demonstração de que tais teorias possuem alguma interdependência, pelo menos aponta a possibilidade de alcançarmos uma visão unificada das noções de enunciado, sentença e proposição. Mas se isso for possível, então será possível uma teoria unificada da verdade.

Não desejamos ir tão longe quanto os comentários acima poderiam sugerir, mas apenas argumentar que seria aceitável uma abordagem unificadora dessas noções; ela seria talvez aceitável pelos próprios autores que formularam aquelas teorias que examinamos. E se não há entre lógicos, filósofos e linguistas uma noção comum e incontestável do que sejam essas três coisas – enunciados, sentenças e proposições –, há pelo menos indícios de que tais noções são, de fato, relacionadas por eles. Uma forma de percebermos isso consiste em analisar as noções de ocorrência de sentença e de sentença-tipo, que alguns autores utilizam para explicar o que é uma sentença. Um desses autores é Quine que, ao adotar a teoria de Tarski, defende que as sentenças são os adequados portadores de verdade

2.5.2 Tipos de sentenças

De fato, Quine é mais específico e diz que, a rigor, são as *sentenças eternas* os adequados portadores de verdade.⁹ Tais sentenças são aquelas que não fazem referência a nenhum falante específico, nem a qualquer circunstância específica em que uma sentença é utilizada. Contudo, isso é apenas uma forma de dizer que não são os enunciados os portadores de verdade a serem adotados. Pois a utilização de uma sentença por um falante em determinada circunstância é o que entendemos (com base em Austin, obviamente) por um enunciado. Entretanto, a sentença eterna não é apenas aquela sentença que foi utilizada por um falante em determinada circunstância, mas uma sentença modificada de forma a incluir algumas informações sobre a circunstância, como o próprio Quine comenta.

Assim sendo, ‘estou com fome’ não é uma sentença eterna, mas ‘Platão está com fome em Atenas às 14:00 horas de 21 de outubro de 427 a.C.’ é uma sentença eterna. Contudo, tal sentença é apenas um relato feito em estilo ruim. Ele seria melhor se fosse quebrado em diversas sentenças e se se mostrasse efetivamente como um relato, isto é, como uma sucessão de sentenças que retratam a circunstância em que uma sentença foi utilizada para fazer um proferimento. Se não precisamos das informações veiculadas pela sentença acima – porque sabemos que Platão é aquele menino que tinha um ano de idade em 427 a.C., que depois veio a ser discípulo de Sócrates e mestre de Aristóteles, que ele estava em Atenas naquela data etc. –, então ‘Platão está com fome’ continua servindo muito bem, pois, dadas aquelas outras informações ou sendo elas pressupostas, é apenas esta sentença mais curta que desejamos saber se é verdadeira ou falsa. O artifício de Quine é apenas uma estratégia *ad hoc* para eliminar os enunciados e manter as sentenças como portadores de verdade.

⁹ Cf. QUINE, 1960, §40 e 43; 1969, p. 141s; 1986, p. 13s.

Isso, entretanto, é apenas o começo do problema. Em *Philosophy of Logic*, Quine se dá então ao trabalho de caracterizar mais detalhadamente o que é uma sentença.¹⁰ Para ele, o proferimento de uma sentença ou sua inscrição é uma ocorrência de sentença, no que ele seguiu Peirce. Trata-se da distinção entre *token* e *type*. Traduzimos estes termos, respectivamente, por ‘ocorrência’ e ‘tipo’. Assim, temos, no presente caso, *ocorrências de sentenças* e *tipos de sentença* ou, como preferimos dizer, *sentenças-tipo*. Aquela sentença que ocorre então nos diversos proferimentos e inscrições é a sentença-tipo. Quine reconhece, contudo, que são as ocorrências de sentença que são verdadeiras ou falsas e não a sentença-tipo. Pois a sentença-tipo da qual ‘estou com fome’ é uma ocorrência não pode ser verdadeira. Em vez disso, o que faz sentido é dizer que algumas de suas ocorrências são verdadeiras, exatamente aquelas que se dão nas circunstâncias apropriadas. Por isso, justamente, ele deve recorrer ao artifício das sentenças eternas.

Entretanto, as sentenças eternas também estão sujeitas à distinção entre ocorrência e tipo. A sentença eterna acima enunciada e da qual temos agora outra ocorrência – ‘Platão está com fome em Atenas às 14:00 horas de 21 de outubro de 427 a.C.’ – também não pode, portanto, ser verdadeira, já que, como Quine reconhece, a rigor, são as ocorrências de sentenças que podem ser verdadeiras ou falsas. Mas Quine pensa que as sentenças eternas estão definitivamente livres das circunstâncias, pois elas já incorporaram toda informação relevante sobre estas últimas. Assim, no caso das sentenças eternas, poderíamos dizer que as sentenças-tipo são verdadeiras e não as ocorrências de sentenças. Quine está ciente, todavia, de que as próprias sentenças eternas podem ser relativizadas a circunstâncias. A mais óbvia das formas de fazer isso consiste em dizer que elas são sentenças de determinada língua, como ele mesmo enfatiza. Assim, a

¹⁰ Cf. QUINE, 1986, p. 13s.

rigor, temos de considerar verdadeiras, do ponto de vista de Quine – e malgrado seu –, apenas as ocorrências de sentenças.

2.5.3 O papel das sentenças-tipo

Entretanto, a noção de ocorrência de sentença não nos ajuda muito. Pois só poderemos falar de duas ou mais ocorrências de uma mesma sentença-tipo se pensarmos que as circunstâncias nos permitem identificá-las como tal. Já que a mesma sequência de símbolos pode ser uma sentença-tipo de duas línguas diferentes, apenas o contexto ou as circunstâncias é que nos podem dizer se temos, por exemplo, duas ocorrências ou inscrições da mesma sentença-tipo (da língua L_1), ou se temos uma ocorrência de uma sentença-tipo de L_1 e outra de outra língua, L_2 . Normalmente, os contextos nos quais as ocorrências de sentenças se dão nos informam suficientemente para identificarmos uma ou mais sentenças-tipo. Mas o que é então a sentença-tipo se não uma ficção criada para podermos identificar duas ocorrências, se achamos que se trata da mesma língua, ou distinguir uma ocorrência da outra, quando achamos que elas foram feitas com o recurso a línguas diferentes?

Trata-se, na verdade, do mesmo tipo de ficção que construímos para providenciar traduções entre sentenças-tipo diferentes, de línguas diferentes, que julgamos sinônimas, isto é, intercambiáveis *salva veritate*. Há casos curiosos em que temos ocorrências iguais (com os mesmos símbolos) de sentenças-tipo diferentes (de línguas diferentes), remetendo à mesma proposição. Um exemplo disso é dado pelas duas ocorrências abaixo, lado a lado:

amo amo.

A primeira é uma ocorrência da sentença-tipo ‘amo’ em latim, a segunda, da sentença-tipo ‘amo’ em português; elas são normalmente traduzidas uma pela outra. Mas se sabemos que

na primeira foi utilizado o latim e, na segunda, o português, então não precisamos das sentenças-tipo. E, de fato, o que sempre fazemos é traduzir as ocorrências em uma das línguas por ocorrências na outra, pensando diretamente nas proposições e não nas sentenças-tipo.

A sentença-tipo teria, pois, uma utilidade apenas local, se consideramos uma língua apenas e desejamos saber se duas ocorrências se referem à mesma sentença. Mas se já sabemos que se trata da mesma língua, não é necessário recorrermos à noção de sentença-tipo. E se não sabemos, o contexto nos diz isso. Portanto, a noção de sentença-tipo é supérflua. Na verdade, é a própria distinção entre tipo e ocorrência que é supérflua, pois podemos fazer todo o trabalho apenas com a noção de sentença.

Recorrer à noção de sentença-tipo nos deixa ainda sem saber o que é uma sentença. Pois, além de ser uma ficção a que se remetem diversas ocorrências idênticas de símbolos, o que seria uma sentença-tipo? Podemos dizer que a sentença-tipo é, falando de outro modo, aquilo que as diversas ocorrências têm em comum. Mas, além da similaridade ou identidade dos símbolos empregados, as ocorrências de sentenças têm em comum o significado, a proposição. Assim, identificar uma sentença-tipo através de suas ocorrências é apenas identificar uma proposição. Pode acontecer que na mesma língua haja duas ou mais idênticas sequências de símbolos que são ocorrências de sentenças diferentes ou de locuções diferentes. As ocorrências abaixo dão um exemplo para locuções, embora não para sentenças do português:

vir

vir.

O que nos permite dizer, por exemplo, que a primeira ocorrência é o infinitivo do verbo ‘vir’ em português e a segunda, o futuro do subjuntivo, na primeira ou terceira pessoas do singular, do verbo ‘ver’? É óbvio que o contexto ou as outras locuções

que compõem a sentença nos permitem saber se é um caso ou outro, como em: ‘Ele estava naquele eterno ir e *vir*’ e em: ‘Quando o *vir*, vou lhe dizer isso’. Mas o contexto nos dá a significação dessas locuções. Se se tratarem de sentenças, o contexto nos dará o significado de tais sentenças; por isso poderemos dizer que são sentenças-tipo diferentes. Em suma, onde podemos identificar sentenças-tipo diferentes é onde podemos identificar proposições diferentes.

2.5.4 O papel das ocorrências de sentenças

Por outro lado, as ocorrências de sentenças podem ser identificadas simplesmente com enunciados ou proferimentos ou inscrições de determinada sentença em determinado contexto ou em determinadas circunstâncias. O que são as diferentes ocorrências da mesma sentença-tipo senão as diferentes vezes em que a sentença foi proferida, ou inscrita, ou utilizada, em diferentes contextos ou circunstâncias? Assim, as noções de ocorrência de sentença e de sentença-tipo são ambas supérfluas. Elas não nos explicam nada de relevante sobre as sentenças, ou seja, nada que não possamos explicar com as noções de proposição e enunciado.

Mais uma vez aqui, assim como vimos na seção precedente, concluímos que essas noções são interdependentes, mesmo se mediadas por outras noções. Isso não permite, como dissemos acima, unificar as teorias sobre proposições, sentenças e enunciados, mas mostra que, estando estas noções inter-relacionadas, as teorias sobre elas também estarão forçosamente. E isso serve de argumento apenas contra a possível iniciativa de isolar aquelas teorias umas das outras, embora não seja suficiente para unificá-las. Uma das consequências de isolar as teorias da verdade poderia ser a de dizer que, pelo menos em alguns dos sentidos dados para ‘verdadeiro’, este termo seria eliminável. Mas uma unificação bem-sucedida também poderia reivindicar isso,

alegando que, sendo aquelas teorias redutíveis umas às outras, são elimináveis alguns dos significados de ‘verdadeiro’ que elas dão. Por exemplo, se considerarmos que a teoria da verdade de proposições é mais fundamental e que a ela podem ser reduzidas as teorias da verdade de sentenças e de enunciados, então ‘verdadeiro’ poderá ser eliminado quando for empregado com relação a sentenças e enunciados e seria admitido apenas quando fosse empregado a respeito de proposições.

Não é, contudo, isso que desejamos sustentar abaixo, assim como não é uma eliminação completa do termo ‘verdadeiro’, tal como sustentam as teorias da redundância e as teorias da eliminação da verdade. Como veremos nos dois casos que vamos analisar na próxima seção, as teorias da redundância pretendem uma eliminação geral de ‘verdadeiro’ e seus correlatos e as teorias da eliminação pretendem uma eliminação parcial, que tem como resultado final o tipo de redução a que nos referimos acima.

2.6 Redundância e eliminação – Ramsey e Quine

2.6.1 *A teoria de Ramsey – a redundância da verdade*

A teoria da redundância da verdade tem origem em Ramsey e é defendida também por outros autores. A ideia fundamental de Ramsey é a de que podemos eliminar os predicados ‘verdadeiro’ e ‘falso’ de todos os contextos em que eles aparecem, sem perda semântica, isto é, sem perda de significado e compreensão do que é dito.¹¹ Os predicados veritativos são apenas formas enfáticas e, portanto, redundantes. Dizer “é verdadeiro que p ” é o mesmo que asseverar simplesmente “ p ”. Se alguém

¹¹ Cf. HAACK, 1978, p. 127–34, GRAYLING, 1990, p. 152s, e KIRKHAM, 1995, p. 317s. Nestas obras, há referências a outras teorias da redundância que não vamos discutir aqui. Cf. ainda RAMSEY, 1931.

diz, “é verdade [verdadeiro] que está chovendo”, esta pessoa está apenas querendo expressar enfaticamente que está chovendo. É certo que, muitas vezes, o uso comum desses predicados é esse mesmo, mas a questão fundamental é saber se, de fato, os predicados veritativos são sempre redundantes, em todas as suas ocorrências.

A teoria da redundância é uma teoria radical da eliminação, pregando a eliminação completa das ocorrências de ‘verdadeiro’, ‘falso’ e seus correlatos ou substitutos em todas as línguas e linguagens. Segundo ela, os predicados semânticos são apenas um recurso estilístico e não informam nada sobre o mundo ou sobre as propriedades da linguagem. Entre outras objeções, algumas visam a estes dois aspectos da teoria.

Consideremos, em primeiro lugar, o segundo deles, isto é, a ideia de que os predicados semânticos não são informativos sobre a linguagem. A ideia de que ‘é verdade que p ’ possui o mesmo conteúdo que p , implica que, ao dizermos “é verdade que p ”, não estamos falando da proposição p , mas apenas utilizando um estilo enfático para afirmar seu conteúdo. Assim, ‘é verdade que está chovendo’ fala da chuva e não da sentença ‘está chovendo’. Isso implica a negação da própria distinção entre linguagem-objeto e metalinguagem.¹²

Entretanto, esta é uma consequência contraintuitiva da teoria da redundância. Ainda que o predicado ‘verdadeiro’, por exemplo, seja eliminável completamente em determinada língua ou linguagem (neste caso, o português ou um dialeto seu), ele não é eliminável da metalinguagem, isto é, aquela linguagem (o próprio português) que é utilizada para falarmos de propriedades daquela linguagem-objeto. Como argumenta Tarski, a teoria da redundância não seria capaz de lidar com casos como os das sentenças ‘a primeira sentença escrita por Platão é verdadeira’ e ‘todas as consequências de sentenças verdadeiras são verdadei-

¹² Cf. HAACK, 1978, p. 129s; cf. ainda TARSKI, 1983a, p. 30s.

ras'. Nestes casos, como em outros, fica claro que os predicados veritativos são não elimináveis da metalinguagem.

Se mantivermos a distinção – bastante óbvia, aliás – entre linguagem-objeto e metalinguagem, então a única forma de eliminação possível será por meio de uma definição, que é o que o próprio Tarski deseja fazer ao utilizar a noção de satisfação. Mas este é um tipo de eliminação que não pressupõe que os predicados semânticos sejam redundantes ou vazios de significação. Ao contrário, pressupõe que eles são informativos sobre as sentenças da linguagem-objeto. E neste caso, nenhuma definição é eliminação no sentido da teoria da redundância, mas uma explicação da verdade como uma propriedade das sentenças e, *ipso facto*, o reconhecimento de que a verdade não é redundante, isto é, de que o predicado 'verdadeiro' é informativo pelo menos a respeito da linguagem.

Consideremos agora o primeiro dos pontos acima mencionados, a saber, aquele que diz respeito à ideia dos teóricos da redundância de que os predicados semânticos não são informativos sobre o mundo. A este respeito, contra Ramsey e os teóricos da redundância, Quine afirma que, na medida em que os predicados semânticos, como 'verdadeiro' e 'falso', dizem respeito a sentenças e estas, por sua vez, dizem respeito ao mundo, podemos eliminar aqueles predicados, embora não da forma trivial sugerida pela teoria da redundância. A ascensão semântica de que fala Quine – falarmos das sentenças, em vez de falarmos da realidade da qual elas falam – é um recurso para falarmos da própria realidade indiretamente, isto é, naqueles casos em que não podemos fazê-lo diretamente, como veremos abaixo.¹³ Como enfatiza Kirkham, o texto de Quine aqui mencionado é muitas vezes interpretado como uma defesa da teoria da redundância, o que não seria, de fato, o caso, já que o próprio Quine enfatiza que o predicado 'verdadeiro' tem um uso específico,

¹³ Cf. QUINE, 1970, p. 11s.

que seria o de restaurar a referência objetiva após a ascensão semântica.¹⁴

Entretanto, isso talvez não seja o bastante para que Kirkham possa sustentar seu ponto, já que, por outro lado, Quine afirma que temos a impressão de que “toda sentença da forma ‘*p* ou não-*p*’ é verdadeira” fala de sentenças por causa da ascensão semântica, a partir, por exemplo, de exemplos como ‘Tom é mortal e Tom não é mortal’. Já que, segundo Quine, com a ascensão semântica, ainda falamos da realidade, embora de modo oblíquo, ‘Tom é mortal e Tom não é mortal’, em última instância, também fala de Tom. E isso sugere, de fato, um compromisso com a doutrina da redundância.

Assim, o uso de *que* fala Quine pode não ser indispensável, mas apenas uma comodidade da linguagem. Além do mais, vemos que isso estaria de acordo com a doutrina de Quine contra a analiticidade em *Two Dogmas of Empiricism*.¹⁵ A ascensão semântica é um fenômeno pragmático da linguagem tanto quanto o estabelecimento da sinonímia entre expressões (como ‘solteiro’ e ‘homem não casado’). E, assim, embora o uso de ‘verdadeiro’ possa nos fazer regressar da ascensão semântica, como diz Quine, não pode garantir que, de fato, como quer Kirkham, ‘verdadeiro’ diga respeito a sentenças e não à realidade. A questão toda seria então a de saber se esse uso de *que* fala Quine é indispensável ou não. Como se sabe, um dos pontos fundamentais da argumentação de Quine no referido artigo é que as expressões são consideradas sinônimas em virtude de nossa prática linguística, o que faz com que as sentenças analíticas do tipo de ‘todo solteiro é um homem não casado’ sejam analíticas apenas por força daquela mesma prática dos falantes de uma língua. Pois, sendo indispensável, embora pragmaticamente estabelecido, o papel dos predicados veritativos os tornaria não

¹⁴ Cf. KIRKHAM, 1995, p. 319; cf. também QUINE, 1970, p. 12.

¹⁵ Cf. QUINE, 1980, cap. 2.

elimináveis ou pelo menos não elimináveis do modo como prega a teoria da redundância.

Em outra passagem, em *Word and Object*, como assinala Kirkham, Quine parece endossar uma teoria da redundância. De fato, ali, Quine afirma:

Dizer que o enunciado 'Brutus matou César' é verdadeiro ou que 'O peso atômico do sódio é 23' é verdadeiro, é, de fato, simplesmente dizer que Brutus matou César ou que o peso atômico do sódio é 23.¹⁶

Entretanto, numa nota de rodapé aplicada imediatamente ao final da passagem acima citada, Quine faz referência à teoria semântica de Tarski, o que poderia ser então indiretamente uma evidência de que Quine não pensava na redundância. E, de fato, a passagem acima é compreensível a partir de outras nas quais Quine defende a teoria *descitacional* ou *eliminativa* da verdade. A expressão utilizada por Quine é '*disquotational*', que parece ser mais bem traduzida em português por 'descitacional'. Entretanto, preferimos empregar a expressão 'teoria eliminativa da verdade', com um sentido que ficará bem claro abaixo.

2.6.2 A teoria de Quine – a eliminação das aspas

Quine parte da ideia – já defendida em *Philosophy of Logic* – de que a teoria de Tarski nos oferece uma estratégia para eliminar o predicado 'verdadeiro'.¹⁷ Tal eliminação, contudo, não parece ser compreendida no sentido forte das teorias da redundância, mas apenas em um sentido fraco, isto é, como definição ou redução a outra noção, isto é, satisfação. Uma citação mais extensa nos parece aqui elucidativa.

¹⁶ QUINE, 1960, p. 24; cf. ainda KIRKHAM, 1995, p. 319.

¹⁷ Cf. QUINE, 1970, p. 12s.

O predicado veritativo nos recorda que, apesar da ascensão técnica de falar de sentenças, nossos olhos estão no mundo. A força canceladora do predicado veritativo está explícita no paradigma de Tarski:

‘A neve é branca’ é verdadeira se e somente se a neve é branca.

As aspas fazem toda diferença entre falar sobre palavras e falar sobre a neve. A citação é um nome de uma sentença que contém um nome, a saber ‘neve’, para a neve. Ao dizer que a sentença é verdadeira, dizemos que a neve é branca. O predicado veritativo é um dispositivo para eliminar as aspas. Podemos afirmar a simples sentença ao proferi-la, sem auxílio das aspas ou do predicado veritativo. Mas se queremos afirmar um número infinito de sentenças, que podemos demarcar apenas falando de sentenças, então o predicado veritativo tem seu uso. Precisamos dele para restabelecer o fato da referência objetiva quando, com o fim de alguma generalização, recorremos à ascensão semântica.

O paradigma de Tarski não pode ser generalizado para dizer:

‘*p*’ é verdadeira se e somente se *p*,

já que colocar a letra sentencial esquemática ‘*p*’ produz um nome apenas para a décima sexta letra do alfabeto e nenhuma generalização a respeito de sentenças. O predicado veritativo, em seu uso geral, aplicável a uma variável quantificável do tipo ‘*x* é verdadeiro’, não é eliminável por meio de um paradigma fácil. Tarski mostra que ele pode ser definido de um modo indireto, mas apenas se algum aparato poderoso estiver disponível.¹⁸

Entretanto, o fato de Tarski permitir alguma eliminação de ‘verdadeiro’ por meio de sua definição em termos de satisfação é trivial. A interpretação que Quine faz da teoria de Tarski parece pretender ir mais longe, isto é, mostrar que a redução do conceito de verdade ao conceito de satisfação implica a possibilidade de eliminarmos ‘verdadeiro’ em todas as suas ocorrências na linguagem-objeto. Ou seja, enquanto um instrumento para retrocedermos da ascensão semântica, a eliminação das aspas

¹⁸ QUINE, 1970, p. 12s.

ou descitação seria uma forma de eliminação mais fraca que a redundância, pois tem de se aplicar forçosamente a uma linguagem-objeto e não a qualquer linguagem ou língua, não à meta-linguagem. Mas ela é mais forte que a simples eliminação trivial que a definição por meio do esquema (T) permite.

A questão que resta é então aquela sobre aquilo a que chegamos com a eliminação das aspas ou descitação, proposta por Quine. Se dizer “‘a neve é branca’ é verdadeira se e somente se a neve é branca” é apenas uma forma de tirar as aspas de ‘a neve é branca’, como sustenta Quine, então qual é o resultado final dessa operação? O resultado é, obviamente, o de afirmar que a neve é branca, ou seja, falar da neve. Quine retoma essa discussão em *Pursuit of Truth* e afirma:

Atribuir verdade à sentença [‘a neve é branca’] é atribuir brancura à neve; tal é a correspondência neste exemplo. A atribuição de verdade apenas cancela as aspas. A verdade é eliminação.

Assim, o predicado veritativo é supérfluo quando atribuído a dada sentença; você poderia apenas proferir a sentença. Mas ele é necessário para sentenças que não são dadas. De modo que podemos querer dizer que tudo o que alguém disse em alguma ocasião era verdadeiro ou que todas as consequências de sentenças verdadeiras são verdadeiras. Tais contextos, quando analisados logicamente, mostram o predicado veritativo em aplicação não a uma citação, mas a um pronome ou variável ligada.¹⁹

A posição de Quine se torna mais clara em outra passagem, mais adiante em seu livro, na qual ele diz:

Como já foi sugerido pela teoria da correspondência, o predicado veritativo é um intermediário entre as palavras e o mundo. O que é verdadeiro é a sentença, mas sua verdade consiste no fato de que o mundo é como a sentença diz. Logo, o uso do predicado veritativo ao acomodar a ascensão semântica.

¹⁹ QUINE, 1993, p. 80.

A abordagem eliminativa da verdade não define o predicado veritativo – não no sentido estrito de ‘definição’; pois a definição no sentido estrito diz como eliminar a expressão definida de todo contexto desejado em favor de uma notação previamente estabelecida. Mas, em um sentido amplo, a abordagem eliminativa define, sim, a verdade, e ela no-lo diz em termos tão claros quanto a sentença em questão no-lo diz. Entendemos o que é a sentença ‘A neve é branca’ ser verdadeira tão claramente quanto entendemos o que é a neve ser branca.²⁰

Em suma, o que Quine parece pretender sustentar é que a eliminação das aspas e, logo, do predicado veritativo, é simplesmente um modo de nos referirmos ao mundo ou de voltarmos a nos referir a ele e não mais à linguagem. Isso não querará dizer, contudo, que a verdade é correspondência?

2.6.3 O alcance da teoria eliminativa de Quine

A teoria eliminativa de Quine, como se vê na citação acima, fala do uso do predicado veritativo, que é apenas um dispositivo de retrocesso semântico, isto é, uma ferramenta metalinguística para realizarmos a operação inversa da ascensão semântica. Ela é, portanto, apenas uma teoria do uso do predicado ‘verdadeiro’ e seus correlatos e não uma teoria da verdade como uma propriedade de sentenças. Por essa razão, podemos classificar a teoria de Quine como uma teoria pragmática da verdade e não como uma teoria da redundância ou eliminação forte. A eliminação fraca de que ela fala é apenas o efeito de operarmos com os predicados veritativos enquanto instrumentos de descensão semântica. Ou seja, se ‘verdadeiro’ é eliminável por meio de tal dispositivo, a verdade enquanto propriedade abstrata atribuída a sentenças não é eliminável.

Permanece então a questão de saber se essa teoria do uso de ‘verdadeiro’ repousa ou não, em última instância, em uma con-

²⁰ QUINE, 1993, p. 81s.

cepção correspondencial. Uma sentença é verdadeira se, em determinada circunstância – ao eliminarmos as aspas e, logo, o predicado veritativo a ela aplicado –, tal circunstância é como ela diz. Lembrando aquela concepção de Quine, que vimos na seção anterior, de que, a rigor, as sentenças eternas é que são verdadeiras, sua posição aqui parece, de fato, se aproximar da noção de correspondência proposta por Austin. E, assim, a teoria quiniiana da eliminação ou descensão semântica parece pressupor a teoria da correspondência como correlação ou, mais precisamente talvez, uma noção de correspondência que se assemelha àquela de Austin. Tal concepção de correspondência, assim como a de Austin, estaria vinculada a uma visão pragmática da linguagem, mas não deixaria de ser, afinal, correspondentista.

2.7 Uma reabilitação pragmática dos portadores

2.7.1 *Que tipo de fenômeno é a verdade?*

Retomemos aqui um aspecto que foi posto em destaque por nossa discussão precedente a respeito dos diversos portadores da verdade. Nosso desejo de nos livrarmos da metafísica poderia nos colocar naquele tipo de condição (fisiológica) em que se encontra uma pessoa que quer emagrecer e nada come. Sabemos hoje que esse não é um tipo eficiente de regime alimentar e que quem deseja emagrecer deve comer, mas comer aqueles alimentos que aceleram o metabolismo, em quantidades adequadas, obviamente. Ora, do mesmo modo, devemos aprender a lidar com a metafísica e não tentar bani-la simplesmente, como desejaram fazer os pioneiros da filosofia analítica – que, afinal, não *emagreceram metafisicamente*, como queriam.

Providenciada a metafísica adequada, as proposições, as sentenças e os enunciados se qualificam igualmente como portadores de verdade. Se por isso quisermos desqualificar uma dessas

coisas, temos de desqualificar também as outras. É claro que, devidamente defendida, qualquer uma das teorias da verdade em questão seria aceitável. Mas como todas elas também apresentam problemas, ou aceitamos todas, ou nenhuma. E, assim, parece que não conseguimos avançar em saber o que é a verdade, nem que coisas possuem esta propriedade.

Todavia, ao desqualificar todos os candidatos a portadores de verdade e mostrar que o único modo de qualificá-los novamente seria por meio de uma teoria da mente, mesmo que pela via indireta de uma teoria da linguagem, nossas investigações apresentam o resultado parcial de indicar a filosofia da mente como aquele domínio que talvez possa ser explorado proveitosamente para nos esclarecer sobre a noção de verdade. Mas se pode mostrar, do mesmo modo, que, por sua vez, uma teoria da mente nos levaria de volta a uma teoria sobre a linguagem (e sobre outras coisas mais) e, eventualmente, a uma teoria da verdade. Uma noção da verdade pode ser a base de uma teoria do significado, como sustenta Davidson, e tal teoria da linguagem serve de base para uma teoria da ação e, logo, para uma teoria da mente. Assim, o círculo se completa. Como avançar então em qualquer investigação a não ser fazendo círculos? Parece agora que não teríamos saída. Ora, vemos aqui exatamente aquele problema que, no final do capítulo anterior, identificamos como o defeito geral de uma teoria da coerência. Não nos adiantaria dizer, neste momento, que bastaria termos um sistema em que as noções de mente, linguagem e verdade fossem tratadas convenientemente, isto é, de forma coerente entre si.

Parte da saída consiste em aceitar tal circularidade e, em vez de vê-la como obstáculo à investigação, utilizá-la em favor da investigação. Isso é possível por meio de uma análise da pragmática da investigação. Podemos exemplificar isso por meio de uma análise da pragmática da investigação sobre a verdade, que é um caso de investigação sobre a mente. Nossas considerações precedentes bastam para nos mostrar (embora não de modo

conclusivo – porque seria circular) que a verdade enquanto fenômeno é um fenômeno mental e que, logo, a noção de verdade diz respeito ao domínio de uma teoria da mente e não estritamente de uma teoria da linguagem. Mas isso requer um comentário mais detalhado.

Nos contextos adequados, é perfeitamente aceitável dizer que uma teoria ou um relato são aquelas coisas que podem ser verdadeiras, assim como proposições, sentenças, enunciados etc. É porque as diversas teorias da verdade conseguem identificar tais contextos que as levamos a sério. E o que nelas é criticável é apenas o fato de quererem privilegiar determinado contexto e certa noção (proposição, sentença ou enunciado) em detrimento de outras. Neste sentido, a modéstia de não almejar – aparentemente, pelo menos – uma explicação mais abrangente da verdade se encontra talvez apenas em Tarski. Mas se procurarmos fugir aos contextos mais especializados e nos voltarmos para o terreno da pragmática da investigação, então voltará a crescer nossa simpatia por essas abordagens, ainda que elas sejam parciais e comprometidas com alguma metafísica. Cada uma delas parece captar algo de importante sobre o emprego dos termos ‘verdadeiro’ e ‘verdade’, entre os diversos aspectos que se revelam na análise da pragmática da investigação.

E, do mesmo modo, faz sentido considerar seriamente a ideia de acordo que está associada à noção de verdade e que é expressa nas formulações mais genéricas, como as de Aristóteles e de Tarski. Uma análise da pragmática da investigação revela que seria muito difícil eliminar a noção de acordo que associamos ao uso de termos como ‘verdadeiro’ e ‘verdade’. O difícil, obviamente, é dizer mais exatamente em que consistiria tal acordo. O detetive que faz uma investigação almeja que sua hipótese sobre o autor provável de um crime esteja de acordo com os fatos. O cientista que formula uma teoria almeja que ela esteja de acordo com determinados fenômenos ou acontecimentos no mundo. Eles só não são capazes de dizer o que entendem por

‘teoria’, ‘hipótese’, ‘fenômeno’ etc. E é nisso que o teórico da verdade pretende socorrê-los. Mas a análise da pragmática da investigação há de revelar um pouco mais que isso, sob pena de não representar vantagem alguma em face das diversas teorias conhecidas e do senso comum. Seria revelador sobre o tipo de acordo em que consiste a verdade examinar como ele se dá, isto é, quando e como empregamos o termo ‘verdadeiro’.

Ao encontrar as provas que esperava, o detetive declara: “minha hipótese é verdadeira – eis o culpado!” E aqui diríamos: o acordo (a verdade) consiste numa relação entre a hipótese e as provas. Essas são os fatos, diríamos, e aquela, a proposição. E chegamos logo à teoria da correspondência na versão russelliana. É verdade, mas porque tomamos o caminho errado e nos precipitamos, interpretando os termos ‘hipótese’ e ‘prova’, ao passo que deveríamos ter permanecido na análise da pragmática da investigação. Então voltemos a ela.

Ao conseguir fazer o experimento que projetara e produzir certo fenômeno previsto pela teoria, o cientista declara: “minha teoria é verdadeira!” É verdade que futuros experimentos podem reverter esse quadro e um teórico da confirmação (Carnap ou Popper, por exemplo) nos diria que a teoria foi apenas confirmada ou então corroborada, mas não verificada; por isso o cientista não poderia dizer que ela é verdadeira. Logo, ele errou em sua declaração. Mas não! Não nos precipitemos de novo para fora da pragmática. Voltemos a ela.

É um eufemismo dizer que o detetive e o cientista apenas confirmaram ou corroboraram suas hipóteses. Pois, do ponto de vista da mera pragmática de suas investigações, o que eles fizeram foi, de fato, *verificar* suas hipóteses. Do ponto de vista pragmático, verificar é constatar o acordo – e foi o que eles fizeram. A noção de confirmação é um substituto semântico muito fraco e, neste caso, inadequado à pragmática. Utilizamos a palavra ‘verdadeiro’ para dizer que constatamos o acordo entre hipótese e prova, por exemplo, ou entre o que se diz e o que se

pensa ser o caso. Um questionamento sobre o caráter conclusivo da verificação é um pouco tolo, pois então deveríamos questionar, antes, se aquilo que pensamos que foi dito foi dito mesmo ou se aquilo que pensamos provar prova mesmo. Mas isso é absurdo, pois o detetive sabe qual é sua hipótese e quais são as provas de que precisa. Quando ele as encontra, constata o acordo. E o mesmo vale para o cientista. O que também é o caso, por outro lado, é que muitas vezes nem o detetive, nem o cientista, acham que verificaram suas hipóteses. Mas, algumas vezes, eles acham que sim, a saber, naquelas ocasiões em que constataram determinado acordo. Resta, portanto, saber que ocasiões seriam essas.

2.7.2 A verdade como ferramenta para investigar

Um acordo pode sempre ser quebrado, mas vale enquanto não for quebrado. Pode ser revisado, mas vale antes e depois da revisão. O cientista e o detetive podem voltar atrás, podem revisar o acordo que estabeleceram entre hipótese e prova, podem reformular a hipótese e exigir novas provas. Mas em cada um desses momentos, novos acordos são feitos. E, em cada um deles, o termo ‘verdadeiro’ é utilizado para fazê-los.

Aqui, poderia parecer que nos valem de certa ambiguidade do termo ‘acordo’. O termo parece ter significações diferentes se nos referimos a um acordo feito entre duas pessoas ou ao acordo constatado entre duas coisas parecidas. Mas, vejamos bem, há uma significação fundamental, à qual a outra é redutível. Dizemos que duas pessoas firmaram um acordo porque elas entraram em acordo, ou seja, constataram que, por exemplo, seus interesses são parecidos ou que eles estão de acordo.

Isto resulta numa desqualificação das teorias da redundância da verdade, já que, do ponto de vista da pragmática da investigação, o uso de ‘verdadeiro’ e seus correlatos ou substitutos é necessário para fazer os acordos que permitem continuar a in-

investigação ou concluí-la. Teríamos um caso de ineliminabilidade semelhante àquele apontado por Tarski, como vimos. A verdade é, portanto, acordo. Precisamos fazer acordos – e ‘verdadeiro’ é a ferramenta para isso. Voltando à questão inicial, de que coisas então podemos dizer que a verdade é uma propriedade, o que nos revelaria a esse respeito uma análise da pragmática da investigação?

Muitas coisas podem ser verdadeiras – todas aquelas que possam ser colocadas de acordo umas com as outras. Por isso, em determinados contextos, todas as teorias da verdade são plausíveis e todas aquelas coisas que elas apontam como portadores de verdade podem, de fato, ter essa propriedade. Mas essa é uma propriedade que o investigador atribui a certas coisas quando produz o acordo entre elas. Fora da pragmática de determinada investigação, não podemos dizer de que coisa a verdade é uma propriedade.

E acrescentemos apenas que, ao contrário das diversas teorias da verdade, com a análise da pragmática da investigação, nos livramos completamente da metafísica. Isso se dá não porque banimos suas noções, mas porque aprendemos a lidar com elas. Não é preciso recorrer a nenhuma teoria da mente, no sentido de um compromisso forte com ela, embora todas elas possam, em determinados contextos, dar uma explicação plausível, limitada e local, do que se passa com o investigador quando ele produz o acordo em que consiste a verdade.

2.8 A verdade como acordo – uma formulação pragmática

Chamamos a atenção acima para a ideia comum de que a verdade é um acordo que o investigador estabelece entre uma hipótese e as evidências a seu favor. ‘Verdade’ é uma fórmula nominal para a ação que pode ser descrita de modo mais claro com o emprego de uma formulação verbal – ‘verificar’. O inves-

tigador verifica sua hipótese ou, em outros termos, ele conclui ou declara que há um acordo entre ela e outras coisas que são encaradas como evidências a seu favor – as provas.

A formulação verbal é preferível porque põe em evidência o caráter pragmático que conferimos à noção de verdade e não o dissimula com formulações nominais, levando-nos a pensar que a verdade é uma propriedade de determinadas coisas, como proposições, ou sentenças, ou enunciados, ou ainda teorias, relatos, sistemas de crenças etc. A dificuldade toda para identificar adequados portadores ou veículos da verdade, como discutimos antes, decorre do fato de que apenas em um sentido derivado e impróprio – admissível apenas em alguns contextos particulares – tais coisas poderiam ser ditas verdadeiras.

Assim, não há uma coisa que possa ser considerada *o portador de verdade por excelência*. Isso só fica claro quando nos damos conta de que a verdade é uma noção primeiro pragmática e só depois semântica. No restante desta seção e nas seções abaixo, vamos discutir este ponto com algum detalhe. O resultado será o de reverter a abordagem tradicional e dar preeminência ao aspecto pragmático sobre os aspectos semântico e sintático da linguagem.

2.8.1 Verificar

O problema da verdade em sua formulação verbal nos dá o verbo ‘verificar’ como correlato de ‘averiguar’, ‘comprovar’, ‘confirmar’, ‘provar’ e outros mais. É óbvia a semelhança entre o que dissemos aqui e a abordagem de Peirce, segundo a qual a verdade é, entre outras coisas, a finalidade da investigação. Concordamos com a noção vaga e intuitiva associada a tal afirmação. Entretanto, como mostram as considerações a seguir, nossa análise não permitiria sustentá-la como uma espécie de definição geral da verdade, pois só saberíamos o que é a verdade do ponto de vista da pragmática da investigação, o que não

esgota as fontes para considerarmos o assunto. Do ponto de vista pragmático, atendo-nos, pois, à pragmática da investigação, todos esses termos são equivalentes, embora, do ponto de vista semântico, não sejam sinônimos. Mas a sinonímia enquanto fenômeno semântico é uma ficção útil para explicar a similaridade de uso de dois termos; ela não precisa ser considerada nada mais que isso. Entretanto, o uso de um termo não é uma ficção, já que podemos observar um indivíduo proferindo o termo em determinada circunstância. Há certos contextos em que o emprego de qualquer um dos verbos acima citados é perfeitamente claro e isso é que tem de constituir nosso ponto de partida para compreendermos minimamente o que é a verdade.

É claro que, aqui, mais uma vez, teríamos o mesmo problema acima mencionado sobre uma abordagem behaviorista, como no caso do indivíduo que observa a fala do outro. Contudo, isso apenas mostra as contingências precárias de uma análise da pragmática da investigação, que são equivalentes àquelas em que analisamos a fala dos outros, para aprendermos a falar. Qualquer garantia ou socorro teria então de vir de uma teoria da investigação, assim como, no outro caso, tem de vir de uma teoria mentalista da linguagem. Contudo, ao optarmos apenas pela análise da pragmática da investigação, estamos querendo evitar qualquer teoria definida da investigação ou do conhecimento. Discutiremos esse ponto no próximo capítulo.

O investigador policial encontra as provas de que precisava e diz: “minha hipótese é verdadeira”, ou diz: “comprovei minha hipótese”, ou ainda simplesmente: “eu tinha razão”, ou: “eu estava certo”. Qualquer uma dessas formulações serve porque ele quer simplesmente dizer que vê um acordo entre o que pensava e o que parece ser o caso. Podemos dizer então que ele constata o acordo entre sua hipótese e uma evidência a seu favor. Há certa coisa que deveria haver, prevista pela hipótese, se esta é verdadeira. Em epistemologia, diz-se: trata-se de uma predição confirmada. Mas as diversas teorias da confirmação, como sa-

bemos, têm tido dificuldades que parecem matematicamente insuperáveis para estar em posição de declarar que uma hipótese foi confirmada a tal ponto ou em tão alto grau para poder ser considerada verificada.²¹

Se se trata de uma hipótese universal ou, melhor dizendo, de uma hipótese que pode ser expressa em uma proposição universal (como 'todos os cisnes são brancos'), caímos no velho e conhecido problema da indução. E se se trata de uma hipótese expressa por meio de uma proposição particular, temos o também conhecido problema da base empírica. Neste segundo caso, dizemos que é preciso ter certeza sobre o significado de certas proposições consideradas básicas ou observacionais. Isto pode ser alcançado por uma espécie de acordo tácito entre os cientistas, por exemplo, como Popper sustenta, ou então ser determinado pela prática de certa comunidade de falantes de uma língua, como quer Quine. Ambos os casos poderiam ser reduzidos a um só, já que em ambos chegamos a um conjunto mais ou menos definido e claro de proposições decidíveis, isto é, proposições cujo valor de verdade pode ser determinado de forma inequívoca.²²

Um cientista parece estar sempre tentando verificar hipóteses universais, dizem alguns filósofos da ciência, o que, de fato, nem sempre é o caso; talvez nem seja o caso mais comum. Popper é um dos filósofos da ciência que insiste neste ponto, tomando enunciados, ou sistemas de enunciados, ou teorias universais como o objeto de exame dos cientistas. Na medida em que as leis e as teorias são tomadas como enunciados (ou sentenças) universais (ou conjuntos destes), isso vale do ponto de vista da validação, isto é, enfocando o conhecimento científico do ponto de vista do contexto de justificação. Contudo,

²¹ Cf. as considerações de CARNAP, 1962, apêndice.

²² Cf. POPPER, 1959 e QUINE, 1969, cap. 3. Cf. ainda DUTRA, 1998b.

como veremos no próximo capítulo, ao tratarmos da investigação científica, isto é, ao centrarmos nossa discussão no contexto de descoberta, já não podemos mais dizer que os cientistas estão a se ocupar o tempo todo de enunciados (ou sentenças) universais. Um dos autores que, a este respeito, se distancia de Popper, como sabemos, é Kuhn.

Um policial ou detetive, por outro lado, nos parece estar sempre tentando verificar hipóteses particulares. Começemos por este último caso. Quando o detetive diz que verificou sua hipótese, encontrou um objeto qualquer que, no contexto de sua investigação, é interpretado como prova. Suponhamos que a investigação tenha estabelecido que a arma do crime (uma faca ensanguentada) deva ser encontrada no porta-luvas do carro de José, para que se conclua que ele é o culpado. Dadas outras evidências (que podemos facilmente completar com nossa imaginação, dado que já conhecemos muitas histórias do gênero), encontrar aquela faca no carro de José é prova conclusiva de sua culpa. Então o detetive encontra tal faca no carro de José e, resultado: José é o culpado. A hipótese do detetive foi verificada. Estabeleceu-se o acordo entre o que ele pensava (sua hipótese) e os fatos ou determinadas coisas (a faca e os eventos que a levaram até onde ela estava).

Por que podemos dizer, neste caso, que a hipótese do detetive é verdadeira? Porque há um acordo entre ela e determinados fatos, circunstâncias, eventos ou coisas. Não precisamos interpretar isso nos termos da teoria da correspondência, pois do ponto de vista pragmático, o importante é apenas que o detetive estabeleceu um acordo entre sua hipótese e os fatos. Se a prova encontrada é uma evidência conclusiva a favor da hipótese (é, portanto, uma prova mesmo), então a hipótese está ou foi verificada. E por isso podemos dizer que a verdade é um tipo de acordo entre hipótese e prova. Em primeiro lugar, tal acordo só é possível em determinado contexto que a investigação criou. Segundo, quem faz o acordo ou o constata é o investigador. E

por isso podemos dizer que a verdade depende de certos contextos e que ela é, do ponto de vista pragmático, o resultado de uma ação do investigador.

2.8.2 Algumas consequências dessa abordagem

Fora de um contexto de investigação e sem um investigador que produza ou constate o acordo entre duas coisas (hipótese e prova, por exemplo), não faz sentido pensar na verdade. E não faz sentido porque, sem tais condições, nada foi verificado, ou seja, nenhum acordo foi estabelecido. E que a verdade seja um certo tipo de acordo, mais uma vez, devemos dizer, é o único ponto que resulta claro das formulações genéricas – e preferíveis – que dela tratam, como a máxima de Aristóteles e a convenção (T) de Tarski. Tais formulações são preferíveis porque conseguimos compreendê-las sem nenhuma referência a quaisquer teorias da verdade. Elas, de fato, só dizem que a verdade é um acordo entre duas coisas; é isso o que constatamos ao analisar a pragmática da investigação. A verdade é o acordo que se estabelece pelo ato de verificar, ou seja, a verdade é o acordo que se estabelece pelo ato de fazer tal acordo. Isto é tão vazio quanto uma tautologia, assim como as formulações de Tarski e de Aristóteles. E é por isso mesmo que é bom do ponto de vista pragmático, pois não traz contaminações semânticas provocadas por teorias da verdade.

Ao contrário do que essas observações poderiam levar a pensar, a verdade não nos parece ser uma noção eliminável, pois o uso de ‘verdadeiro’ e seus correlatos pragmáticos (os termos que desempenham o mesmo papel) é indispensável na pragmática da investigação. Se não fosse assim, por que o detetive investigaria? Se o que se quer é pegar o culpado, o que se quer é estabelecer o acordo entre a hipótese sobre quem é o culpado e as evidências que o denunciam. É por isso que podemos dizer que o investigador deseja a verdade; por isso a investigação só ter-

mina no momento em que aquele acordo é estabelecido, ou seja, no momento em que a verdade é estabelecida.

Nosso uso da palavra ‘verdade’ sugere então que a verdade não pode ser uma propriedade de determinadas coisas (proposições, por exemplo), mas que ela é algo que se dá, um evento, uma ação, o acordo de que falávamos. É diferente dizer que a verdade é um evento de dizer que certos eventos são verdadeiros (enunciados, por exemplo, como faz Austin). Embora nossa concepção do problema da verdade seja em parte inspirada na teoria de Austin, tomamos distância dela a alguns respeito, como já observamos acima, ao criticarmos sua ideia de que os enunciados (certos eventos) são verdadeiros. Por isso preferimos as formulações verbais, pois elas são mais adequadas para relatar a pragmática da investigação. Se fosse o caso de pensar a verdade como uma propriedade de certas coisas, então a única maneira de fazê-lo seria dizer que a verdade é uma propriedade da investigação, a sua finalidade, para repetirmos Peirce, já que toda investigação visa à verdade ou a um substituto seu, ainda que possa ter outros efeitos colaterais. Entretanto, dizer que uma investigação é verdadeira é também algo contra-intuitivo, pois a investigação não é uma coisa e, pela via semântica, o que se tenta sempre é atribuir a verdade a uma coisa como sua propriedade, o que não é o caso em uma abordagem pragmática. Não voltemos então aos vícios semânticos; fiquemos apenas na pragmática.

2.9 O problema da confirmação

2.9.1 *Os contextos de investigação*

É preciso comentarmos o fato de que, em nosso exemplo de investigação policial, a faca encontrada no carro de José é uma prova conclusiva de que ele é o culpado; por isso foi verificada a hipótese de que ele é culpado. Estamos pensando no melhor

dos casos, pois o que ocorre muitas vezes – talvez a grande maioria delas – é que não há como fazer uma predição tão exata que, sendo o caso, verifique a hipótese levantada.

Nem sempre os dados disponíveis permitem esse tipo de caso feliz. Muito da investigação consiste em tentar aumentar os dados disponíveis. Consiste exatamente no estabelecimento e na ampliação de certa base de dados (que pode ser interpretada como base empírica, mas que, a rigor, a isso não se limita). Quanto de informação essa base de dados deve conter, eis uma questão a ser resolvida e revista a todo momento durante a própria investigação. Ela deve permitir levantar hipóteses e levantar hipóteses cada vez mais precisas, fazer projeções ou predições exatas o suficiente. Mas isso também é algo que o investigador deve determinar o tempo todo, dado o contexto mais geral no qual sua investigação se dá, que é todo o conhecimento de fundo que é pressuposto.

É, portanto, diante de todo esse conhecimento assumido, mediante o estabelecimento de uma base de dados e a formulação de hipóteses e das estratégias de teste para elas ou para sua reformulação à luz de novos dados que toma corpo o contexto de investigação. Tal contexto pode ser considerado adequado se incluir também critérios para avaliar os testes das hipóteses e outros procedimentos normativos sem os quais a investigação não pode prosseguir e chegar a bom termo. Tudo que acabamos de dizer é conhecido daqueles que estão familiarizados com as discussões sobre a metodologia da pesquisa científica. Não estamos tentando elaborar uma teoria neste campo, mas apenas fazendo um relato genérico da pragmática da investigação. E é por isso mesmo que tal relato tem um ar de obviedade. Mas essa é sua vantagem. Estamos apenas relatando como se comportam os investigadores em geral.

Não obstante, vale darmos uma caracterização mais exata – neste caso, linguística – à constituição dos contextos de investigação. Como toda investigação utiliza, obviamente, uma língua,

jargão ou dialeto, seja no caso de investigações comuns, como uma investigação policial, seja no caso de uma investigação científica, podemos falar daquela forma especializada de linguagem que se emprega na investigação. Ora, tal forma de linguagem é o que podemos denominar um *dialeto investigativo*.

Tal como ocorre em qualquer atividade, inclusive as formas acima citadas de investigação, não temos simplesmente o uso de uma língua natural, mas temos o uso de um dialeto seu. No caso específico da investigação científica, temos hoje dialetos constituídos mediante os recursos básicos de uma língua natural conhecida, com o acréscimo de termos de outras línguas, assim como da matemática e da lógica, em diferentes graus de formalização tópica, dependendo da disciplina considerada. Em física, por exemplo, há um maior emprego da matemática e mais formalização que em outras disciplinas, como biologia e psicologia.

Tais dialetos, falados pelas comunidades de investigadores, assim como as línguas naturais, são regidos por convenções descritivas e demonstrativas, das quais fala Austin, assim como toda forma de linguagem. Assim sendo, o conhecimento relativo a determinado contexto de investigação está consolidado em tais convenções. Descrever um contexto de investigação é então relatar tais convenções ou, em outros termos, descrever seu dialeto investigativo.

A investigação bem sucedida é aquela que estabelece seu contexto próprio, consolida uma base de dados e elabora certo conhecimento específico projetável, descrito em convenções descritivas e demonstrativas que regem seu dialeto. Aqui, a utilização também dos termos de que Nelson Goodman se serve não é mero acidente. Segundo Goodman, como se sabe, devemos levar em consideração apenas hipóteses projetáveis, que são aquelas que empregam predicados também projetáveis, ou seja, predicados consolidados por nossa prática linguística. Os predicados projetáveis e consolidados são, por exemplo, aque-

les que designam espécies naturais (ouro, água, leão, homem etc.), além de termos para propriedades (como: amarelo, inodoro, feroz, mortal etc.).²³ Assim sendo, faz sentido considerar o problema da confirmação empírica de enunciados como ‘o ouro é amarelo’ ou ‘todo homem é mortal’, enunciados que contêm termos projetáveis. Estamos empregando as mesmas noções de consolidação e projetabilidade porque elas são óbvias do ponto de vista da pragmática da investigação e, assim como outros fatores desta última, dão base à elaboração de boas teorias metodológicas, como aquela defendida por Goodman.

Em nosso exemplo, o detetive consegue estabelecer uma base de dados, obtém conhecimento projetável e elabora uma hipótese exata (a faca deveria estar no carro de José), que foi verificada. Uma investigação bem sucedida é aquela que, além do mais, estabelece um conjunto potencial de provas para as hipóteses que levanta. Tais provas são, voltando aos termos linguísticos acima empregados, formas de argumentação providenciadas pelas convenções que regem o dialeto utilizado.

2.9.2 Uma concepção falibilista da investigação

Podemos perguntar se tal investigação – perfeita assim – é possível. É claro que todos os elementos que constituem um contexto de investigação, mesmo os mais consolidados, estão sempre – em princípio – sujeitos a revisão. E se é questão de problematizar todas as investigações consideradas bem sucedidas pelos mais diversos padrões metodológicos admissíveis, então nada resta. Mas isso é absurdo se consideramos as coisas do ponto de vista pragmático, pois, no limite, resulta em uma dúvida generalizada sobre a linguagem que empregamos e sobre a propriedade de seu emprego.

²³ Cf. GOODMAN, 1983, onde se encontram suas discussões sobre a indução; cf. também QUINE, 1969, *Natural Kinds*.

Assim, do ponto de vista pragmático, a não ser que surjam motivos sérios para revisar nossa opinião sobre o sucesso de alguma investigação considerada bem sucedida, ela deve continuar a ser assim encarada. Portanto, nosso exemplo hipotético é perfeitamente admissível, assim como nosso relato genérico da pragmática da investigação é bastante plausível. Isso nada tem a ver com o sucesso de uma investigação em particular, que é algo que depende da engenhosidade do investigador e não de receitas metodológicas. Investigar casos policiais ou fazer investigações científicas são coisas um pouco mais complicadas que fazer um bolo e é questionável se as receitas metodológicas, dadas com base em teorias gerais do método, possam realmente ajudar tanto quanto desejam seus autores.²⁴

E tudo o que vale para uma investigação policial, *mutatis mutandis*, vale para uma investigação científica, mesmo que se trate de verificar hipóteses universais. As noções goodmanianas de consolidação e projetabilidade continuam valendo aqui. Apenas ocorre que talvez seja melhor para o progresso da ciência não considerar definitivamente verificadas as hipóteses universais. Mas essa é uma decisão metodológica que tem de ser tomada pelo investigador no contexto de sua investigação.

E aqui vale também a noção de revisibilidade proposta por Neurath e Quine. Devemos considerar todo o conhecimento humano revisável, mas devemos reconhecer que algumas partes dele nos parecem muito mais difíceis de revisar que outras, como enfatiza Quine. Tudo isso pode mudar, mas temos que tomar as coisas tal como elas nos aparecem em cada momento.

Portanto, devemos admitir que uma investigação científica adequadamente conduzida possa chegar à situação de estabelecer critérios ou padrões pelos quais uma hipótese universal possa ser considerada verificada. Isso, em última instância, depende

²⁴ Cf. nossas discussões no próximo capítulo. Referimo-nos às teorias metodológicas de filósofos como Popper, obviamente.

de alcançar adequadas convenções que regem o dialeto utilizado. E que não se nos diga agora que tal investigação perfeita talvez não seja possível, pois responderemos que o que é considerado universal também depende de contextos e da especificação das regras de um dialeto. Apenas a abordagem semântica tradicional em epistemologia e metodologia criou a ficção matemática de uma universalidade irrestrita, por exemplo, de que ‘todo cisne é branco’ fala de todos os cisnes, em todas as partes do universo, no passado, presente e futuro, além da ficção de uma linguagem universal e de regras universais às quais se sujeita qualquer dialeto ou língua.

2.9.3 Indução e universalidade

O problema da indução é mal colocado quando se baseia nessa ficção matemática que é a universalidade irrestrita. Do ponto de vista pragmático, só faz sentido falar em universal se conhecemos ou conhecemos o modo de conhecer a totalidade de uma coisa. Se essa coisa é o universo, podemos talvez perder as esperanças de fazer a seu respeito afirmações de universalidade irrestrita. Se se trata, por outro lado, da matemática moderna, na medida em que ela parece ter providenciado um método de prova sobre questões que dizem respeito a contextos infinitos – o método de indução matemática –, então este pode ser o caso. Sem isso, a universalidade irrestrita seria apenas uma ficção metafísica e epistemológica, pois supõe a unidade do mundo e sua cognoscibilidade. No que diz respeito à investigação do mundo físico, por exemplo, ela talvez seja, realmente, uma mera ficção metafísica e epistemológica.

De fato, do ponto de vista pragmático, parece não haver conhecimento que almeje tal universalidade, a não ser na matemática. Uma lei da natureza não precisa valer para todo tempo e lugar, mas apenas para todo tempo e lugar que julgamos acessível a nosso conhecimento – o que já é demais! Ora, é discutível

se a física moderna fala de um universo infinito ou não. Ao que parece, a ideia é compatível com a mecânica clássica ou newtoniana, mas não com a Teoria da Relatividade, nem com as teorias cosmológicas mais recentes, como a teoria da entropia e do *Big Bang*. De qualquer forma, é a investigação específica em física que deve ou não estabelecer esse ponto. Se for o caso de ter um contexto infinito de investigação, então, obviamente, isso deverá estar associado a um dialeto adequado, o que, mais uma vez, seria um problema empírico. Ainda que isso seja talvez o caso de algum tipo de teoria física, não parece constituir o caso mais comum nas ciências empíricas em geral. Mas isso também tem de poder ser determinado em cada investigação científica, sob pena de dar à ciência uma tarefa inadequada, pesada demais talvez.

E se a universalidade deve poder ser determinada em cada contexto de investigação científica – e apenas nele –, então temos de aceitar a possibilidade de que uma investigação científica chegue a verificar hipóteses universais. Para nos convencermos finalmente disso, devemos lembrar que esse problema é apenas um caso particular dos problemas semânticos do significado de sentenças e termos – e estes são problemas de fundo pragmático. Por isso, do mesmo modo, o problema da verdade é, no fundo, um problema de pragmática da investigação.

2.10 O problema da universalidade

2.10.1 A verificação de sentenças universais restritas

O problema principal que temos a considerar é a verificação de sentenças (ou proposições) universais. A universalidade de uma sentença é um tipo de extensão de segunda ordem. Russell não concordaria com isso, pois insistiria que uma proposição universal corresponde a um fato universal. Mas deixemos a consideração de sua concepção para um pouco mais adiante.

De qualquer modo, é preciso dizermos que entendemos por extensões de primeira e segunda ordem o seguinte: definido extensionalmente, o significado de uma sentença singular é um estado de coisas associado a ela (por exemplo, um fato) ou, dito de outro modo, o conjunto que define extensionalmente o predicado da função sentencial resultante da operação de colocarmos uma variável no lugar de um nome próprio que ocorre na sentença. O significado de uma sentença universal, definido também extensionalmente, é então o conjunto das sentenças singulares que a verificam. Trata-se de uma extensão de segunda ordem porque não se refere à extensão do predicado da função sentencial, mas às sentenças verdadeiras resultantes da operação de colocar no lugar da variável da função sentencial os nomes dos indivíduos que definem extensionalmente seu predicado. Por exemplo, se 'x é morena' é definida extensionalmente por {Maria, Teresa, Cláudia}, então '*todas* são morenas' é definida extensionalmente por {'Maria é morena', 'Teresa é morena', 'Cláudia é morena'}. É forçoso, portanto, concluirmos que, mediante essa interpretação, as sentenças universais pertencem à metalinguagem e não à linguagem-objeto. Para efeito de argumentação, pensemos numa concepção correspondencial da verdade. Se uma sentença particular ('Maria é morena') corresponde a um fato ou estado de coisas, na visão tradicional, uma proposição universal corresponde a uma série de fatos ('Toda morena é bonita').

Estamos adotando aqui, obviamente, uma interpretação extensional, que é a tradicional e que entende que uma proposição universal pode – em princípio – ser traduzida em uma conjunção (infinita) de proposições singulares. A conjunção será infinita apenas no caso de tratarmos de conjuntos indeterminados e, supostamente, potencialmente infinitos, como os conjuntos que definem extensionalmente a significação dos predicados 'morena' e 'bonita'. Um contexto infinito, de fato, a nosso ver, seria apenas aquele da matemática, em cujo caso, como disse-

mos antes, existe um adequado método de prova, a indução matemática. Assim, uma proposição singular diz que certo indivíduo está incluído no conjunto (Maria é um elemento do conjunto morena) e uma proposição (geral) particular diz que determinado conjunto não é vazio ('alguém é moreno'). Verificamos a proposição particular traduzindo-a numa proposição singular verdadeira, mediante um modelo dado, e verificamos a proposição (geral) universal traduzindo-a numa conjunção de proposições singulares verdadeiras.

Podemos imaginar um modo de quantificar sobre as proposições singulares verdadeiras, caso em que temos então a proposição universal como uma proposição de segunda ordem. Especificamos um conjunto de proposições singulares e a proposição universal afirma que todas elas são verdadeiras, assim como a proposição particular afirma que uma delas é verdadeira. Todas as proposições singulares de uma linguagem, mediante um modelo, serão divididas em dois conjuntos complementares, aquele das proposições singulares verdadeiras e aquele das proposições singulares falsas. Como dissemos, estamos utilizando os termos 'proposição' e 'sentença' indistintamente aqui. Além disso, empregamos as categorias de proposições (ou sentenças) usuais na lógica clássica, isto é, sentenças singulares (que falam de um indivíduo determinado) e sentenças gerais (particulares e universais), que falam ou de um indivíduo qualquer de uma classe ou de todos os indivíduos dessa classe.

Contudo, como em todos os outros casos de especificação de significação de predicados, a extensão dos predicados 'verdadeiro' e 'falso' só pode ser providenciada mediante modelos. Vale lembrar, como já fizemos anteriormente, que um modelo é o par $\langle U, I \rangle$, sendo que U é o conjunto universo do discurso, especificando os indivíduos dos quais falamos, e I é uma função interpretação, que associa nomes a tais indivíduos e indivíduos aos predicados e relações de uma linguagem especificada. Apenas mediante tais modelos, obviamente, podemos decidir o va-

lor de verdade das sentenças dessa linguagem. Intuitivamente, no dia a dia, os contextos seriam espécies de modelos tacitamente assumidos, por meio dos quais interpretamos o que dizemos. Assim, se se trata de uma linguagem formalizada, é conhecido o modo de construir tais modelos. Se se trata da linguagem comum, os contextos substituem os modelos (e parcialmente pelo menos poderiam ser representados em modelos), de modo a podermos dizer, dado um contexto, se uma proposição singular ('Maria é morena') é verdadeira. Se, em certo contexto, 'Maria é morena' é verdadeira, então consideramos também verdadeira, neste contexto, a proposição particular 'alguém é moreno'.

E se neste mesmo contexto, assim como num modelo para uma linguagem formalizada, pudermos dar a intensão (isto é, a extensão provisória) dos predicados 'morena' e 'bonita', então teremos as condições sob as quais poderemos decidir se 'toda morena é bonita' é verdadeira ou falsa. Se tal contexto do discurso for, por exemplo, uma sala em que há apenas duas pessoas (Maria e Marta) e ambas são morenas e bonitas, então 'toda morena é bonita' é verdadeira neste contexto. Fica resolvido assim o problema da universalidade restrita da forma tradicionalmente admitida. Estamos pressupondo aqui que se possa interpretar pragmaticamente a intensão de um termo como sua extensão provisoriamente dada em certos contextos nos quais os falantes utilizam o termo. Esta interpretação requer, sem dúvida, uma explicação mais detalhada, o que não é possível fazer por ora e que reservamos para outra oportunidade.²⁵ Contudo, vale ressaltarmos a ideia de que este seria um meio pragmático para conciliarmos as noções tradicionais de significação intensional e extensional. Como cada contexto fixa a extensão de um termo, dando, assim, sua significação, a possibilidade de mudar de contexto e fixar de outra forma sua extensão seria a base prag-

²⁵ Cf. DUTRA, 2020a, cap. 2.

mática para falarmos de sua significação intensional. Por isso, nos parece adequado dizer que a intensão de um termo é sua extensão provisória, isto é, as diversas significações parciais e extensionais que ele adquire em diferentes contextos de investigação.

2.10.2 A universalidade irrestrita

Como resolvemos agora o problema da universalidade irrestrita? Normalmente, achamos que a universalidade irrestrita foge a todo contexto parcial ou a toda tentativa de contextualizar um proferimento que remete a uma proposição de universalidade irrestrita. Seu contexto possível, em último caso, seria o universo inteiro.

A interpretação de Russell a que acima nos referimos é que a proposição universal deve ser compreendida em tal contexto; por isso ela tem de corresponder a um fato universal e não pode ser traduzida em uma conjunção de proposições singulares, pois não se refere aos fatos particulares aos quais tais proposições singulares se referem. Ora, ainda que o contexto universo seja uma ficção metafísica, podemos admitir que os falantes de uma língua consigam especificar tal contexto – em princípio. Mas se esse for o caso, a proposição de universalidade irrestrita é diretamente verificável, como qualquer proposição singular, se seguimos a interpretação de Russell, já que ela se refere a um fato, ainda que seja um grande fato universal. E se for impossível verificar tal proposição, então será impossível, no limite, verificar qualquer proposição singular, já que o problema de verificação para proposições singulares é o problema do acesso e não o problema da confirmação.

Fora esse caso e o da matemática, todos os outros contextos possíveis e ordinários em que utilizamos a linguagem parecem ser contextos limitados, por mais amplos que sejam ou que tentemos fazê-los, como no caso das investigações científicas e me-

tafísicas. E, assim, toda proposição universal seria – pragmaticamente – apenas de universalidade restrita.²⁶ Ela seria, portanto, verificável. Tornar uma proposição universal (restrita) verificável depende apenas – embora isso não seja pouco – de construir o contexto no qual ela pode ser verificada. Isso depende da prática linguística e da engenhosidade dos falantes investigadores, assim como no caso da extensão dos termos.

O resultado disso é que, assim como a extensão de um termo é um problema empírico, prático, que depende das contingências da prática linguística, do mesmo modo, a verificação de proposições universais depende dessa mesma prática. Ela depende, em resumo, como sugere Austin, da capacidade que a comunidade linguística tem (ou não) de elaborar as convenções necessárias para isso. É uma questão empírica que pode ser, assim, compreendida mediante uma análise da pragmática da investigação, como fazemos aqui. Não é, portanto, uma questão teórica para qualquer teoria semântica sobre a verdade ou a significação em geral, nem para qualquer teoria metodológica da verificação.

Uma análise da pragmática da investigação mostra, assim, que há formas possíveis de verificar hipóteses universais e que elas são as mesmas por meio das quais verificamos hipóteses particulares. Sua possibilidade repousa em nossa prática linguística. A referência que fazemos à perspectiva de Austin não é mera coincidência, já que este autor adota uma abordagem eminentemente pragmática, o que é nosso caso, embora não desejemos – nem precisemos – nos comprometer com os elementos doutrinários específicos de sua teoria sobre os performativos. Mas nossa abordagem aqui, como antecipamos no capítulo precedente, permite contornar a principal objeção feita a sua teoria e mostrar como sua noção de verdade poderia ser aplicá-

²⁶ Esse é o ponto de vista sustentado por Austin (1980, p. 144s), como mencionamos no capítulo precedente, ao discutirmos sua teoria.

vel a enunciados gerais. Nossa solução pragmática é inspirada nas indicações que ele mesmo deu, mas, como está claro em nossa discussão precedente sobre os portadores de verdade, nossa visão toma distância da teoria de Austin tal como ele a apresenta.

2.10.3 Verdade e significação

Voltando especificamente à questão sobre serem as hipóteses universais verificáveis ou não, em qualquer dos casos, continua valendo nossa intuição – a mesma de Austin – de que a verdade é um tipo de acordo, um acordo, por exemplo, entre hipótese e prova. Compreendida deste modo, a partir da análise da pragmática da investigação, a verdade surge como uma noção essencial à prática da linguagem, que é outra intuição importante que se deve a Davidson. Se quisermos, depois, fazer uma teoria sobre tal prática da linguagem – uma teoria pragmática –, teremos de pressupor a noção de verdade como acordo e deveremos tentar mostrar de forma mais exata que acordo é esse, eleger as partes admissíveis no acordo etc.

Uma solução similar é possível em todos os casos de proposições hipotéticas, mesmo que sejam elas sobre o futuro. De fato, quaisquer proposições hipotéticas devem, em primeiro lugar, ser projetáveis, no sentido de Goodman. Dizer que elas são projetáveis significa, em outros termos, dizer que temos um dialeto convenientemente constituído para investigar o assunto em questão. Tal dialeto terá convenções suficientes para permitir inferir um método de prova para as proposições hipotéticas que ele admitir ou permitir formular. Assim, os dialetos que permitem a formulação de proposições hipotéticas genuínas são aqueles associados a contextos nos quais tais proposições são projetáveis e demonstráveis ou verificáveis.

Este é o sentido que acreditamos estar associado ao comentário de Austin de que o problema com os enunciados universais

não é a verdade, mas o significado. Quando sabemos o que eles significam, ou sabemos se são verdadeiros ou falsos, ou sabemos como descobrir isso, pois o fazemos com uma linguagem eficiente para essa finalidade. E quando não sabemos nenhuma das duas coisas, isso ocorre porque não utilizamos um dialeto adequado. Um caso claro de sucesso seria o da matemática, em que determinadas proposições universais podem ser demonstradas. Outro caso claro, obviamente, é aquele dos contextos limitados e pequenos, em que qualquer enunciado universal – neste caso, de universalidade restrita – pode ser verificado.

O caso aparentemente problemático seria então apenas aquele em que desejamos fazer uma investigação empírica a respeito de um contexto infinito, o que ocorre na metafísica e talvez em algumas partes da física moderna. Tomada enquanto uma questão empírica, relativa à pragmática de tais investigações, a questão é se os investigadores conseguirão construir um dialeto suficiente para isso. A eles cabe o ônus da prova e não vamos sustentar, como fizeram, por exemplo, Wittgenstein e Carnap, prossequindo a mesma tradição que remonta a Kant e, antes dele, Hume, que não há linguagem genuína que nos torne capazes de fazer metafísica. Carnap, por outro lado, procurou demonstrar a possibilidade de uma linguagem eficiente para fazer certo tipo de física e, redutível a ela, toda uma ciência unificada. Tomando como uma questão de princípio, ele concebeu uma linguagem de caráter universal que o levou a enfrentar o problema da indução, como sabemos, sem poder resolvê-lo – também – como uma questão de princípio.

Ao contrário, nossa perspectiva é a de que essas são questões factuais; isto é, aqueles que desejam investigar em contextos universais – seja em metafísica, seja em física – é que devem providenciar para isso um dialeto eficiente, tal como os matemáticos parecem ter feito em seu contexto de investigação. Não acreditamos que seja o caso nem de demonstrar que aqueles não podem ter sucesso em tal empreendimento, nem de de-

monstrar que podem. Se formos fazer qualquer uma destas coisas, já estaremos talvez fazendo o trabalho em seu lugar.

Uma análise da pragmática da investigação mostra apenas que tal possibilidade ou impossibilidade é uma questão prática, de construir um dialeto no qual seja formulável um método de prova para proposições de universalidade irrestrita factual ou empírica. Para não ver as coisas assim, é preciso, mais uma vez, demonstrar que estas são questões a serem provadas *a priori*, o que, de novo, pressupõe a elaboração de um dialeto para isso eficiente. Ora, a história do problema da indução parece mostrar que não se alcançou ainda tal dialeto.



AVERIGUAR

Uma análise da pragmática da investigação

Neste capítulo, vamos esboçar as linhas gerais de uma análise da pragmática da investigação. Trata-se de um desenvolvimento adicional à abordagem que apresentamos no capítulo precedente sobre a noção de acordo. Colocaremos em destaque a ideia de averiguação como aquilo que de maneira mais geral caracteriza a investigação. O ponto fundamental é mostrarmos que um relato ou análise geral da pragmática da investigação não é uma teoria do conhecimento ou, mais especificamente, uma teoria da investigação no sentido tradicional, mas uma análise do processo de averiguação.

As seções iniciais revisam parte das teorias epistemológicas a respeito das noções de conhecimento – como crença verdadeira e justificada – e de investigação – como um processo de validação de hipóteses. As seções finais visam detalhar as noções de pragmática da investigação e de sua análise.¹ Em decorrência de nossas críticas às teorias da verdade examinadas nos capítulos anteriores, vamos procurar apresentar uma análise da investigação que não se comprometa com concepções metafísicas ou epistemológicas, mas que seja capaz de lidar com noções desses domínios em contextos específicos de investigação, contextos nos quais o processo de averiguação ocorre.

¹ Algumas das discussões deste capítulo retomam aquelas apresentadas em Dutra 1999 e Dutra 2000a, cap. 5, aprofundando-as e complementando-as. Cf. ainda DUTRA, 2020a.

3.1 O conhecimento como crença verdadeira e justificada

Segundo a epistemologia tradicional, o conhecimento é crença verdadeira e justificada. Esta concepção tem sido amplamente discutida e os dois *loci classici* a este respeito são *The Problems of Philosophy*, de Russell, e, de Edmund Gettier, o artigo *Is Justified True Belief Knowledge?*² Este artigo marcou época e provocou inúmeras reações dos epistemólogos profissionais; o capítulo 12 do livro de Russell, fundamentalmente, antecipa a mesma discussão.

Basicamente, duas linhas de argumentação foram tomadas por aqueles que assumiram como tarefa da epistemologia superar o desafio lançado por Gettier. Em primeiro lugar, surgiram abordagens alternativas, em grande medida fundamentadas em determinadas formas pós-quinianas de naturalismo; segundo, aquelas abordagens que, retomando o ponto de vista da epistemologia tradicional, procuravam reconstruir esse domínio de investigação. Em ambos os casos, contudo, em geral, trata-se de complementar a discussão de Gettier, atentando para determinados aspectos que ele não levou em conta em sua discussão e que, por sinal, também não eram contemplados pelos epistemólogos tradicionais. Como exemplo da primeira via de investigação, entre muitos outros, vale citarmos as discussões de Alvin Goldman. Quanto à segunda abordagem acima citada, há as discussões de Susan Haack. As análises de Haack se concentram na oposição entre fundacionismo e as teorias da coerência, propondo como alternativa o que ela denomina *funderentismo*.³

Para estes dois autores, trata-se de argumentar que há circunstâncias em que podemos dizer que temos crenças verdadeiras e justificadas, mas não diríamos, mesmo assim, que são ca-

² Cf. RUSSELL, 1980 e GETTIER, 1963.

³ Cf. GOLDMAN, 1967, 1985, 1986 e 1994. Cf. ainda HAACK, 1995 e DUTRA, 1999, e 2000a, cap. 1.

sos de conhecimento. Em nossa apresentação abaixo, seguiremos de perto a apresentação do problema feita por Gettier, dando um exemplo semelhante àqueles que ele apresenta em seu artigo. Um pressuposto fundamental dessa discussão é que podemos obter conhecimento também por meio de inferências; para tanto, valem as formas inferenciais clássicas usuais. Não vamos aqui questionar esse pressuposto, uma vez que isso não afeta fundamentalmente nossa discussão.

De fato, podemos distinguir o conhecimento por inferência, que é indireto, do conhecimento *direto*, digamos, que podemos obter, por exemplo, por meio dos dados dos sentidos. Outro exemplo relevante seria o de uma operação matemática simples. O que entendemos aqui por conhecimento direto se aproxima da noção de conhecimento *por familiaridade (acquaintance)*, de Russell, em oposição ao conhecimento por descrição. O conhecimento por descrição, sendo indireto, assim como o conhecimento por inferência, juntamente com este último, constituiria outra categoria, separada do conhecimento direto. Em qualquer dos casos, contudo, trata-se de processos de formação e fixação de crenças e, independentemente de ser este um processo direto ou indireto, é a produção de crença que nos interessa na discussão abaixo.

3.1.1 *Os requisitos para haver conhecimento*

Suponhamos então que dois indivíduos, José e Pedro, sejam suspeitos de terem cometido um crime e que um detetive policial tenha investigado o caso e comunicado ao delegado de polícia sua conclusão. O detetive, contudo, tendo desejado colocar o delegado em má situação, mentiu, dizendo que Pedro era o culpado, ao passo que, de fato, o culpado era José. Em seu relato, o detetive também comentou que Pedro possuía uma arma calibre 38, fabricada em 1965. O delegado então convocando os dois suspeitos, diante deles e querendo dar um tom dramáti-

co a sua revelação, diz-lhes que o culpado era aquele dos dois que possuía uma arma de calibre 38, fabricada em 1965.

Por coincidência, ambos os suspeitos possuíam uma arma como tal (o que o detetive não apurou – ele apurou apenas que Pedro possuía tal arma). E, diante da revelação do delegado, cada um dos suspeitos pensou que era dele que o delegado estava falando, obviamente. Entretanto, sendo mais inseguro, José se precipitou e confessou o crime. Diante disso, de forma oportunista, o delegado tomou sua confissão por escrito e encerrou a investigação, liberando Pedro. Apesar das informações erradas que tinha recebido do detetive, o delegado prendeu o verdadeiro culpado.

Neste caso, o delegado tinha uma crença verdadeira e justificada de que o culpado possuía uma arma 38 de 1965, mas não podemos dizer que ele realmente tinha conhecimento disso.⁴ De maneira oportunista e desconsiderando o que o detetive lhe dissera (mentindo deliberadamente), o delegado aceitou a confissão e, podemos dizer, fingiu que o que sabia era isso mesmo, embora o que ele realmente pensasse (erroneamente) era que Pedro era o culpado. Não obstante isso, esse caso atende aos requisitos da concepção tradicional do conhecimento. Vejamos como.

Para a epistemologia tradicional, se o conhecimento é crença verdadeira e justificada, então temos conhecimento se três requisitos são preenchidos:

- (a) a crença é verdadeira,
- (b) certo indivíduo possui tal crença, e
- (c) ele está justificado em possuir tal crença.

⁴ O leitor pode notar, obviamente, a semelhança desse exemplo com aqueles discutidos por Gettier em seu artigo, sobretudo com aquele a respeito de Smith e Jones, que concorriam a um emprego.

O delegado tinha a crença de que o culpado possuía uma arma 38, fabricada em 1965. Tal crença era verdadeira, pois ambos os suspeitos possuíam uma arma assim e, logo, isto era verdadeiro em relação a Pedro também, que o delegado julgava ser o culpado. O delegado estava justificado em pensar isso porque confiava no detetive que lhe disse tal coisa, embora este mentisse. Como sabemos, de fato, José era o culpado e, por coincidência, também possuía uma arma 38 de 1965. Este fato, não sendo de conhecimento do detetive, não foi revelado ao delegado, que não tinha, portanto, a intenção de provocar uma reação de José, mas, ao contrário, de Pedro.

Vale assinalarmos que, neste caso, a crença verdadeira e justificada do delegado, a crença que está em questão, é aquela sobre *o culpado possuir uma arma 38 de 1965* e não a de que o culpado era Pedro. Esta última, que o delegado também possuía, não é verdadeira; por isso não atende aos requisitos da concepção tradicional; ela não serve para a problematização que desejamos fazer, seguindo Russell e Gettier. A outra crença, contudo, atende a tais requisitos e, como insistem tanto Gettier, quanto Russell, sentimo-nos muito desconfortáveis em aceitar que, naquele caso, estamos diante de um caso de conhecimento.

3.1.2 Diagnósticos para o nosso desconforto

O desconforto diante do resultado acima apresentado foi diagnosticado por diversos autores de maneiras diferentes, entre eles Alvin Goldman, que afirma que, de fato, devemos acrescentar aos três requisitos acima enunciados um quarto ponto:

- (d) a crença é produzida por um mecanismo confiável de produção de crenças.

Neste caso, poderíamos dizer que a falha em nosso exemplo está no fato de que o detetive mentiu ao delegado, isto é, este

não obteve sua crença por meio de um mecanismo confiável. De fato, podemos generalizar o ponto levantado por Goldman e dizer que não se trata apenas de mecanismos de produção de crenças, mas de meios em geral, ou estratégias, ou métodos, ou procedimentos investigativos que produzam, fixem ou confirmem nossas crenças.

Como veremos abaixo, no caso do presente exemplo, trata-se de um processo imperfeito de averiguação, isto é, há uma falha contextual naquele sistema de investigação policial, que consiste no fato de que o detetive mentiu para o delegado, o que não deveria ocorrer se tal sistema funcionasse corretamente. De fato, um sistema de investigação policial pressupõe que os indivíduos que colaboram neste tipo de empreendimento não mintam uns para os outros e, se o fizerem, que haja procedimentos suplementares de segurança, capazes de corrigir esse tipo de distorção.

Embora haja certa contribuição dada pela análise de Goldman, em complementação àquela de Gettier, a nosso ver, a principal falha ainda não foi identificada. Em nossa opinião, o problema acarretado pela epistemologia tradicional reside na separação dos contextos de descoberta (ou produção) e de justificação (ou prova).⁵ De fato, isto está implícito na análise de Goldman, na medida em que ele adere a um tipo de naturalização da epistemologia.

Para a epistemologia tradicional, devemos nos ocupar do contexto de justificação e os três requisitos apontados por Gettier dizem respeito a tal contexto. O que devemos discutir, segundo o epistemólogo tradicional, é se uma crença (ou teoria), depois de formulada ou verbalizada, recebe apoio ou justifica-

⁵ A distinção é lugar comum sobretudo entre os filósofos da ciência, sendo sustentada notadamente por Carnap e por Popper. Contudo, sua formulação mais conhecida é aquela oferecida por Hans Reichenbach (1938).

ção e, portanto, se pode ser validada por meio de procedimentos puramente lógicos. Este é, sem dúvida, o caso da crença do delegado de que o culpado possuía uma arma 38 de 1965. Do ponto de vista meramente comportamental, isto é, do ponto de vista de um expectador que não sabe que o delegado se referia a Pedro e não a José, é preciso reconhecer o episódio como um episódio de conhecimento. Mas, para o próprio delegado, que sabia estar se referindo a Pedro e não a José, isso é inaceitável. O próprio conhecimento que o delegado possui de sua intenção de se referir a Pedro e não a José, contudo, está fora do âmbito de análise admitido pela epistemologia tradicional, que se restringe ao contexto de justificação. Considerar a intenção do delegado pertenceria ao contexto de descoberta e não ao de justificação. Nosso desconforto com tal exemplo deriva do fato de que estamos misturando informações relativas a ambos os contextos. Sem a informação de que o delegado pretendia provocar uma reação de Pedro e não de José, não teríamos dúvidas em dizer que estamos diante de um caso de conhecimento, isto é, de um caso de crença verdadeira e justificada.

Suponhamos então que o delegado não revele seu engano. Suponhamos que tivéssemos de relatar o mesmo episódio sem a informação que supostamente temos de que ele se referia a Pedro e não a José. Suponhamos, enfim, que nos coloquemos no lugar de um expectador que não possui tal informação. Este pode ser o caso, por exemplo, do escrivão, que anotava os depoimentos naquela ocasião. Para ele, sem dúvida, a aparente crença verbalizada pelo delegado de que o culpado possuía uma arma 38 de 1965 era verdadeira e justificada. Nada naquele contexto, uma vez analisado por meio dos padrões da epistemologia justificacionista tradicional, poderia levar o escrivão a pensar o contrário.

É apenas o fato de que, em nosso exemplo, assim como naqueles de Gettier e de Goldman, temos informações que transcendem tal situação que nos permite dizer que, mesmo aten-

dendo aos requisitos da epistemologia tradicional, não estamos diante de um caso de conhecimento. Mas as informações que temos (por exemplo, que o detetive mentiu, que o delegado tentava apontar Pedro e não José etc.) são todas informações relativas ao contexto da produção da crença, isto é, do contexto de descoberta e não do contexto de justificação.

Goldman está certo ao dizer que não devemos nos conformar com a separação dos contextos e que, em nossas análises, temos de considerar os mecanismos de produção de crenças. Mas isso apenas não basta. Pois o mecanismo pode ser confiável sem que estejamos cientes disso. Para sabermos que um mecanismo de produção de crenças é confiável, é preciso termos informações relativas ao contexto de descoberta. O que temos de fazer, de fato, é constatar que o processo todo relativo ao episódio suposto que narramos é um processo de investigação e que a falha está no modo em que ele foi conduzido, como assinalamos acima e como ainda comentaremos mais detalhadamente adiante.

A separação dos contextos certamente nos impede de ver isso, mas simplesmente acrescentar outros critérios não vai resolver o caso. A nosso ver, o que é preciso fazer é empreender uma análise da pragmática daquele processo de investigação. A investigação do crime não terminou na investigação preliminar do detetive, que comunicou (embora mentindo) suas conclusões ao delegado. Este último, ao convocar os dois suspeitos, continuou a investigação e, de fato, retificou o erro ou a mentira do detetive, por uma feliz coincidência.

Portanto, o que temos de fazer em casos como este é analisar o processo todo de investigação. Ora, isso não é visto nem por Russell, nem por Gettier, nem por Goldman. Desfazer a separação dos contextos significa encontrar na investigação elementos de ambos os contextos e percebermos que a investigação já contém os dispositivos de validação que a epistemologia tradicional retratou nos requisitos acima mencionados.

O resultado das considerações acima é que a epistemologia não deve se ocupar de uma análise do conhecimento, mas antes e fundamentalmente, de uma análise da investigação. Nos termos que desejamos descrever mais detalhadamente neste capítulo, ela deve produzir – pelo menos preliminarmente – uma análise da pragmática da investigação, que será retratada aqui como um processo de averiguação.

Antes de chegarmos a isso, contudo, é preciso dizermos uma palavra também sobre as teorias da investigação produzidas no âmbito da filosofia da ciência. Sendo produzidas mediante a separação dos contextos, tais teorias deixam de perceber que os próprios mecanismos de validação estão incluídos na pragmática da investigação ou, se desejarmos utilizar ainda os termos da epistemologia tradicional, no próprio contexto de descoberta.

3.2 As teorias da investigação e do método

As abordagens epistemológicas restritivas ao contexto de justificação, no domínio da filosofia da ciência, sempre procuraram tomar em consideração as regras metodológicas que, em seu conjunto, constituiriam um procedimento lógico de justificação ou validação, isto é, que ofereceriam critérios para demarcar o conhecimento científico de outras formas de conhecimento.

O positivismo lógico, sobretudo nas obras de Carnap, e o racionalismo crítico de Popper são exemplos clássicos desse tipo de abordagem e, de fato, são as duas abordagens mais conhecidas e discutidas na filosofia da ciência. Para eles, uma teoria da ciência é uma teoria do método adequado para justificar ou, como diz Carnap, reconstruir racionalmente o conhecimento científico já produzido e legitimar uma parte dele, ao mesmo tempo que elimina outra, que não pode ser justificada pelos mesmos procedimentos. Como é bem conhecido, em ambos os casos, o conhecimento que não pode ser legitimado pela meto-

dologia escolhida é dito *metafísico*, embora, para Popper e Carnap, por diferentes motivos e recorrendo a diferentes princípios metodológicos.

Carnap, na verdade, elaborou duas versões de sua teoria da justificação, a primeira, nos anos 1920, verificacionista, contendo duas fases, uma fenomenalista (no *Aufbau* e em *Pseudoproblems in Philosophy*), outra fisicalista (em *The Unity of Science* e outros escritos, como o artigo *Psychology in the Language of Physics*). A segunda versão – confirmacionista – da teoria foi apresentada a partir do texto *Testability and Meaning* e inclui as investigações de Carnap sobre a lógica indutiva como um procedimento de validação, tal como ele discute no livro *The Logical Foundations of Probability* e em escritos posteriores.⁶

Vamos discutir a primeira teoria, fundamentada na lógica dedutiva clássica, deixando de lado o aspecto epistemológico e metafísico que diz respeito à questão entre o fenomenalismo e o fisicalismo. Em seguida, vamos discutir a teoria de Popper, do mesmo modo, fundamentada na lógica dedutiva clássica e apresentada em detalhes pelo próprio autor no livro *The Logic of Scientific Discovery*.⁷

3.2.1 O sistema construcional

A ideia fundamental de Carnap no *Aufbau* é a de um sistema construcional no qual os conceitos (ou objetos) de todos os ramos das ciências possam ser construídos a partir de conceitos básicos. O sistema apresentado no *Aufbau* é fenomenalista e elege como objetos básicos aqueles do nível autopsicológico, isto é, as experiências elementares de um sujeito. O sistema possui outros três níveis superiores de objetos: físicos, heteropsicológicos e culturais, como se segue:

⁶ Cf., respectivamente: CARNAP, 1969, 1934, 1996, 1936–37 e 1962.

⁷ Cf. POPPER, 1959.

3	Objetos culturais
2	Objetos heteropsicológicos
1	Objetos físicos
0	Objetos autopsicológicos

O nível de objetos físicos corresponde às ciências da natureza, incluindo as disciplinas físicas e químicas e também a biologia. O nível de objetos heteropsicológicos corresponde às disciplinas que enfocam os fenômenos sobre as outras mentes, localizando-se ali a psicologia, portanto. Ao nível dos objetos culturais correspondem as ciências humanas em geral, como a história, a economia, a sociologia etc.

O processo de validação fundamentado no sistema construcional consiste em avaliar se um objeto de um dos níveis superiores pode ser reduzido a objetos dos níveis inferiores, chegando ao nível fundamental dos objetos autopsicológicos. O processo de redução ou verificação consiste em traduzir todos os enunciados a respeito de objetos de um nível superior para enunciados sobre objetos dos níveis inferiores e, em última instância, para enunciados do nível fundamental.

Assim como a teoria de Popper, a teoria de Carnap pressupõe que a validação (neste caso, a verificação) seja um procedimento epistemológico a ser aplicado ao conhecimento já dado, desconsiderando, portanto, o contexto de descoberta ou invenção de teorias. Assim sendo, a teoria de Carnap não é propriamente uma teoria da investigação, tal como este tipo de teoria é apresentada em autores clássicos neste domínio, como Francis Bacon e John Stuart Mill, mas uma teoria do método adequado de justificação, validação ou, como Carnap prefere dizer, reconstrução racional do conhecimento já dado.

A teoria de Popper é menos formalizada, mais intuitiva e está mais próxima dos empreendimentos clássicos como aqueles de Bacon e Mill. Mas, assim como em Carnap, em Popper, em primeiro lugar, trata-se de validar o conhecimento científico, isto é, de aplicar critérios que permitam declarar que uma teoria é científica. Tais critérios estão consolidados nos métodos por eles elaborados. Parte dos problemas relativos à verificação e à confirmação já foi tratada no capítulo precedente. Vamos aqui apenas discutir os aspectos lógicos dos métodos de validação apresentados por esses autores.

3.2.2 A falseabilidade de teorias

O método de Popper também está inteiramente restrito à lógica dedutiva clássica, sendo baseado fundamentalmente na forma inferencial do *modus tollens*. Seja H uma hipótese e C um enunciado que relata uma consequência observacional que pode ser deduzida de H. Se tal consequência não se dá, isto é, se C é falsa, então, pela lógica clássica, concluímos que $\neg C$ é verdadeira e, se o *modus tollens* também vale, então isso implica que H também seja falsa, pois temos:

$$\begin{array}{c} H \rightarrow C \\ \neg C \\ \hline \neg H. \end{array}$$

No mesmo espírito da epistemologia tradicional, a teoria de Popper também pressupõe, portanto, que temos conhecimento por inferência. Ora, vale lembrarmos que o *modus tollens*, juntamente com outras formas inferenciais consideradas válidas pela lógica clássica, é preservador da verdade. Portanto, se as premissas no argumento são verdadeiras, a conclusão é necessariamente verdadeira. Se H for uma teoria, então ela será considerada científica se a ela puder ser aplicado tal método de validação ou, como Popper prefere dizer, se ela for falseável. As teorias científicas são, portanto, as teorias falseáveis, aquelas a

que se possa aplicar um método dedutivo de teste fundamentado no *modus tollens*. Popper insiste que sua teoria se distancia do verificacionismo e do confirmacionismo de Carnap e, ao mesmo tempo, de quaisquer teorias indutivas do método.

Popper, contudo, não é tão claro quanto Carnap a respeito de estar apresentando apenas uma teoria do método de validação. Muitos de seus comentários sobre tal método o retratam como um procedimento que permitiria não apenas uma reconstrução racional do conhecimento já produzido (Popper explicitamente se recusa a elaborar uma lógica da descoberta – *sic*), mas que permitiria também a otimização do conhecimento, seu crescimento. Ele comenta, por exemplo, que um método de investigação fundamentado no *modus tollens*, se aplicado efetivamente, levaria em alguns casos a rejeitar determinadas teorias científicas e a ter a oportunidade de elaborar teorias melhores, possivelmente mais próximas da verdade.

Em seu livro *Objective Knowledge*, Popper, de fato, vai mais longe e diz que a indução enquanto uma forma de investigação é uma ficção, que sempre elaboramos nossos conhecimentos por procedimentos inteiramente dedutivos.⁸ Dado um problema, formulamos uma hipótese ou teoria para resolvê-lo, submetemos tal teoria a teste para eliminar erros e assim por diante. Assim sendo, de fato, Popper também pretende apresentar uma teoria da investigação.

Aparentemente, o que ele deseja é assimilar o contexto de descoberta ao contexto de justificação, já que, segundo ele, um método adequado de investigação seria aquele que se aproxima o máximo possível do método de validação. É exatamente o contrário do que pretendemos neste capítulo, que é assimilar o contexto de justificação ao contexto de descoberta, como veremos nas seções abaixo. A posição de Popper implica, portanto, um monismo metodológico que Carnap procurou evitar em suas

⁸ Cf. POPPER, 1972.

últimas obras, aquelas a respeito da lógica indutiva. Na medida em que um método de validação ou justificação puder ser transformado também em método de investigação e que tal teoria da investigação oferecer um retrato de como seria a atividade científica, seguir-se-ão muitas críticas que uma teoria exclusivamente da validação pode evitar.

3.2.3 Contra o monismo metodológico

Diversos autores criticaram tal tipo de empreendimento, em especial, Lakatos, Kuhn e, de um modo mais radical – e pluralista –, Feyerabend. Em certa medida, as considerações que faremos abaixo ecoam parte daquelas feitas por Kuhn e Feyerabend, embora em viés um tanto diferente desses autores. No geral, nosso ponto consiste em criticar os empreendimentos monistas em relação ao método e, logo, monistas também no que diz respeito a uma caracterização do que seria a investigação científica.

Feyerabend concentrou suas reflexões prioritariamente à diversidade de procedimentos que podem ser admitidos legitimamente como científicos.⁹ Kuhn, diversamente, procurou identificar os momentos em que um pluralismo metodológico é admissível (os períodos pré-paradigmático e de crise na ciência), contrastando-os com o momento em que um monismo metodológico mais rígido caracteriza a atividade científica (ciência normal). E como, segundo Kuhn, os paradigmas é que ditam os métodos admissíveis na ciência (normal) que é feita sob sua orientação, podendo haver diferentes paradigmas e, logo, diferentes métodos científicos, não podemos falar, de modo geral, de um ou mais métodos genuínos da ciência.

Embora o pluralismo de Feyerabend seja mais uma prescrição, o de Kuhn está mais afeito a uma constatação de fato; nos

⁹ Cf. FEYERABEND, 1970 e, do que comentamos a seguir, cf. KUHN, 1962.

dois casos, o monismo metodológico é recusado. Se ele ocorrer, não será mais que um acidente histórico de determinada disciplina científica.

Há uma analogia entre as teorias da investigação e do método científico tradicionais (como aquelas de Carnap e de Popper) e as teorias tradicionais do conhecimento que discutimos na seção precedente. Assim como, naquele caso, o conhecimento em geral é retratado como algo passível de ser claramente definido, no caso do conhecimento científico, as teorias tradicionais do método e da investigação almejam uma caracterização geral dos procedimentos que fazem com que uma investigação seja científica, pelo menos no que diz respeito ao conhecimento validado, isto é, ao conhecimento que pode ser legitimado por meio de um método de justificação ou reconstrução racional.

No caso de Popper, como argumentamos acima, a teoria também acaba sendo uma teoria da investigação, mas uma extensão equivalente no caso da teoria de Carnap também seria possível, embora este próprio autor não a tenha realizado. De qualquer modo, seguindo Feyerabend e Kuhn, contestamos a possibilidade de alcançar um método geral que caracterize a ciência, seja a título de justificação, seja a título de uma caracterização das práticas investigativas adequadas.

Contudo, isso não significa que, de nosso ponto de vista, não possamos identificar traços gerais que estariam presentes em toda investigação científica e, de maneira mais ampla, em toda e qualquer investigação. Uma análise da pragmática da investigação procura exatamente encontrar tais características; a este respeito, portanto, nos afastamos também de Kuhn e Feyerabend. Um relato de tal pragmática, isto é, de como se passam as coisas em uma investigação (científica) qualquer, deve poder servir de base para a formulação de teorias da investigação e do método científicos.

Não desejamos, contudo, aqui, chegar a tanto, mas apenas nos restringirmos a uma análise da pragmática da investigação.

Os procedimentos de validação – aqueles que seriam objeto de uma teoria sobre um método de justificação – estão incluídos entre os próprios elementos que constituem a pragmática da investigação. Ora, esta é uma ideia que nos parece estar associada às próprias perspectivas adotadas por Kuhn e Feyerabend.

3.2.4 Uma diversidade de atividades investigativas

Como ficará claro em nossa análise da pragmática da investigação como um processo de averiguação, apresentada abaixo, também não há diferenças essenciais entre uma investigação científica e uma investigação feita em outros contextos. Tradicionalmente, os epistemólogos e filósofos da ciência opõem a ciência ao senso comum ou o conhecimento científico ao conhecimento comum, aquele que produzimos no dia a dia em atividades não profissionalizadas e sistematizadas como a ciência.

Muitos autores, por sua vez – entre eles, notadamente, Quine, mas também Dewey –, questionam tal separação e argumentam que não há uma diferença de natureza entre a ciência e o senso comum, mas apenas diferenças de grau de precisão e rigor. Esta é uma opinião que compartilhamos.¹⁰ De fato, a nosso ver, deve-se falar de diversos contextos de investigação. A ciência e o senso comum, com o grau de generalidade em que muitas vezes são discutidos, são vagos demais para uma análise epistemológica adequada. Neste mesmo nível de generalidade, devemos lembrar também a filosofia, o jornalismo investigativo, a investigação policial, as diversas religiões etc. Se se trata de considerarmos todas aquelas atividades humanas que são responsáveis pela produção e fixação de crenças, então todas as atividades acima devem ser levadas em consideração, além de outras mais.

Entretanto, se tomarmos a ciência e a filosofia, que já foram bastante discutidas como atividades cognitivas, deveremos lem-

¹⁰ Cf. DEWEY, 1997.

brar todas as considerações que procuram mostrar que há tipos diferentes de ciência, assim como de filosofia. No que diz respeito à ciência e mesmo desta em geral e em oposição à filosofia e às humanidades, as análises de Kuhn são elucidativas. Como sabemos, ele concentra suas discussões às ciências naturais, não acreditando que suas análises se apliquem do mesmo modo à história, à filosofia, às ciências humanas em geral. Em contrapartida, o grande esforço de muitos outros autores foi no sentido de providenciar meios para reduzir as humanidades (ou ciências do espírito, ou ciências sociais) e as ciências da natureza a um mesmo tipo fundamental de conhecimento científico, a uma ciência unificada, como vemos, por exemplo, em Carnap.

Contudo, de nosso ponto de vista, em qualquer uma das atividades cognitivas acima mencionadas, podemos encontrar traços comuns que seriam o objeto de uma análise da pragmática da investigação. Às atividades já citadas, vale acrescentarmos ainda a tecnologia ou as técnicas em geral. Todas estas atividades produzem e aperfeiçoam sistemas de crenças. Todas elas apresentam procedimentos investigativos. É verdade que algumas são mais rigorosas e sistemáticas que outras. Algumas são mais profissionalizadas que outras. Estas são diferenças importantes, sem dúvida, mas não são diferenças que digam respeito à natureza do conhecimento produzido. São diferenças contextuais, devidas tanto a acidentes históricos, quanto a oportunidades mais ou menos felizes das comunidades de investigadores ligadas a umas ou a outras dessas atividades todas.

Em suma, nas seções que se seguem, nosso objetivo será o de analisar os traços comuns que todas as atividades investigativas possuem. Assim, nossa análise da pragmática dessas investigações vai nos conduzir a noções gerais que se aplicariam a quaisquer atividades cognitivas. Mais especificamente, desejamos pôr em evidência o papel que a noção de verdade desempenha na pragmática da investigação, isto é, como a verdade é

um conceito instrumental e não eliminável, como toda investigação é uma forma de averiguação.

Como já mencionamos, as considerações advindas de uma análise da pragmática da investigação podem servir de base para formularmos teorias do método científico, mas elas também serviriam para formularmos teorias do método ou da investigação policial, ou em filosofia, ou na tecnologia, ou na religião. Em cada um desses contextos investigativos, localmente, certos procedimentos específicos devem ser criados para permitir eficiência e sucesso em suas respectivas investigações. Uma parte desse trabalho consiste em elaborar uma linguagem adequada, como discutimos no capítulo precedente. Uma linguagem conveniente, contudo, não é o único dos procedimentos específicos do contexto de investigação. Tais procedimentos específicos, contudo, são todos instrumentos de averiguação. Voltaremos abaixo a discutir com mais detalhes o caso já mais debatido da investigação científica. Mas para isso será mais útil apresentarmos primeiro os elementos gerais da análise da pragmática da investigação.

3.3 O domínio da pragmática

3.3.1 *O contexto de descoberta em foco*

A teoria do conhecimento e a filosofia da ciência tradicionais, dada sua tradição intelectualista e suas ficções lógicas de crença verdadeira e justificada e de reconstrução racional, como vimos nas seções precedentes, nos impedem de encarar o conhecimento como uma atividade prática. Ao chamarmos a atenção para o contexto de descoberta e para os procedimentos investigativos, desejamos romper com tais pressupostos epistemológicos tradicionais.

Ao contrário de outros autores, contudo, não desejamos formular uma lógica da descoberta. Em certa medida, os esforços

de Goldman, que mencionamos acima, vão também nesta direção. Ele defende a ideia de que deve haver uma colaboração entre a psicologia empírica e a epistemologia analítica e que esta última, aproveitando os resultados da investigação em psicologia, pode chegar a formular conjuntos de regras epistêmicas, denominadas por Goldman de *regras-J*, que são regras de justificação.¹¹ O naturalismo de Goldman, portanto, ainda visa a alguns dos mesmos objetivos da epistemologia tradicional e podemos dizer que o mesmo vale em certa medida também para o naturalismo de Quine.¹² Quine ainda se mantém próximo da epistemologia tradicional, apesar de seu naturalismo, em virtude de conferir à epistemologia a tarefa de mostrar como a partir do *input* que recebemos por meio de nossas percepções chegamos a nossa teoria sobre o mundo físico, como *output*, ou seja, a tarefa de tratar da relação entre teoria e evidência.

Ora, desejamos nos distanciar desses objetivos e nos voltar para a pragmática da investigação, isto é, inteiramente para o contexto de descoberta, sem o objetivo previamente estabelecido de chegar a uma teoria da justificação, de discutir sistematicamente a relação entre teoria e evidência ou entre o conhecimento ou as crenças que possuímos e a base que podemos apontar para isso. Ao contrário, como já mencionamos, procuraremos identificar na própria pragmática da investigação aqueles elementos que desempenham papéis validativos.

Por outro lado, uma análise da pragmática da investigação também não é uma investigação empírica em psicologia ou em linguística, tal como argumenta Quine em seu manifesto por uma epistemologia naturalizada, ou em outros domínios de investigação empírica. A análise da pragmática da investigação é

¹¹ Cf. GOLDMAN, 1985 e 1986; cf. também DUTRA, 1999, para uma crítica à posição de Goldman.

¹² Cf. DUTRA, 1999. A respeito de Quine, cf. ainda HAACK, 1995, cap. 6.

intuitiva e não sistemática, apenas relatando os aspectos mais gerais das práticas investigativas. E por isso ela é também necessariamente limitada e incompleta, pois algum tipo de completude e alguma sistematicidade só poderiam ser atingidos por meio de uma teoria da investigação. Mas, a partir da análise da pragmática da investigação, muitas teorias da investigação podem ser formuladas.¹³

3.3.2 A investigação como ação

Dado que nos concentramos no contexto de descoberta, isto é, na prática investigativa, a investigação deve ser vista eminentemente como ação. Assim, relatar a pragmática da investigação é relatar a pragmática de um tipo de ação. Deste modo, os termos ‘pragmática’ e ‘ação’ precisam ser mais bem caracterizados aqui.

Ao utilizarmos a palavra ‘pragmática’, estamos nos referindo à distinção entre sintaxe, semântica e pragmática, tal como estes três termos são empregados nos estudos sobre a linguagem. Portanto, de modo mais geral, estamos nos referindo à prática dos investigadores ou a como se comportam eles quando investigam, utilizando as mais diversas ferramentas investigativas.

Entendemos por uma abordagem semântica em epistemologia e filosofia da ciência aquela que investiga o conteúdo das práticas cognitivas, como crenças e teorias científicas, por exemplo. E por uma abordagem sintática em epistemologia entendemos os empreendimentos de formular conjuntos de regras metodológicas. É verdade que, mesmo no sentido aqui empregado desses termos, uma sintaxe e uma semântica do conhecimento (ou, mais especificamente, do conhecimento científico) pode ser mais ou menos formalizada, como as teorias de Carnap

¹³ Cf. QUINE, 1969, cap. 3. Cf. também DUTRA, 1999 e HAACK, 1995, cap. 6. Para uma apresentação geral da posição de Quine, cf. GIBSON, 1986.

e de Popper exemplificam. Assim, poderíamos também pensar em uma pragmática formal do conhecimento ou, mais especificamente, da investigação. Mas este também não é nosso objetivo. O que visamos é um estudo da pragmática da investigação meramente informal e intuitivo.

Deste modo, um relato da pragmática da investigação é um relato de como o investigador se comporta ao utilizar certa linguagem, certos métodos e procedimentos (mais ou menos rigorosos ou regrados), certas estratégias empíricas, certa instrumentação e aparelhagem construídas para investigar etc. Neste sentido, o conjunto das práticas investigativas de determinada atividade de investigação é sua pragmática, no sentido que conferimos aqui ao termo. Trata-se, portanto, de um conjunto de ações ou de comportamentos. Assim, um relato da pragmática da investigação é um relato do comportamento dos investigadores em determinado contexto de investigação ou de atividade mais especializada de investigação.

Um relato geral dos aspectos comuns a todas essas práticas ou contextos é o que almejamos, embora não de forma completa. Em particular, interessa-nos aqui apontar as noções veritativas como ferramentas fundamentais das práticas investigativas, isto é, como as noções veritativas são empregadas pelos investigadores. Este é, a nosso ver, um dos aspectos mais gerais e comuns das práticas investigativas.

O termo 'ação', portanto, será empregado aqui no sentido mínimo de comportamento. De muitas formas podemos complementar o quadro e explicar o comportamento ou a ação neste sentido mínimo como, por exemplo, ou algo sujeito a leis (quer físicas ou fisiológicas, quer comportamentais), ou então como resultado de elementos intencionais que caracterizariam os seres humanos (suas crenças, desejos, objetivos etc.). O problema é, obviamente, relevante para o tema em foco, mas não vamos incluí-lo na presente discussão, que visa apenas às noções veritativas.

Assim sendo, provisoriamente, podemos empregar tanto termos intencionais, quanto termos não intencionais, para relatar-mos as práticas investigativas que estaremos discutindo. Em todos os casos, trata-se de nos atermos ao que é observável no comportamento dos investigadores, inclusive seus próprios relatos sobre suas ideias, crenças, teorias, regras, juízos, avaliações, intenções etc. Embora tais coisas sejam inobserváveis para o ouvinte, vamos supor que o falante a elas tem acesso (seja ele qual for) e que sua narrativa sobre tais coisas – para ele observáveis e, para os outros, inobserváveis – seja algo em si observável, já que se trata do emprego público da linguagem. De fato, acreditamos que se poderia fazer uma redução dos termos intencionais empregados aqui a termos não intencionais e, logo, não comprometidos com qualquer teoria da mente de caráter intencional. Nossa ideia fundamental é que há, sem dúvida, eventos intencionais (eventos voltados para um fim), dos quais a investigação é um bom exemplo, mas não precisamos explicá-los postulando propriedades intencionais dos seres humanos.

Assim, uma narrativa sobre a pragmática da investigação é um relato do comportamento dos investigadores em determinadas práticas e contextos investigativos. Nas seções a seguir, vamos procurar pôr em evidência alguns elementos da pragmática da investigação em dois contextos particulares que nos parecem conter certa generalidade, a saber, uma investigação policial, como aquela a que nos referimos acima em nosso exemplo, e uma investigação científica, comparando as duas.

Em particular, vamos analisar como as noções veritativas desempenham um papel fundamental em ambos os casos. Assim, um processo de investigação será retratado como um processo de averiguação, o que quer dizer: um processo no qual determinadas noções veritativas são empregadas com o objetivo de averiguar ou, se preferirmos um termo mais tradicional da epistemologia e da filosofia da ciência, verificar. ‘Averiguar’ nos pare-

ce, contudo, menos carregado da herança intelectualista da epistemologia tradicional e, por isso, preferível.

3.4 Crer e agir

3.4.1 *Teoria e prática reunificadas*

A investigação é uma forma de ação.¹⁴ Tal como encontramos em uma investigação policial, que pretende apurar um caso ou, mais especificamente, encontrar o responsável por um delito e tal como encontramos em uma investigação científica, que pretende apurar o grau de apoio empírico que se pode obter para uma hipótese, como discutimos no capítulo precedente, um processo investigativo é um processo de averiguação, isto é, um processo em que o investigador age empregando uma noção veritativa, sendo que não precisa ser exatamente a noção de verdade, mas pode ser um substituto, como: correção, adequação (empírica), compatibilidade, propriedade etc.

Dadas nossas considerações do capítulo anterior sobre os problemas da confirmação e da verificação das proposições universais – de universalidade restrita e de universalidade irrestrita –, podemos simplificar as discussões abaixo e empregar simplesmente os termos ‘verdade’ e ‘verdadeiro’. Assim, um processo de averiguação é um processo para estabelecer ou constatar a verdade de uma hipótese, isto é, seu acordo com uma base de dados.

Trata-se, antes de mais nada, de um conjunto de práticas e, logo, de uma série de ações empreendidas pelo investigador. Averiguar é, portanto, agir de forma a criar as condições mediante as quais será possível constatar o acordo entre uma hipóte-

¹⁴ Algumas das ideias desenvolvidas nesta seção, em particular, no que diz respeito a um relato da investigação como uma forma de ação, são retomadas de Dutra 2000a, cap. 5.

se e certa base de dados, tal como discutimos no capítulo precedente. Assim sendo, desde a colocação do problema até a constatação do acordo entre uma hipótese e a base de dados, passando pela formulação da própria hipótese e pela constituição da base de dados, estamos falando de diversos tipos de ação.

Tais ações ou comportamentos não são apenas movimentos físicos, mas, como fica evidente pelos elementos acima mencionados, são também elaborações intelectuais. Estas, referidas pela epistemologia tradicional como pensamentos, são encaradas aqui como ações também. Dadas nossas considerações na seção precedente, o que estamos afirmando é que o pensamento é uma forma de comportamento. De fato, o que desejamos é superar a separação tradicional entre teoria e prática ou entre pensar e agir. Provisoriamente, podemos dizer que o pensamento é um tipo de comportamento privado, algo que pode ser tornado público por meio do discurso no qual um indivíduo verbaliza suas ideias ou crenças. É evidente que aqui estamos assumindo certo behaviorismo, como uma mera estratégia ou instrumento de investigação. Tal behaviorismo *instrumental*, sem dúvida, se aproxima das posições mantidas tanto por Ryle, quanto por Skinner (em diversas de suas obras) e mesmo Quine.¹⁵

3.4.2 O que é uma crença?

Na medida em que uma hipótese – cujo acordo com certa base de dados é o objeto do processo de averiguação – pode ser expressa em uma ou mais sentenças e estas, por sua vez, podem se referir a proposições ou crenças, devemos discutir também este ponto. Assim como os termos ‘conhecimento’ e ‘crença’, os termos ‘hipótese’, ‘teoria’, ‘tese’ etc., podem receber uma interpretação mentalista ou não.

¹⁵ Cf. RYLE, 1984; cf. ainda DUTRA, 2000b.

Quando dizemos que o investigador constata o acordo entre uma hipótese e a base de dados, podemos entender que estamos nos referindo a uma operação de comparar uma sentença (ou algumas sentenças, ou um relato que constitui a hipótese) com outras sentenças, que descrevem a base de dados. Podemos entender, contudo, que todas essas sentenças se referem a determinadas crenças do investigador. Ora, segundo a filosofia da mente e a epistemologia tradicionais – dualistas e de herança cartesiana –, falar de crenças é falar daquilo que é necessário para a ação, daquilo que a precede e que, em certa medida pelo menos, é responsável por ela. Assim, é preciso também discutirmos a dualidade entre crença e ação. Além disso, na medida em que a epistemologia tradicional também entende que o conhecimento é crença verdadeira e justificada, o conhecimento se distinguiria da ação ou de sua aplicação.

Desde os autores modernos, notadamente os empiristas britânicos, como Locke e Hume, a história da epistemologia se confunde com a história das discussões sobre a noção de crença. De fato, remonta aos pensadores gregos clássicos, como Platão e Aristóteles, a discussão entre as relações entre conhecimento, opinião e crença. São notórias e lugar comum as distinções entre graus de crença ou assentimento, ou entre tipos de crenças, ou sobre a força de nossas ideias, distinguindo, por exemplo, crenças de ficções, como faz Hume.¹⁶

Segundo este autor, ao contrário das ficções, que possuem pouca força, as crenças são ideias mais vívidas e fortes e impressionam mais o entendimento. Para a epistemologia tradicional, assim como as ideias, as crenças são, portanto, entidades mentais. Também segundo Hume, elas são necessárias para a ação e, logo, a precedem. Um indivíduo sem crenças não poderia agir e, portanto, não sobreviveria.

¹⁶ Cf. HUME, 1996, *An Enquiry concerning Human Understanding*.

As discussões a este respeito são inúmeras e não poderíamos revisá-las aqui. Mas avancemos um pouco na história, para tomarmos outro autor que, apesar de seu rompimento naturalista com a epistemologia tradicional, conserva uma noção de crença que ainda está próxima daquela de Hume. Quine segue Carnap no ataque que este último faz às noções mentalistas associadas à reconstrução racional das sentenças que expressam estados de crença.¹⁷ Para Quine, seguindo Carnap, a sentença a seguir,

José acredita que *S*,

se refere a uma disposição de José para assentir a *S* quando esta for proferida. A interpretação de Carnap e Quine é, a este respeito, claramente behaviorista. Contudo, ela nos leva a perguntar pela natureza das disposições, um tema que Carnap discutiu apenas em seu aspecto lógico,¹⁸ mas de que Quine pretendeu tratar em viés naturalista nos textos a que já nos referimos, embora nunca com toda a clareza que o leitor desejaria.

De maneira geral, segundo Quine, uma disposição é um estado interno duradouro do organismo. Assim, se podemos dizer que uma crença é uma disposição – para o comportamento verbal e para o comportamento em geral –, Quine acredita poder fugir do mentalismo tradicional ao dizer que uma disposição é um estado físico (talvez neurofisiológico) do organismo.¹⁹ Ele não é, com certeza, um estado mental, tal como sustentavam a

¹⁷ Cf. CARNAP, 1988, §14s; cf. também QUINE, 1960, §45, e 1993, cap. 4, onde Quine revisa sua posição inicial de *Word and Object*, texto no qual ele pretende seguir Carnap. Este autor, por sua vez, alterou sua própria posição em no texto *On Belief-Sentences. Reply to Alonzo Church*, cf. CARNAP, 1988, p. 230s. Nossa discussão a seguir segue aquela dos primeiros textos de Carnap e de Quine, respectivamente, *Meaning and Necessity* e *Word and Object*.

¹⁸ Cf. CARNAP, 1936–37.

¹⁹ Cf. QUINE, 1960, p. 33s.

filosofia e a psicologia tradicionais, remontando a Descartes e aos empiristas britânicos.

Assim, no que diz respeito à natureza da crença, vamos de um estado mental – segundo a filosofia e a psicologia dualistas tradicionais – a um estado físico do organismo – segundo uma doutrina naturalista e behaviorista como aquela de Quine. Mas um estado físico interno do organismo – uma disposição, como diz Quine – também se distingue dos comportamentos que pode acarretar em determinadas circunstâncias. Assim, também neste caso, a crença (ou a disposição) precede a ação.

Este é um ponto a cujo respeito outros behavioristas não concordariam com Quine, tal como Ryle e Skinner, para os quais não devemos fazer a distinção entre um processo interno – seja ele físico, seja mental – e um processo externo, este consistindo nos movimentos corporais. Há uma dificuldade a respeito da posição de Skinner, para o qual, na maioria de suas obras, o comportamento é caracterizado como um evento físico, o que não é algo tão pacífico.

Desta forma, uma análise meramente comportamental da pragmática da investigação não considera que haja um primeiro processo – interno, em qualquer sentido que seja – e que se dá no domínio de nossas ideias, crenças, pensamentos, formulação de hipóteses e, mais tarde, tanto do ponto de vista lógico, quanto cronológico, um segundo processo – este externo e que se dá no domínio da ação.

Ora, para a epistemologia tradicional, a investigação ou é assimilada a um processo interno de relacionar ideias, ou é identificada com os movimentos físicos que constituiriam a ação. Enquanto se faz uma reconstrução racional do conhecimento e se justificam crenças ou teorias, a investigação é encarada como um processo mental, intelectual ou lógico e, para a epistemologia tradicional, diz respeito ao contexto de justificação. Por outro lado, no que diria respeito ao contexto de descoberta, a investigação pode ser também um processo mental, mas

não lógico e sim psicológico. O que restaria além disso seriam as ocorrências físicas irrelevantes para o conhecimento, como, por exemplo, os movimentos físicos dos investigadores, que não diriam respeito nem aos processos lógicos, nem aos processos psicológicos envolvidos no conhecimento.

Entretanto, para o dualismo tradicional, contido nas doutrinas epistemológicas tradicionais, a ação deve envolver eventos físicos, pois, caso contrário, temos apenas aquilo que a precede, isto é, a crença. Para o mentalismo tradicional, não podemos falar de comportamento encoberto, como faz Skinner.²⁰ O comportamento e a ação se distinguem nitidamente daquilo que os causa ou que é, para ele, razão ou motivação.

Pressupondo a separação das substâncias, este é um verdadeiro enigma que o próprio Descartes não se viu em posição de desvendar e para o qual formulou sua doutrina do ocasionalismo, um enigma tão fortemente criticado por Hume.²¹ Segundo este autor, não é menos absurdo dizer que movemos o braço pelo pensamento do que dizer que, por meio do pensamento, movemos uma montanha. Para fugirmos dessa dificuldade, é preciso encararmos a ação como um processo ao mesmo tempo físico e mental ou, como dizem outros autores, um processo intencional. Segundo Ryle e Skinner, entre outros, podemos dizer que a ação (ou o comportamento) é um processo ao mesmo tempo físico e mental (resguardadas as observações sobre Skinner e o fisicalismo que fizemos acima), sem que entrem em suas considerações a intencionalidade. Para outros autores, como Davidson e Dennett, a ação deve ser caracterizada em termos intencionais. Quanto a Quine, ele diz assumir a posição inten-

²⁰ Cf. SKINNER, 1953 e 1974.

²¹ Cf. DESCARTES, 1953. O tema é tratado na Sexta Meditação e nas *Paixões da alma*. Cf. também Hume 1996, seção 7. Vale lembrar que, segundo o ocasionalismo cartesiano, uma vez que a matéria e o espírito não podem agir um sobre o outro, a cada modificação em uma das substâncias Deus faz corresponder uma modificação na outra.

cional de Davidson e Dennett, deixando, portanto, seu behaviorismo.²²

No sentido de Davidson e do último Quine, podemos dizer que um evento é intencional se há diferentes e irreduzíveis descrições dele que empregam termos mentalistas, como os verbos de atitude proposicional. Lembremos que entre os verbos de atitude proposicional temos, por exemplo: ‘pensar’, ‘achar’, ‘desejar’, ‘tencionar’ etc. Vale lembrarmos também as dificuldades discutidas pelos autores acima mencionados quanto à possibilidade de redução de tais verbos intencionais (que são também intensionais) a uma linguagem meramente extensional. Assim, uma ação é um evento intencional porque ela não se reduz apenas aos movimentos corporais do indivíduo que age; ela se caracteriza por tais movimentos tal como são descritos por meio de uma linguagem que emprega termos mentalistas, visando preservar a racionalidade do processo de ação. O monismo anômalo, defendido por Davidson, é um monismo de substância e um dualismo conceitual. Segundo esta doutrina, só há coisas físicas, mas há dois tipos de descrições dos eventos: as descrições físicas, que não empregam termos mentalistas, e as descrições mentalistas, que empregam tais termos.

A perspectiva intencional ajuda a superar as dificuldades do mentalismo tradicional e também aquelas das formas reducionistas de behaviorismo, como aquele de Carnap no *Aufbau* e no texto *Psychology in the Language of Physics*, na medida em que permite superar a dicotomia entre uma série física e uma série psicológica de eventos.²³ Mas o que desejamos é superar a própria dicotomia entre crença e ação, isto é, a possibilidade de separar determinados processos ou eventos como acontecimentos meramente mentais ou intelectuais – como o conhecimento

²² Cf. DUTRA, 2000b. Cf. também DAVIDSON, 1980, DENNETT, 1996a e 1996b, e QUINE, 1990 e 1995.

²³ Cf. CARNAP, 1969 e 1996.

e a crença – e os processos que não são exclusivamente intelectuais.

Assim, para a análise da pragmática da investigação que apresentaremos abaixo, não há atividades puramente mentais ou intelectuais, tal como a elaboração de hipóteses. Do ponto de vista estritamente comportamental – embora, metafisicamente, não reducionista –, toda atividade investigativa é ao mesmo tempo física e mental ou, melhor dizendo, toda atividade ligada à investigação ou à averiguação é uma forma de ação.

Deste ponto de vista e recuperando as perspectivas de Ryle e Skinner (em parte, também de Carnap, mas retirando o reducionismo), podemos então perguntar: quando é que podemos dizer que um investigador formulou uma hipótese, se isso não deve ser encarado como uma atividade meramente mental ou lógica? Ora, isso se dá quando ele age convenientemente. Mas, para sabermos se um investigador age como quem formulou uma hipótese, é preciso localizá-lo em um contexto de investigação. Em suma, é preciso analisar o comportamento do indivíduo e constatar, por exemplo, se ele faz proferimentos que são submetidos a teste, isto é, se ele se consagra a um processo de averiguação.

Assim, uma análise da pragmática da investigação é um relato dos aspectos mais salientes de um contexto em que uma investigação ocorre. Deste modo, podemos reelaborar a definição tradicional de conhecimento e, em lugar de dizer que este é crença verdadeira e justificada, podemos dizer que é crença em processo de averiguação, isto é, a própria investigação.

3.5 Etapas da investigação

Uma investigação, de maneira geral, possui pelo menos quatro momentos principais. Nesta seção, vamos discutir cada um deles por meio de dois exemplos. O primeiro é o mesmo do início

deste capítulo, da investigação policial sobre o crime cometido por José. O segundo é um caso real da história da ciência, a respeito das investigações de Claude Bernard. De uma maneira geral, os quatro momentos de uma investigação são:

1. a colocação de um problema;
2. a elaboração de uma hipótese, visando solucionar o problema;
3. a constituição de uma base de dados, com a qual a hipótese vai ser comparada;
4. a constatação do acordo entre a hipótese e a base de dados, a averiguação propriamente dita.

Em um sentido geral, a investigação toda, através dos quatro momentos, é um processo de averiguação. De forma mais específica, contudo, a averiguação é a constatação do acordo entre a hipótese levantada e a base de dados constituída.

3.5.1 A colocação de um problema

É sempre mediante determinado pano de fundo que um problema é formulado. Múltiplos elementos conceituais tomam parte em tal pano de fundo. Mais especificamente, um problema ocorre quando uma expectativa é violada. O caso de uma investigação policial é muito claro a este respeito. Retomando nosso exemplo inicial neste capítulo, podemos dizer que o problema foi gerado porque José cometeu um crime, o que é claramente a violação de uma regra social, consolidada em leis que regem o comportamento das pessoas em sociedade. A expectativa aqui, obviamente, é que as pessoas não violem as leis, embora, frequentemente, como sabemos, elas o façam. Mas o problema enquanto tópico de uma investigação policial não se coloca apenas mediante uma infração. É preciso que as autoridades policiais ou jurídicas sejam comunicadas. É mediante uma de-

núncia que os investigadores de polícia vão começar a investigar um delito ou crime que lhes foi comunicado.

O caso de uma investigação científica também apresenta um fenômeno similar. O curso normal de eventos (naturais ou sociais) não requer investigação. Não se pode investigar tudo o que se nos apresenta. É apenas o evento inesperado ou então o evento que adquire saliência dado certo pano de fundo científico que vai requerer investigação e explicação. O que torna um evento saliente, contudo, é sua aparente discrepância em relação ao que é esperado com base em uma lei (da natureza), por exemplo, ou uma predição com base em certo conjunto de leis e de condições iniciais, ou, de forma mais genérica ainda, nossas expectativas sobre o curso dos eventos.

As pesquisas de Claude Bernard que o conduziram à descoberta da função glicogênica do fígado, por exemplo, se originam de um fenômeno saliente mediante o pano de fundo conceitual da biologia do século XIX.²⁴ Vale lembrarmos que Claude Bernard é o pai da fisiologia experimental moderna. Além de sua descoberta mais notável (a da função glicogênica do fígado), ele é responsável pela elaboração do conceito de meio interno (dos organismos), uma noção fundamental para o desenvolvimento da fisiologia e, em particular, da endocrinologia, a partir do fim do século XIX.

Com relação às funções de nutrição e produção de alimento, para a biologia da época, os vegetais eram produtores de alimento e os animais, meros consumidores. Algumas pesquisas sobre a nutrição animal, sobretudo nos mamíferos, visavam determinar a origem da gordura encontrada nos animais. Essas pesquisas na França tiveram origem nas investigações de Lavoisier e Laplace sobre a respiração e o calor nos animais. Para

²⁴ Cf. BERNARD, 1984. Para a história das pesquisas dos cientistas franceses sobre a nutrição animal e, a partir daí, daquelas de Bernard sobre a digestão, cf. HOLMES, 1974. Cf. Também DUTRA, 2001.

eles, nos animais, o calor tinha origem em um fenômeno de combustão, isto é, a respiração.

Na sequência destas mesmas investigações, deu-se uma polêmica entre, de um lado, o químico alemão J. J. von Liebig (1803–1873) e, de outro, os franceses J. B. A. Dumas (1800–1884) e J.-B. Boussingault (1802–1887). A questão era se a gordura nos animais provinha de sua alimentação ou se, de algum modo, era produzida por eles mesmos. Prevaleceu, finalmente, o ponto de vista de von Liebig, tendo sido também, posteriormente, confirmado pelo próprio Boussingault. Assim, passou-se a aceitar a ideia de que os animais produzem gordura e não a retiram simplesmente de fontes vegetais.

Ao contrariar a opinião antes reinante de que os animais não produzem alimento, mas apenas consomem o alimento produzido pelos vegetais, as pesquisas em torno da polêmica acima referida criaram um fenômeno saliente e tornaram relevante investigar os mecanismos fisiológicos por meio dos quais os animais (os mamíferos, por exemplo) produzem não apenas gordura, mas outros alimentos, como glicose. A nutrição animal, dado esse pano de fundo da fisiologia nascente da época, era um evento saliente a ser investigado. Foi violada uma expectativa inicial em consonância com a opinião aceita de que os animais não produzem alimento. É deste modo que Bernard se consagra então a suas pesquisas sobre a digestão. Em 1847, ele recebe o prêmio de fisiologia experimental da Academia de Ciências por sua descoberta a respeito da função do pâncreas na digestão. E, em 1851, esse prêmio lhe é conferido novamente, desta vez em virtude de ter descoberto a função glicogênica do fígado.

Aqui também, as investigações que conduziram Bernard a isso surgem de uma expectativa frustrada. Embora as pesquisas de Boussingault, seguindo von Liebig e abandonando o ponto de vista inicial que ele compartilhava com Dumas, tivessem estabelecido que os animais produzem gordura e que não a retiram de fontes vegetais, por outro lado, ainda era opinião corren-

te que o açúcar encontrado no sangue dos animais tinha origem em sua alimentação. Ora, os primeiros resultados experimentais obtidos por Bernard contrariaram essa expectativa ou predição e deram origem ao problema que o levou à descoberta da função glicogênica do fígado. Bernard encontrou glicose no sangue de animais que não tinham sido alimentados com nada de cuja quebra pudesse resultar tal substância, como açúcar vegetal ou amido, por exemplo.

Como podemos ver, em ambos esses exemplos – aquele fictício sobre o crime cometido por José e este real, da história da fisiologia, relativo às investigações de Claude Bernard –, é o contraste com uma expectativa ou predição antes feita que dá lugar a um problema que gera a investigação. O problema é formulado mediante a constatação de um fenômeno saliente e, em muitos casos, não apenas saliente, mas inesperado.

3.5.2 A elaboração de uma hipótese

Assim como o próprio problema colocado, a elaboração de uma hipótese para resolvê-lo só é possível mediante um pano de fundo antes dado, o que constitui o contexto inicial ou básico de uma investigação. Há pressupostos implícitos e irrelevantes, podemos dizer, e outros que são relevantes e explícitos ou então que requerem explicitação. No caso policial, por exemplo, está implícito que o crime – suponhamos que tenha sido o assassinato de Margarida – foi cometido por uma pessoa ou por algumas pessoas. Não é relevante, em condições comuns, colocar a questão se o crime não teria sido cometido por extraterrestres, ou espíritos desencarnados, ou duendes, ou quaisquer figuras mitológicas.

Apenas o posterior estabelecimento da base de dados é que poderá tornar relevante em alguns casos questões desse tipo e fazer com que esse ponto peça explicitação. No caso do crime, em contrapartida, é relevante considerar se o assassino não seria

um ladrão, que atacou a vítima para roubá-la, ou um de seus possíveis inimigos etc. São os casos já apurados e conhecidos que tornam relevantes certas questões e que, na coleta inicial de dados específicos sobre o caso, vão restringir o número das hipóteses plausíveis. Suponhamos então que considerados tais dados iniciais e o pano de fundo necessário, o investigador policial tenha chegado a formular a hipótese de que o assassino de Margarida seria um de seus amigos mais íntimos, uma vez que, por exemplo, ela foi encontrada em casa, na cama, baleada por uma arma calibre 38, de pequena distância, a casa toda estando trancada etc. Possivelmente, apenas uma pessoa que ou tinha a chave da casa, ou pudesse ser ali admitida pacificamente, seria capaz de ter cometido o crime. O investigador, com certeza, mediante esses dados e nada mais, não pensaria que Margarida foi assassinada por um extraterrestre ou por Papai Noel.

Ter encontrado glicose no sangue de animais em jejum e de animais que não tinham ingerido açúcar ou amido levou Claude Bernard a formular a hipótese de que havia no organismo um órgão responsável pela produção de glicose. Em vez de procurar pelos órgãos – ou mecanismo fisiológico, digamos – responsável pela quebra do açúcar ingerido, Bernard passou a procurar por aquele órgão ou mecanismo responsável pela produção de glicose. Isso o levou a fazer diversos experimentos, entre eles o mais notável, que é o experimento do fígado lavado. Tais experimentos permitiram o estabelecimento de uma base específica de dados mediante a qual a hipótese levantada pôde ser testada. A hipótese, neste caso, foi a de que há um órgão que produz glicose.

3.5.3 A base de dados

A base de dados constituída pelos experimentos de Claude Bernard lhe permitiu descobrir que o fígado é o órgão responsável pela produção de glicose, que este órgão não apenas possui

uma função ligada à digestão, secretando a bile, mas que secreta diretamente no sangue a glicose, que resulta da quebra do glicogênio, retirado do próprio organismo. O experimento do fígado lavado é fundamental nessa fase. Bernard faz passar água corrente pelos vasos de um fígado retirado de um animal, eliminando toda glicose ali contida. Horas mais tarde, ao testar novamente o mesmo fígado, este apresenta mais uma vez sinais de glicose. O mesmo fenômeno não se verifica com outros órgãos internos. Temos aí uma base de dados específica que permite avaliar a hipótese levantada.

Ao investigar o assassinato de Margarida, o detetive encarregado do caso entrevista os amigos e vizinhos da moça, procurando reconstituir seus hábitos e os acontecimentos em seus últimos dias de vida. Essas investigações sugerem que há dois amigos de Margarida – José e Pedro – que poderiam ter estado nas condições necessárias para assassiná-la. Ao investigar mais de perto os dois – e com certa negligência, como já sabemos pelos comentários na seção 1, acima –, o detetive apurou que Pedro possuía uma arma 38, fabricada em 1965. Ele não apurou um fato igual a respeito de José. Ainda que imperfeita, essa base de dados já lhe permite avaliar sua hipótese de que Margarida foi assassinada por um amigo íntimo.

3.5.4 A constatação de acordo – averiguação

Embora tenha sido constituída com falhas importantes, a base de dados elaborada pelo detetive lhe permitiu verificar sua hipótese de que o assassino de Margarida era um amigo dela que possuía uma arma 38. Verificar ou, como preferimos dizer, averiguar, neste caso, é constatar o acordo entre a hipótese levantada e a base de dados estabelecida. Isso dá sentido à expressão corrente e permite dizer que “o detetive averiguou que o assassino de Margarida era um seu amigo íntimo”. Entretanto, seguindo ainda nosso exemplo inicial, sabemos que o que o dete-

tive apurado – ou averiguou – foi que José era o culpado. Depois, ao comunicar ao delegado o resultado de sua investigação, ele deliberadamente mentiu, dizendo que Pedro (que possuía uma arma 38, fabricada em 1965) era o assassino de Margarida. De fato, contudo, o detetive também apurou em suas investigações que Pedro estava comprovadamente fora da cidade no dia do crime. Essa informação somou-se de forma relevante a sua base de dados, fazendo excluir Pedro da lista de suspeitos e deixando apenas José. E, por isso, a conclusão da investigação foi a de que José assassinou Margarida.

Contudo, por ter alguma insatisfação com o delegado e também, suponhamos, por não ter gostado de Pedro quando entrou em contato com ele, esse detetive problemático mentiu ao delegado, dizendo ser Pedro o culpado, ao passo que sabia ser José. Este detalhe é importante em nosso exemplo fictício porque, como dissemos antes, o delegado prosseguiu depois a investigação e, por sorte, acabou descobrindo o verdadeiro culpado.

Como sua descoberta de que José era o culpado foi acidental, não podemos dizer que o delegado *averiguou* que José era o culpado, ele *não verificou* sua hipótese. Na verdade, o encontro com os dois suspeitos era para confirmar a hipótese de que Pedro era o culpado. Como este tinha um bom álibi, sentiu-se seguro e, mesmo tendo uma arma 38, de 1965, esperou que o delegado continuasse. Entretanto, o inseguro José se denunciou. O prosseguimento da investigação pelo delegado chegou ao verdadeiro culpado, mas não pela verificação de uma hipótese. Foi por acidente que ele terminou por corrigir o erro a que o detetive o tinha induzido.

Entretanto, o detetive, em sua investigação inicial, apesar de sua negligência, realmente verificou sua hipótese. Ele não apurou, por exemplo, que José também possuía uma arma 38, de 1965; mas isso não o impediu, dado o restante da base de dados, de averiguar que José era o culpado. Sua base de dados era limitada e imperfeita, como toda base de dados sempre é. Mas,

nas circunstâncias dadas, era forçoso que, mediante a base de dados estabelecida, valesse o seguinte argumento:

1. O assassino não poderia ser qualquer pessoa exceto um dos amigos íntimos de Margarida.
2. José e Pedro são os únicos amigos íntimos de Margarida.
3. Pedro tem um álibi, José não.
4. Portanto, José é o culpado.

Se o argumento acima é válido ou não, segundo a lógica clássica, isso é irrelevante, já que apenas estamos utilizando um argumento para resumir aquilo que foi apurado e consolidado na base de dados. Do ponto de vista investigativo, o argumento apenas resume o processo de averiguação da hipótese, expressa na afirmação 1 acima.

A discussão aqui apresentada permite mostrar por que, no caso da investigação do detetive, podemos dizer que houve averiguação (ou verificação, ou confirmação) e, neste sentido, certo conhecimento foi produzido. E também permite vermos por que, no caso da investigação posterior do delegado, não se pode dizer que certo conhecimento foi produzido, pois não houve averiguação alguma, mas apenas um lance de sorte, isto é, a hipótese não foi verificada.

Um acordo entre a hipótese a uma base de dados se deu apenas na investigação preliminar do detetive e não naquela, posterior, do delegado. Embora do ponto de vista da pragmática da investigação, não possamos dizer que o conhecimento seja crença verdadeira e justificada, como prega a epistemologia tradicional, por outro lado, podemos dizer que só há conhecimento no caso da investigação do detetive e não naquela do delegado. Como apontamos antes, do ponto de vista da pragmática da investigação, o conhecimento é uma crença (ou hipótese) em processo de averiguação. E isso só ocorreu no caso da investigação do detetive. Uma descoberta acidental pode tornar uma in-

investigação bem sucedida quanto a suas finalidades práticas, tal como ocorreu com o delegado, mas não se trata de uma investigação bem sucedida no que diz respeito exclusivamente aos objetivos internos da investigação, isto é, ao processo de averiguação de uma hipótese.

O caso científico real de Claude Bernard e a descoberta da função glicogênica do fígado também é um caso de investigação bem sucedida no que diz respeito a sua própria pragmática, isto é, a hipótese de Bernard foi verificada. Ou seja, a base de dados estabelecida permitiu declarar a hipótese verdadeira. E isso também pode ser resumido no seguinte argumento:

1. Um órgão do organismo é responsável pela produção de glicose.
2. Outros órgãos (exceto o fígado) não apresentam glicose depois de lavados.
3. O fígado apresenta glicose após ser lavado.
4. Portanto, o fígado é o órgão responsável pela produção de glicose.

Aqui, do mesmo modo que no argumento do caso antes discutido, a afirmação 1 é a hipótese que foi verificada pela investigação resumida no argumento. A descoberta de que o fígado possui função glicogênica não foi acidental, embora tenha sido ocasional a constatação de que havia glicose no fígado retirado de um organismo em jejum. Mas a descoberta não foi acidental e sim conduzida por um processo de averiguação, porque Bernard formulou uma hipótese, constituiu uma base de dados e, mediante esta, verificou sua hipótese.

A investigação de Bernard, assim como aquela do detetive – e ao contrário daquela do delegado –, produziu conhecimento. Pois ela foi bem sucedida no que diz respeito a sua própria pragmática. O objetivo da investigação era o de determinar se

um órgão interno era responsável pela produção de glicose e isso foi apurado com sucesso, apontando tal órgão, o fígado.

É preciso agora mostrarmos como nestas investigações a noção de verdade – ou acordo – atua como uma ferramenta indispensável da própria investigação, isto é, como um elemento essencial da pragmática da investigação.

3.6 A verdade como ferramenta de investigação

3.6.1 *A verdade como finalidade da investigação*

A noção de verdade como acordo, tal como discutimos no capítulo precedente, desempenha um papel fundamental e indispensável no processo de investigação, do modo que exemplificamos duplamente na seção anterior. Uma análise da pragmática da investigação mostra, portanto, que a partir de um problema o investigador projeta sua investigação com diversos objetivos – últimos e médios. O objetivo final de uma investigação é a verificação de uma hipótese ou, eventualmente, sua refutação, podemos dizer. Para isso, um objetivo médio (que diz respeito aos meios) é o de estabelecer uma base de dados.

As ações do investigador, como as de formular explicitamente sua hipótese, estudar sua plausibilidade mediante o pano de fundo e os dados iniciais do problema, projetar e realizar experimentos ou pesquisas de campo etc., tudo isso visa estabelecer a base de dados que vai permitir a avaliação da hipótese levantada, sua averiguação. Assim, a investigação é realizada para que se possa constatar ou não o acordo entre uma hipótese e os dados reunidos na base de dados por meio dos experimentos e outros procedimentos investigativos.

Assim sendo, seria um contrassenso pensar que uma investigação pudesse ser feita sem a pressuposição fundamental de que é possível constatar um acordo entre uma hipótese e uma base de dados ou, se quisermos, de forma mais específica e ao

gosto da epistemologia analítica, a consistência (ou compatibilidade) entre a sentença que veicula a hipótese e aquelas sentenças que relatam a base de dados. Ora, se o acordo é a pressuposição mais fundamental da investigação, então o estabelecimento da verdade – ou, eventualmente, de seu contrário, a falsidade – é o objetivo da investigação, formulado do modo mais genérico possível. Assim, podemos dizer, repetindo Peirce, que, afinal, a verdade é a finalidade da investigação.

A verdade é, portanto, ineliminável e é um constituinte essencial da investigação. Ela é um elemento operativo revelado pela análise da pragmática da investigação. Enquanto acordo, a verdade é, de fato, o conceito-chave revelado pela pragmática da investigação. Uma investigação que, neste sentido, não visa à verdade não é realmente uma investigação. Assim, investigar é procurar a verdade, isto é, é procurar estabelecer um acordo, é averiguar.

Além disso, continuar investigando, quando porventura não se está inteiramente satisfeito com uma investigação já realizada, só é possível se pensarmos que a verdade, como objetivo da investigação, ainda não foi atingida. Tal objetivo, contudo, pode ser atingido repetidas vezes, já que uma base de dados é sempre limitada e, se permite averiguar uma hipótese, uma vez alterada com a incorporação de novos dados, pode não mais permiti-lo. Mas a nova base de dados, constituída com o prosseguimento da investigação, mais uma vez, pode permitir o acordo. E a investigação será continuada até que, a juízo dos investigadores, o acordo seja constatado. Desta forma, sem exagerarmos em uma metáfora, podemos dizer que a verdade é o próprio motor da investigação. Eliminada a noção de verdade, a noção de acordo, tal como apresentamos no capítulo anterior, elimina-se a própria prática de investigar.

3.6.2 *A investigação como evento intencional*

Sem considerarmos, portanto, a noção de verdade como acordo, não podemos dar sentido ao comportamento dos diversos investigadores nas diversas circunstâncias e contextos de investigação mais, ou menos, formais ou profissionalizados. Deste modo, podemos considerar a investigação um evento intencional, no sentido de que ela é dirigida para um fim – a verdade, o acordo. Contudo, um evento identificado como intencional não precisa necessariamente ser explicado por meio de uma hipótese a respeito de possíveis propriedades intencionais das coisas nele envolvidas.

Ou seja, o fato de que a investigação seja um evento intencional não implica necessariamente que os investigadores humanos possuam propriedades intencionais. A uma máquina de investigar, possivelmente, não atribuiríamos propriedades intencionais e, do mesmo modo, se ela realmente investigar – o que pode ocorrer, dado o modo como a pragmática da investigação se apresenta no tipo de análise que fizemos –, então a investigação continuará a ser um evento intencional, no qual coisas sem propriedades intencionais atuam. O ponto é extremamente polêmico e transcende o escopo deste livro e por isso o deixamos para outra oportunidade.²⁵

De qualquer modo, insistimos aqui que a investigação é um evento intencional para pôr em destaque o fato de que a verdade é o fim para o qual a investigação é dirigida. Isso, repetindo, mostra que a verdade é uma noção indispensável para pensarmos a investigação. Como vimos acima, ela é, de fato, a principal ferramenta mediante a qual a investigação pode ser conduzida. Neste sentido, podemos dizer que a verdade determina o comportamento – ou a ação – do investigador. Ou, dito de outro modo, o comportamento do investigador é função de diversas variáveis que ocorrem na pragmática da investigação, entre as

²⁵ Mas cf. DUTRA, 2018a.

quais a principal é a verdade. Isto quer dizer que a noção de verdade possui poder *normativo* sobre a investigação.

3.6.3 *A verdade como elemento do contexto de investigação*

Parece estranho afirmar que a verdade é uma variável do contexto de investigação. Vale lembrarmos então que estamos entendendo que a verdade é acordo. Ora, algum tipo de acordo está o tempo todo sendo feito nos processos de investigação. Uma análise da pragmática da investigação não se restringe apenas ao que apresentamos acima, isto é, um relato das práticas sucessivas que constituem o processo de averiguação. Além disso, a análise da pragmática da investigação também deve enfocar os padrões coletiva ou socialmente admitidos, regras e convenções, que dão forma aos contextos nos quais as diferentes investigações são realizadas.

Pensemos mais uma vez nos dois exemplos acima, uma investigação policial e uma investigação científica. Em cada um dos casos, há padrões de ação coletivamente estabelecidos que guiam as práticas ligadas às etapas da investigação, como, aliás, já mencionamos. Uma investigação policial, por exemplo, não apenas deve obedecer as leis de determinada sociedade, mas, mais especificamente, as normas que regem o comportamento dos agentes policiais envolvidos na investigação.

Mutatis mutandis, o mesmo vale para uma investigação de qualquer tipo, inclusive a investigação científica. O cientista projeta seus experimentos com base em supostas leis da natureza e práticas metodológicas específicas da tradição (ou paradigma) a que pertence. A este respeito, são esclarecedoras as análises de Kuhn. Ele mostra como os elementos do paradigma determinam normativamente o comportamento dos cientistas.

Assim sendo, a conformidade da ação dos diferentes investigadores com as normas e convenções – regras, no sentido mais geral – vigentes no contexto em que ele realiza sua investigação

é outro elemento essencial revelado pela análise da pragmática da investigação. Mas, de modo mais específico, deve haver acordo entre os relatos das práticas investigativas, das ações dos investigadores, e os padrões vigentes nos contextos de investigação, também expressos em regras explicitamente formuladas ou então, pelo menos, formuláveis.

Há dois aspectos aqui a destacar: de um lado, o comportamento do investigador é guiado por regras, neste sentido geral, de normas, convenções ou mesmo leis; de outro, sendo assim interpretados, os relatos de tal comportamento ou ação devem poder ser declarados verdadeiros, se comparados com as regras formuladas e se constatado o acordo. Logo, em condições normais, o investigador age de tal modo que o relato de seu comportamento possa ser dito verdadeiro por uma avaliação epistemológica, isto é, por uma avaliação de sua prática investigativa.

Talvez se preferisse dizer que, neste caso, o comportamento do investigador seria apropriado segundo as regras metodológicas dadas. Este modo de falar nos parece correto. Mas se o comportamento do investigador é apropriado porque está de acordo com certas regras, então as sentenças que relatam seu comportamento estão de acordo com aquelas que exprimem as regras. E, assim, não há por que não dizermos que o relato de seu comportamento é verdadeiro, tal como discutimos a noção de acordo no capítulo anterior. De fato, o tempo todo, o investigador está avaliando o acordo de suas ações com relação a certas regras e convenções, o que, dito de outro modo, significa que ele está testando as sentenças que relatam seu comportamento quanto a sua verdade ou acordo com aquelas que contêm as regras. Temos aqui algo próximo do que Davidson atribui ao conceito de verdade, isto é, como uma ferramenta necessária para fazermos traduções e interpretações. Ora, no caso da avaliação que o investigador – ou o epistemólogo, quando analisa as ações daquele – faz, comparando as sentenças que relatam tais

ações e aquelas que exprimem regras e convenções, temos a verdade como uma ferramenta similar.

3.6.4 *A linguagem observacional*

No capítulo anterior, também mencionamos o papel que, na pragmática da investigação, desempenha o trabalho de estabelecer convenções mediante as quais certa linguagem ou dialeto específico de um contexto de investigação é criado. Isso permite, como alguns filósofos da ciência longamente discutem (por exemplo, Carnap e Quine), o estabelecimento de um vocabulário observacional, distinto de um vocabulário teórico.²⁶ Em alguns contextos de investigação – alguns dos quais, de investigação científica, notadamente –, o estabelecimento de um vocabulário observacional é fundamental e indispensável. Ora, é o trabalho de estabelecimento de convenções – descritivas e demonstrativas, como diz Austin – que permite chegar a tal vocabulário, como vimos no capítulo anterior.

Além disso, outras convenções estabelecidas, dão forma aos padrões metodológicos em geral, que são necessários para guiar a investigação. Assim, o que é, por exemplo, observável para determinado contexto de investigação, em dada disciplina científica, é observável porque há acordo e convenção estabelecidos socialmente a este respeito, como Quine enfatiza.

Nossa diferença em relação a este autor neste caso é que, enquanto ele afirma, de maneira geral, que uma sentença é observacional se os falantes de determinada língua podem assentir a ela (ou dela dissentir) com base exclusivamente na estimulação sensorial que têm, a nosso ver, em cada contexto de investigação, estabelecem-se padrões metodológicos pelos quais se pode julgar se, por exemplo, uma sentença é observacional ou, dito de outro modo, se um objeto é observável ou não. Esta é uma ideia que está mais próxima daquilo que van Fraassen de-

²⁶ Cf. CARNAP, 1969 e 1956; cf. também QUINE, 1960 e 1969.

fende ao dizer que cada ciência determina internamente – em parte – o que é para ela observável.²⁷ De fato, van Fraassen diz que, em parte, o que é observável é determinado, de forma geral, pela constituição do mundo e pela constituição dos seres humanos, o que é revelado pelas disciplinas pertinentes, isto é, respectivamente, a física e a biologia (associada à psicologia, naturalmente).

De nosso ponto de vista, é cada contexto de investigação que determina isso e muitas outras coisas, de forma que o comportamento dos investigadores se torna altamente regrado durante a investigação. Tais regras que consolidam as variáveis que, nos diferentes contextos de investigação, guiam a ação dos investigadores também pressupõem a noção de verdade como acordo. E uma discussão um pouco mais pormenorizada da pragmática do estabelecimento de tais regras também é aqui necessária.

3.7 O papel das regras e das convenções

3.7.1 *As regras e as contingências do reforçamento*

Skinner insiste na distinção entre o comportamento guiado por regras e aquele sujeito a contingências do reforçamento.²⁸ As contingências do reforçamento são aquelas situações que fazem reforçar um comportamento. Segundo o behaviorismo radical de Skinner, reforçar positivamente um comportamento aumenta a probabilidade de sua repetição no futuro. Trata-se da noção de comportamento operante ou operante simplesmente, uma das ideias centrais dessa psicologia. O comportamento operante é aquele que, emitido por um organismo, produz consequências no ambiente que, se forem premiadoras, aumentam sua probabilidade de repetição. No que diz respeito a uma aná-

²⁷ Cf. VAN FRAASSEN, 1980 e 1985.

²⁸ Cf. SKINNER, 1969.

lise do comportamento, a prioridade é das contingências, mas o comportamento guiado por regras pode ser reduzido ao comportamento guiado pelas contingências da seguinte maneira: uma regra consolida as contingências do reforçamento que tiveram lugar quando aqueles que formularam a regra a enunciaram. Ou seja, seguir uma regra é, de certo modo, econômico, na medida em que o indivíduo que segue uma regra tem seu comportamento guiado indiretamente pelas contingências do reforçamento que governaram diretamente o comportamento daqueles que formularam a regra.

Do ponto de vista da análise da pragmática da investigação, não há por que preferir ou as regras, ou as contingências do reforçamento. Para nós, são coisas equivalentes, na medida em que, dados os contextos de investigação, as contingências – certas práticas – podem se consolidar em regras explicitamente formuladas e, em contrapartida, seguir certas regras acarreta novas contingências – novas práticas – que poderão ser objeto, por sua vez, de futuras regras.

Kuhn expressou suas reservas a respeito da possibilidade de termos todas as práticas científicas ligadas a um paradigma explicitadas em um conjunto completo de regras.²⁹ Podemos dizer que isso nem é necessário. Segundo Kuhn, os paradigmas guiam a ciência normal mesmo na ausência de regras. Isso poderia ser interpretado por Skinner – e facilmente – da seguinte maneira: na ausência de regras, o comportamento dos indivíduos é guiado diretamente pelas contingências do reforçamento.

Do ponto de vista da análise da pragmática da investigação, ambas estas observações desses autores são aceitáveis, cada uma em parte. Vale ressaltarmos, contudo, que um contexto de investigação não precisa ser expresso em um conjunto completo de regras e que, além disso, esse seria um trabalho inútil, pois sempre podem ocorrer novas contingências – inesperadas e não

²⁹ Cf. KUHN, 1970.

previstas naquelas regras – e que alteram o comportamento dos investigadores, embora uma investigação seja mais bem sucedida se partir de regras suficientemente precisas para determinado fim ser alcançado e conservar tal conjunto de regras relativamente estável até o final da investigação, de modo a permitir a constatação do acordo entre a hipótese e a base de dados.

Kuhn falou disso ao discutir a crise nas ciências e a ocorrência de revoluções científicas. Skinner também atenta para isso ao afirmar que as mudanças no ambiente – no próprio ambiente natural e independentemente da ação dos homens –, ao mudarem as contingências da sobrevivência, mudam também forçosamente as contingências do reforçamento. Em suma, nem a investigação científica, segundo a teoria dos paradigmas de Kuhn, é uma atividade a ser vista com olhos fatalistas, em que a previsibilidade é completa, nem o comportamento dos indivíduos animais em geral, inclusive os homens, dever ser, segundo o behaviorismo radical de Skinner, visto de forma fatalista.

Embora ambos estes autores tenham em consideração certa necessidade – Kuhn sobre a ocorrência de revoluções científicas, Skinner sobre o comportamento ser determinado pelas contingências do reforçamento, pela história passada do indivíduo e por sua herança genética –, tal necessidade não diz respeito aos comportamentos ou ações específicas, mas a um processo visto em sua maior generalidade.

Ora, não estamos interessados em um processo global, visto em sua maior generalidade, como o evento histórico que é uma revolução científica, mas na pragmática da investigação, isto é, nos elementos particulares que constituem os contextos de investigação. E, assim, retirado qualquer fatalismo, podemos entender as regras como formas de consolidação de comportamentos, práticas e ações; em uma visão positiva, elas são formas de tornar mais eficiente o comportamento dos investigadores. Em especial, devemos discutir como também para isso a noção de verdade é essencial.

3.7.2 Regras e convenções

Vamos fazer a distinção entre regras metodológicas, que guiam especificamente as etapas e passos do processo de averiguação, das convenções mais gerais (outras regras, normas e leis) que também regem o comportamento dos investigadores e que transcendem os limites de uma investigação específica. No primeiro sentido, vamos falar de *regras*, no segundo, de *convenções ou normas*.

As convenções e regras é que dão forma ao contexto de investigação. Elas são ferramentas essenciais da prática investigativa, uma vez que sem elas a investigação se torna impossível. A construção de convenções e regras é um trabalho social e histórico, em parte feito tacitamente em diversas investigações, em parte feito por meio de procedimentos específicos. Como já dissemos acima e no capítulo anterior, parte desse trabalho consiste em criar um dialeto próprio da investigação, a partir de uma língua natural com acréscimos de diversos tipos: formais, técnicos etc. Assim, seguir as regras gramaticais de uma língua é tão importante para a investigação quanto seguir as normas ou leis de uma sociedade. E, assim como a investigação só avança quando se pode criar um dialeto próprio do contexto específico da investigação, do mesmo modo, ela só avança quando, a partir de convenções ou normas mais gerais, um grupo de investigadores chega a criar suas regras específicas que vão guiar a investigação.

Nossos exemplos da investigação policial e da investigação científica continuam tendo aqui um papel ilustrativo. Uma investigação policial eficiente segue um padrão ditado por regras que derivam não apenas das leis, mas também de um código de conduta específico da atividade policial. O mesmo vale para a investigação científica, que é concebida a partir de leis (da natureza) e de procedimentos metodológicos estabelecidos por certa tradição científica, de certa comunidade, em certas disciplinas

etc. – algo próximo dos paradigmas de Kuhn, no sentido de matriz disciplinar. Vale lembrarmos que, segundo Kuhn, a matriz disciplinar (um dos sentidos do termo ‘paradigma’) é a constelação de elementos metodológicos, teóricos, cosmológicos etc., compartilhada por uma comunidade científica, incluindo os *exemplares*, isto é, soluções típicas para os problemas científicos típicos da disciplina em questão. Preferimos, contudo, falar de tradições científicas, assim como podemos falar de tradições em outros domínios de investigação, seja a investigação policial, seja aquela feita por filósofos, lógicos, matemáticos, cientistas sociais, jornalistas, advogados, médicos, engenheiros, técnicos em geral etc. Seguir a tradição é seguir as práticas próprias de uma comunidade de investigadores; dito de outro modo, é seguir as regras que consolidam tais práticas.

Quanto mais o comportamento do investigador for – ou puder ser – guiado por regras, melhor para a investigação, isto é, mais eficiente será ela. Entretanto, dado que os contextos de investigação nunca são – ou assim parece razoável supor – fechados e completos, mas apenas relativamente coesos e dotados dos elementos necessários para o sucesso da investigação, muitas vezes o investigador não tem a seu dispor uma regra para seguir. A improvisação, nestes momentos, pode ser explicada como função das contingências do reforçamento, como um behaviorista radical gostaria de dizer, ou como função de quaisquer possíveis poderes cognitivos, como o psicólogo cognitivista preferiria dizer, ou ainda, entre outras coisas, como mero golpe de sorte, como diríamos do ponto de vista do senso comum se não víssemos uma boa explicação a dar.

Os contextos de investigação são sempre, de fato, abertos, apenas com uma relativa proteção com relação a outros contextos que os circundam, isto é, o ambiente social em geral. Assim, as regras que lhes dão forma devem ser suficientes apenas para criar um meio interno de investigação que goze de relativa autonomia em relação ao restante do ambiente social. Por isso

acreditamos que uma comunidade científica, por exemplo, pode seguir regras próprias e conciliá-las com as convenções da sociedade. E isso vale para qualquer grupo, seja ele intelectual, religioso, profissional etc. De fato, nem seria razoável pensar que os contextos de investigação poderiam – ou deveriam – ser fechados em relação ao ambiente social que os circunda.

Primeiro, porque qualquer contexto de investigação ganha existência em decorrência de outras atividades, desenvolvidas em outras partes do ambiente social. Em segundo lugar, porque, mesmo ganhando relativa autonomia, uma atividade investigativa depende da colaboração com outras atividades sociais, investigativas ou não. Finalmente, porque a natureza prática da investigação faz com que apenas parcialmente uma atividade de investigação possa ser exercida com objetivos e meios inteiramente próprios ou internos.

3.7.3 Contemplação e ação

Na filosofia da ciência, é lugar comum a oposição entre duas tradições de pensamento a respeito da relação da atividade científica propriamente com outras atividades, a respeito da dependência da ciência em relação a fatores sociais e a respeito das possíveis aplicações dos resultados das ciências a outras atividades sociais, como a tecnologia. Uma tradição que remonta a Francis Bacon sustenta que a ciência é inseparável de seus objetivos práticos de dominar a natureza e reformar a sociedade. Outra tradição, pretendendo remontar aos ideais meramente contemplativos dos pensadores clássicos gregos, sustenta o caráter puramente intelectual e desinteressado da atividade científica em relação às práticas sociais.

Ora, a polêmica envolve, por um lado, a necessidade de reconhecer o que é específico de certa atividade e, por outro, de constatar que isso não pode estar inteiramente separado do contexto social no qual aquela atividade se desenvolve. Essa polê-

mica pode ser resolvida por meio de nossa análise da pragmática da investigação, que revela os contextos de investigação – inclusive de investigação científica – como parcialmente dependentes do ambiente social e, ao mesmo tempo, tendo de possuir relativa autonomia e especificidade. É a própria sociedade ocidental a partir da Modernidade, podemos dizer, que cria as condições sociais necessárias para que se desenvolvam contextos de atividades profissionais especializadas, entre elas as investigativas. A ciência é uma delas, assim como a filosofia, o Direito, a polícia etc.

Uma investigação policial é destinada a objetivos práticos mais próximos de interesses sociais imediatos que uma investigação científica, mas ambas se dão em contextos relativamente autônomos nos quais regras próprias são operativas, controlando o comportamento dos investigadores de forma mais rígida que as convenções ou normas que, em geral, na sociedade, controlam o comportamento dos cidadãos. Kuhn discutiu a rigidez da ciência normal a este respeito e comparou a atividade científica com a religião no que diz respeito às práticas e à própria iniciação. A nosso ver, tal rigidez é própria de qualquer atividade especializada e também de qualquer contexto de investigação. O policial, o cientista, o religioso, o engenheiro etc., todos eles serão tanto mais eficientes em seu trabalho investigativo quanto mais de perto seguirem as regras de seu contexto de investigação.

Na medida em que as regras específicas de um contexto de investigação consolidam formas de ação ou comportamento e governam a atividade investigativa, embora constituindo um conjunto incompleto e aberto, elas representam aquele contexto, isto é, elas dão um roteiro ou manual de ação, que deve ser seguido pelo investigador naquele contexto. Para esta finalidade são destinados os regimentos internos de certas atividades, sejam eles explicitamente formulados ou não. As regras dão, pois, o modo de proceder básico em certa atividade investigativa.

Quanto mais exato o sistema de regras puder ser, tendo em conta, obviamente, os objetivos específicos possíveis das diversas investigações particulares que poderão ser assumidas por um grupo de investigadores, tanto mais eficientes serão eles em seu trabalho. Trata-se daquela eficiência que Kuhn atribuiu à ciência normal. Mas pensemos também em uma investigação policial, que pode ser tanto mais eficiente quanto mais suas regras específicas contemplarem as leis de sua sociedade, o conhecimento dos perfis básicos dos indivíduos, os problemas sociais etc. Neste sentido, podemos dizer que será mais eficiente o policial mais bem informado sobre sua sociedade e, do mesmo modo, será mais eficiente o cientista mais bem informado sobre o domínio de fenômenos naturais ou sociais que estuda. Cada um deles será bem informado e eficiente na exata medida em que o permitirem as regras de seu contexto de investigação.

3.7.4 Regras e fins

As regras não apenas consolidam em seu conjunto toda a forma possível de ação ou investigação de determinado contexto investigativo, mas também conferem à investigação aquele caráter intencional que mencionamos acima. Pois as regras são sempre prescrições com finalidade. Em seu conjunto, sendo um conjunto consistente ou autocompatível, elas apontam os objetivos geral e específicos (finais e médios) da investigação. Por isso, como vimos, podemos atribuir um caráter intencional à investigação sem com isso pretendermos que ele derive de propriedades intencionais dos investigadores.

Além desses aspectos, devemos ressaltar como a noção de verdade é instrumental na conformação dos investigadores com as regras. Já que o comportamento do investigador é basicamente um comportamento guiado por regras, ele avalia e reavalia sua ação – e, frequentemente, com o auxílio de seus pares –, comparando o que faz com o que as regras prescrevem. A ideia

é que, obviamente, o processo de averiguação de uma hipótese será bem sucedido na medida em que o investigador seguir corretamente as regras que foram elaboradas para aquele tipo de investigação.

Assim, em analogia com as convenções descritivas e demonstrativas, de que fala Austin e que discutimos no capítulo anterior, podemos falar agora de regras de caráter *descritivo* e de regras de caráter *demonstrativo*. Aquelas que possuem papel descritivo preveem o que o investigador deve fazer em certas circunstâncias-tipo; as de caráter demonstrativo, aquilo que ele deve fazer em circunstâncias específicas. Na medida em que se estabelece o acordo entre os dois tipos de comportamento, o das regras descritivas e o das regras demonstrativas, podemos dizer que o comportamento do investigador é correto ou apropriado. E, por conseguinte, podemos dizer que o relato de seu comportamento é verdadeiro.

O estabelecimento do acordo entre o que o investigador faz a cada passo da investigação e aquilo que o conjunto das regras de seu contexto de investigação prescreve é, portanto, também um processo de averiguação. Uma investigação de caráter epistemológico pode averiguar uma hipótese sobre a correção do comportamento do investigador em determinado contexto. É assim que a própria epistemologia pode se tornar uma disciplina investigativa genuína, sem cair no perigo de uma circularidade catastrófica. Há uma circularidade aí, certamente, mas que não causa nenhuma catástrofe lógica; ela apenas dificulta alguns passos da investigação. É o mesmo tipo de dificuldade que uma *polícia da polícia* (ou corregedoria) enfrenta quando seus investigadores vão investigar os delitos cometidos por policiais.

Em todos os casos, contudo, a noção da acordo é operativa durante toda a investigação, já que o investigador deve avaliar sua ação à luz das regras que ele pretende seguir. Haverá casos, certamente também, em que o sistema de regras é insuficiente para prever sua ação ou permitir avaliá-la. Isso é inerente a todo

sistema apenas parcialmente autônomo, como a análise da pragmática da investigação revela que são os contextos investigativos. Nestes casos, ou o investigador recorre a regras de outros contextos ou níveis, digamos, ou ele age em função das contingências ou elementos das circunstâncias em que está vivendo e investigando. Retrospectivamente, contudo, ele vai poder depois reconstruir racionalmente sua ação e averiguar se ela foi ou não adequada a possíveis regras formuláveis a partir daquelas circunstâncias. E, assim, a noção de verdade continua operativa aí também.

Em suma, a noção de verdade como acordo é operativa nas investigação não apenas porque, em geral, podemos dizer que qualquer investigação visa à verdade – visa, exatamente, averiguar uma hipótese –, mas também porque a cada passo da investigação o investigador avalia sua posição, pois o sucesso da investigação depende, em última instância, de seguir um adequado sistema de regras. Por sua vez, o próprio sistema de regras deve estar em conformidade com as convenções sociais do ambiente no qual a investigação se insere socialmente. E isso nos leva ao tema da metafísica e ao último tópico que desejamos tratar neste capítulo.

3.8 A conformidade da investigação

3.8.1 A investigação e o mundo investigado

É possível uma investigação que esteja em acordo com o mundo? Dadas nossas considerações acima, esta é uma questão inevitável. Dissemos desde início que nosso objetivo não é eliminar a metafísica, tal como outros projetos epistemológicos pretenderam, notadamente, o positivismo lógico, mas lidar com as noções metafísicas de forma razoável e produtiva para uma investigação sobre a verdade e o conhecimento, como argumentamos no capítulo 2, ao discutirmos os portadores de verdade.

Entretanto, um correspondentista diria: de nada vale investigar se a investigação não puder chegar à verdade, isto é, à correspondência da hipótese com o mundo. Para o correspondentista de tipo russelliano, o acordo entre uma hipótese e uma base de dados pode ser apenas um castelo no ar se ambas forem elaboradas independentemente do mundo. Isso vale para o correspondentista que defende que há uma relação de congruência entre estados de coisas e proposições. Contudo, como veremos abaixo, há um problema correlato que pode ser levantado também em relação ao correspondentismo de tipo austiniano. Dito de outro modo, como Russell comenta a respeito da teoria da coerência: como podemos distinguir a ficção da realidade? De que maneira a concepção do conhecimento como investigação ou averiguação de uma hipótese, a constatação de seu acordo com uma base de dados, poderia responder a esta dificuldade? Mais especificamente, a base de dados é ela mesma *verdadeira* – ou adequada ao mundo? E mais: as regras que guiam a investigação e a própria constituição da base de dados, assim como a elaboração da hipótese, são elas próprias adequadas – elas estão de acordo com o mundo? Vejamos.

Valeria talvez reforçarmos a argumentação do correspondentista recorrendo a um autor que não pretende se ligar a esse tipo de teoria da verdade. Quine tornou-se célebre entre os filósofos do século XX, entre muitas outras coisas, em virtude de seu critério de compromisso ontológico.³⁰ Segundo ele, ser é ser o valor de uma variável ligada, isto é, em um modo menos formal de falar: existem aquelas coisas sobre as quais quantificamos ao assumirmos uma teoria. É claro que o critério quiniiano pressupõe uma interpretação objetual dos quantificadores. Assim, seu resultado inexorável em denunciar nossos compromissos ontológicos será muito mais modesto se pressupusermos uma interpretação substitucional dos quantificadores. Lembremos que,

³⁰ Cf. QUINE, 1980, On What there Is.

segundo a interpretação objetual dos quantificados, uma sentença quantificada (ou particular, ou universal) é verdadeira porque há objetos cujos nomes ocupam a variável ligada pelo quantificador. Diferentemente, segundo a interpretação substitucional dos quantificadores, uma sentença quantificada é verdadeira porque possui pelo menos uma instância verdadeira, no caso de ser particular, ou todas as instâncias verdadeiras, no caso de ser universal, segundo um modelo, quando retiramos o quantificador e colocamos um nome de objeto no lugar daquela variável que era ligada pelo quantificador retirado. No primeiro caso, a verdade da sentença quantificada depende da existência de certos objetos, no segundo, da verdade de sentenças singulares. De qualquer forma, independentemente disso, na medida em que, supostamente, mesmo do ponto de vista da pragmática da investigação, podemos dizer que quem elabora uma teoria está tacitamente pressupondo a existência daquelas coisas cujas propriedades e relações discute e descreve, a ideia de Quine pode ser generalizada e assumida aqui, independentemente dos tecnicismos lógicos.

De fato, podemos dizer que uma investigação sempre pressupõe uma série de coisas, sendo muitas delas entidades, algumas descritas no pano de fundo constitutivo do próprio problema formulado, outras postuladas e investigadas durante o processo investigativo. As hipóteses, nos diversos tipos de investigação, também são de variados tipos e algumas delas dizem respeito à existência de determinadas entidades. Muitas são, portanto, hipóteses para guiar o processo de descoberta.

Encontrar o culpado de um crime, como em nosso exemplo policial acima, ou encontrar o órgão responsável pela produção de glicose, como no exemplo da investigação de Claude Bernard, em ambos os casos, pressupõe-se que aquilo que se busca existe, obviamente. É verdade que a investigação pode resultar no falseamento da hipótese. Pode não haver um culpado (pois talvez o crime não tenha ocorrido), pode não haver um órgão

responsável por determinada função orgânica (talvez mais de um, talvez nenhum se o fenômeno tiver sido mera fabricação da pesquisa realizada etc.).

Assim, mesmo do ponto de vista aparentemente mais modesto que aquele do correspondentista, podemos dizer que qualquer investigação, em geral, pelo menos de saída, pressupõe a existência de certas entidades, aquelas que procura, que descreve, cujas propriedades e relações com outras coisas estuda. Se isso vale sempre, vale também para a investigação do próprio correspondentista, quando ele elabora sua teoria da verdade como congruência, por exemplo, ou como correlação, como vimos no capítulo 1.

No primeiro caso, como vimos na teoria de Russell, pressupõe-se então, de um lado, um domínio de estados de coisas – o mundo – e, de outro, um domínio de proposições – a linguagem. No segundo caso, o de Austin, a pressuposição é que há dois domínios de convenções – descritivas e demonstrativas – e supõe-se que, em cada um deles, as convenções dão conta adequadamente das práticas linguísticas possíveis e daquelas que são reais. Ou seja, no que diz respeito à prática dos falantes de uma língua, pressupomos que todas aquelas convenções são adequadas, isto é, que elas dão conta do comportamento verbal genuíno ou eficiente de uma comunidade de falantes.

Assim, se no caso de Russell, poder-se-ia reivindicar que a teoria da correspondência como congruência é verdadeira – porque descreve adequadamente a relação entre o domínio das proposições e o domínio dos estados de coisas –, do mesmo modo, no caso de Austin, poder-se-ia dizer que a teoria da correspondência como correlação é verdadeira porque descreve adequadamente a relação entre aqueles domínios de convenções e, indiretamente, descreve adequadamente as práticas linguísticas das comunidades de falantes e, também indiretamente, a adequação dessa prática a estados de coisas. Neste caso, a teoria seria verdadeira no que diz respeito ao comportamento

verbal dos indivíduos – e o comportamento é um fato no mundo.

Em ambos os casos, seguindo aquele critério de compromisso ontológico ampliado e inspirado no critério mais estrito de Quine, podemos dizer que as teorias da correspondência pressupõem a existência de um mundo e que elas são capazes de relatar adequadamente pelo menos algumas de suas propriedades. A este respeito, o que podemos dizer de nossa abordagem em termos da pragmática da investigação e da noção de acordo que é por ela revelada? O acordo entre uma hipótese e uma base de dados não pressuporia que pelo menos a base de dados relate adequadamente o mundo ou uma parte dele?

3.8.2 A adequação da base de dados

Ao discutir a investigação científica, Popper foi um dos autores que se colocou esse problema.³¹ Ele pretendia criticar a ideia de Carnap e de outros positivistas lógicos a respeito da neutralidade da base empírica. Assim, Popper argumentou que uma base empírica é sempre constituída por uma espécie de acordo tácito, por convenções que gozam de relativa estabilidade. Sem uma base empírica composta de enunciados particulares que relatam as ocorrências contra as quais se testa uma teoria, não há falseamento possível.

E, se não é possível, segundo Popper, uma base empírica neutra, então a base empírica tem de ser fruto de convenções. Em suma, do ponto de vista de Popper, não se reivindica a verdade dos enunciados que constituem a base empírica, mas apenas o acordo dos cientistas em torno daquilo a que tais enunciados dizem respeito. Esse ponto foi visto com simpatia por Kuhn e por outros autores que pretendiam apresentar uma alternativa construtivista – e, em alguns casos, holista – em filosofia da ci-

³¹ Cf. POPPER, 1959, em sua discussão sobre o caráter convencional da base empírica.

ência. A mesma ideia é sustentada por Neurath e está também em Quine, a tese de que os enunciados observacionais são fruto da prática dos falantes de uma língua.³²

O mesmo vale, podemos dizer, no que diz respeito à noção de base de dados que é estabelecida no curso de uma investigação. Podemos dizer como ela relata o mundo tal como ele aparece a uma comunidade de investigadores, a partir do pano de fundo do qual eles partem e com os instrumentos metodológicos que eles têm a seu dispor. Assim, a rigor, o acordo que pode ser constatado é aquele entre uma hipótese e o que é o mundo para aquela investigação.

Não nos parece, portanto, que se possa ir muito além da posição construtivista e daquela defendida pelas teorias da verdade como coerência. Esse é, certamente, um resultado modesto demais – e questionável – aos olhos do correspondentista de tipo russelliano. Mas o ônus da prova de que há um mundo real do qual, pelo menos em parte, nosso conhecimento dá conta é do correspondentista que assume uma postura realista a este respeito. Isso não se aplicaria, a nosso ver, ao correspondentismo de tipo austiniano, uma vez que não é o caso, segundo essa posição, de assumir uma doutrina realista.

Em resumo, podemos dizer que não é o defensor de uma teoria da coerência ou aquele que assume a posição de meramente relatar a pragmática da investigação que deve mostrar que não há acordo com o mundo – no sentido dos correspondentistas realistas. São estes que precisariam mostrar que há tal acordo com o mundo real. É o compromisso positivo com uma metafísica que tem de ser provado e não a abstenção de compromisso. O critério de compromisso ontológico acima mencionado, a este respeito, só teria também um papel meramente interno.

³² Cf. DUTRA, 1998b, onde discutimos esse ponto a respeito das concepções de Popper e de Quine, diferenciando-as daquela relativa à pragmática da investigação.

Uma investigação, obviamente, pressupõe a existência de determinadas entidades a cujo respeito ela investiga, mas trata-se daquelas entidades que povoam o mundo estabelecido por aquela investigação.

O acordo com o mundo, no sentido realista, seria uma noção associada à abordagem em termos da pragmática da investigação se, segundo ela, pudéssemos falar de um mundo que transcende toda investigação. Como discutimos no capítulo 2 ao falarmos daqueles tipos de investigação que criam condições para a verificação de hipóteses universais, isso dependeria de uma investigação poderosa o suficiente para unificar todas as demais, poderosa o suficiente, portanto, para permitir distinguir definitivamente a ficção da realidade. Uma análise da pragmática da investigação não permite dizer que tal investigação não é possível. Mas ela também não pode permitir afirmar que ela é possível. A possibilidade de tal investigação totalizante é uma questão inteiramente empírica; isto é, ela será dita possível no momento em que um grupo de investigadores criarem as condições unificadoras – com método e linguagem suficientemente poderosos – para tornar realidade tal investigação.

Os projetos metafísicos tradicionais tiveram esse objetivo e visaram a uma teoria total do mundo, capaz de preceder todas as demais teorias e de ser para elas o pano de fundo necessário e suficiente para chegar à verdade. As teorias da verdade, como vimos, em alguns casos, acalentam também esse ideal. Entretanto, nenhum desses programas tem sido considerado vitorioso quanto a seus objetivos totalizantes em face do saber. Por isso, qualquer tipo de acordo de que possamos razoavelmente falar parece restringir-se às pretensões muito mais modestas de um relato sobre a pragmática da investigação, como fizemos acima. A verdade continua, mas em sua dimensão fundamentalmente pragmática e, neste sentido, ineliminável – como um instrumento da investigação.

Acreditamos que as observações dessas últimas seções nos dispensem de fazer uma conclusão formal a este capítulo – e também a este livro. Vale apenas mais uma vez enfatizarmos o papel essencial que a noção de verdade e as noções veritativas em geral (como verdade aproximada, adequação empírica, correção etc.) desempenham em toda investigação e, assim, seu carácter fundamental para o conhecimento humano. A tradição epistemológica, com certeza, captou isso e expressou na fórmula ‘crença verdadeira e justificada’. Cremos que os desenvolvimentos acima são capazes de mostrar que, do ponto de vista da pragmática da investigação e superando as limitações impostas pelas teorias tradicionais do conhecimento, podemos dar sentido a essa formulação – pragmaticamente.



Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. *The Complete Works of Aristotle*. The Revised Oxford Translation. Jonathan Barnes (org.). Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1995 [1984].

AUSTIN, John L. *Philosophical Papers*. Oxford: Oxford University Press, 1979 [1961].

AUSTIN, John L. *How to Do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press, 1980.

AYER, Alfred J. (org.). *Logical Positivism*. Nova York: Free Press, 1959.

BERNARD, Claude. *Rapport sur les progrès et la marche de la physiologie générale en France*. Paris: Imprimerie Impériale, 1867.

BERNARD, Claude. *La science expérimentale*. Paris: J.-B. Baillière & Fils, 1878.

BERNARD, Claude. *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*. Paris: Flammarion, 1984 [1986].

BLACK, Max. The Semantic Definition of Truth. *Analysis*, vol. 8, p. 49–63, 1948.

BOYD, Richard N. Realism, Underdetermination and a Causal Theory of Evidence. *Noûs*, vol. 7, p. 1–12, 1973.

BOYD, Richard N. Approximate Truth and Natural Necessity. *The Journal of Philosophy*, vol. 73, p. 633–5, 1976.

BOYD, Richard N. Scientific Realism and Naturalistic Epistemology. In ASQUITH, Paul; GIERE, Ronald (org.), *PSA 80*, vol. 2.

East Lansing, Mich.: Philosophy of Science Association, p. 613–62, 1981.

BOYD, Richard N. The Current Status of Scientific Realism. In LEPLIN, Jarret (org.), *Scientific Realism*. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, p. 41–82, 1984.

BOYD, Richard N. What Realism Implies and What It Does Not. *Dialectica*, vol. 43, p. 5–29, 1989.

BOYD, Richard N. Realism, Approximate Truth and Philosophical Method. In Savage, C. Wage (org.), *Scientific Theories*. Minnesota Studies in Philosophy of Science, vol. XIV. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 355–91, 1990.

CARNAP, Rudolf. *The Unity of Science*. Londres: Kegan Paul, 1934.

CARNAP, Rudolf. Testability and Meaning. *Philosophy of Science*, vol. 3, p. 420–68; vol. 4, p. 1–40, 1936–37.

CARNAP, Rudolf. The Methodological Character of Theoretical Concepts. In FEIGL, Herbert; SCRIVEN, Michael (org.), *The Foundations of Science and the Concepts of Psychology and Psychoanalysis*. Minnesota Studies in the Philosophy of Science, vol. I. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 38–76, 1956.

CARNAP, Rudolf. The Elimination of Metaphysics through Logical Analysis of Language. In AYER, Alfred J. (org.), *Logical Positivism*. Nova York: Free Press, p. 60–81, 1959.

CARNAP, Rudolf. *Logical Foundations of Probability*. Chicago: The University of Chicago Press. 1962.

CARNAP, Rudolf. *The Logical Structure of the World, e Pseudo-problems in Philosophy*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1969.

CARNAP, Rudolf. Psychology in the Language of Physics. In LYONS, William (org.), *Modern Philosophy of Mind*. Londres e Vermont: Everyman, p. 43–79, 1996 [1931].

CARNAP, Rudolf. *Meaning and Necessity*. Chigaco: The University of Chicago Press, 1988 [1956].

CHURCHLAND, Paul M.; HOOKER, Clifford A. (org.), *Images of Science*. Essays on Realism and Empiricism, with a Reply from Bas C. van Fraassen. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.

COHEN, Lawrence J. et al. (org.), *Logic, Methodology and Philosophy of Science*. Amsterdã: North Holland, 1979.

DAVIDSON, Donald. *Essays on Action and Events*. Oxford: Clarendon Press, 1980.

DAVIDSON, Donald. *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

DENNETT, Daniel C. *The Intentional Stance*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1996a [1987].

DENNETT, Daniel C. *Kinds of Minds*. Nova York: Basic Books, 1996b.

DESCARTES, René. *Oeuvres et Lettres*. Paris: Gallimard, 1953.

DEWEY, John. *Experience and Nature*. Chicago e La Salle, Ill.: Open Court, 1997 [1925].

DUTRA, Luiz H. de A. Van Fraassen e os limites da observabilidade. *Cadernos de história e filosofia da ciência*, série 3, vol. 3 (1/2), p. 133–50, 1993.

DUTRA, Luiz H. de A. Salvar a investigação. *Manuscrito*, vol. XX, n. 1, p. 39–67, 1997.

DUTRA, Luiz H. de A. *Introdução à teoria da ciência*. Florianópolis: Editora UFSC, 1998a.

DUTRA, Luiz H. de A. Naturalismo, falibilismo, ceticismo. *Discurso*, vol. 29, p. 15–56, 1998b.

DUTRA, Luiz H. de A. Normatividade e investigação. *Principia*, vol. 3, n.1, p. 7–55, 1999.

DUTRA, Luiz H. de A. *Epistemologia da aprendizagem*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000a.

DUTRA, Luiz H. de A. Quine on the Nature of Mind. From Behaviorism to Anomalous Monism. In DUTRA, Luiz H. de A.; MORTARI, César A. (org.), *Princípios*. Seu papel na filosofia e nas ciências. Florianópolis: NEL/UFSC, p. 279–312, 2000b.

DUTRA, Luiz H. de A. *A Epistemologia de Claude Bernard*. Campinas: CLE/Unicamp, 2001.

DUTRA, Luiz H. de A. *Filosofia da linguagem*. Introdução crítica à semântica filosófica. 2a. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2017.

DUTRA, Luiz H. de A. *Autômatos geniais*. A mente como sistema emergente e perspectivista. Brasília: Editora UnB, 2018a.

DUTRA, Luiz H. de A. *O campo da mente*. Introdução crítica à filosofia da mente. Florianópolis: Editora UFSC, 2018b.

DUTRA, Luiz H. de A. *Pragmática da investigação científica*. 2a. ed. Florianópolis: Edição do autor, 2020a.

DUTRA, Luiz H. de A. *Pragmática de modelos*. Natureza, estrutura e uso dos modelos científicos. 2a. ed. Florianópolis: Edição do autor, 2020b.

FEYERABEND, Paul. *Against Method*. Londres: N.L.B., 1970.

FIELD, Hartry. Tarski's Theory of Truth. *Journal of Philosophy*, vol. 69, p. 347–75, 1972.

GETTIER, Edmund L. Is Justified True Belief Knowledge? *Analysis*, vol. 23, p. 121–3, 1963.

GIBSON, Jr., Roger F. *The Philosophy of W. V. Quine*. An Expository Essay. Tampa, S. Petersburg e Sarasota: The University of South Florida Press, 1986.

GOLDMAN, Alvin I. A Causal Theory of Knowing. *Journal of Philosophy*, vol. 64, p. 357–72, 1967.

GOLDMAN, Alvin I. The Relation between Epistemology and Psychology. *Synthese*, vol. 64, p. 29–68, 1985.

GOLDMAN, Alvin I. *Epistemology and Cognition*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1986.

GOLDMAN, Alvin I. What is Justified Belief? In KORNBLITH, Hilary (org.), *Naturalizing Epistemology*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, p. 105–30, 1994.

GOODMAN, Nelson. *Fact, Fiction and Forecast*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1983.

GRAYLING, Antony C. *An Introduction to Philosophical Logic*. Londres: Duckworth, 1990.

HAACK, Susan. *Philosophy of Logics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

HAACK, Susan. *Evidence and Inquiry*. Oxford: Blackwell, 1995.

HACKING, Ian. *Representing and Intervening*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HOLMES, Frederic L. *Claude Bernard and Animal Chemistry. The Emergence of a Scientist*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1974.

HUME, David. *An Enquiry concerning Human Understanding*. Oxford: Clarendon Press, 1996 [1777].

KIRKHAM, Richard L. *Theories of Truth*. A Critical Introduction. Cambridge, Mass., e Londres: The MIT Press, 1995.

KORNBLITH, Hilary (org.). *Naturalizing Epistemology*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1994.

KOSTIOUK, Vladimir N. Possible Worlds and the Ontology of a Scientific Theory. In COHEN, Lawrence J. et al. (org.), *Logic, Methodology and Philosophy of Science*. Amsterdã: North Holland, p. 355–62, 1979.

KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.

LACEY, Hugh M. *Psicologia experimental e natureza humana*. Ensaios de filosofia da psicologia. Florianópolis: NEL/UFSC, 2001.

LEPLIN, Jarret (org.). *Scientific Realism*. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 1984.

LYONS, William (org.). *Modern Philosophy of Mind*. Londres e Vermont: Everyman, 1969.

MILLER, David W. Popper's Qualitative Theory of Verissimilitude. *British Journal for the Philosophy of Science*, vol. 25, p. 166–177, 1974.

MOSTELLER, Timothy M. *Theories of Truth*. An Introduction. Londres e Nova York: Bloomsbury Academic, 2014.

NEURATH, Otto. Protocol Sentences. In AYER, Alfred J. (org.), *Logical Positivism*. Nova York: Free Press, p. 199–208, 1959a.

NEURATH, Otto. Sociology and Physicalism. In AYER, Alfred J. (org.), *Logical Positivism*. Nova York: Free Press, p. 282–317, 1959b.

NEWTON-SMITH, William R. *The Rationality of Science*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1981.

POPPER, Karl R. *Logic of Scientific Discovery*. Londres: Hutchinson, 1959.

POPPER, Karl R. *Conjectures and Refutations*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1960.

POPPER, Karl R. *Objective Knowledge*. An Evolutionary Approach. Oxford: Oxford University Press, 1972.

QUINE, Willard v. O. *Word and Object*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1960.

QUINE, Willard v. O. *Ontological Relativity and Other Essays*. Nova York: Columbia University Press, 1969.

QUINE, Willard v. O. *The Roots of Reference*. La Salle, Ill.: Open Court, 1973.

QUINE, Willard v. O. *The Ways of Paradox and Other Essays*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1976 [1966].

QUINE, Willard v. O. *From a Logical Point of View*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1980 [1953].

QUINE, Willard v. O. *Theories and Things*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1981.

QUINE, Willard v. O. *Philosophy of Logic*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1986 [1970].

QUINE, Willard v. O. *Pursuit of Truth*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1993 [1990].

QUINE, Willard v. O. *From Stimulus to Science*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

RAMSEY, Frank P. Facts and Propositions. *The Foundations of Mathematics*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1931 [1927].

REICHENBACH, Hans. *Experience and Prediction*. Chicago: The University of Chicago Press, 1938.

RESCHER, Nicholas. *The Coherence Theory of Truth*. Oxford: Oxford University Press, 1973.

RUSSELL, Bertrand. *The Problems of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1980 [1912].

RUSSELL, Bertrand. The Philosophy of Logical Atomism. *Logic and Knowledge*. Londres: Routledge. (Reimpresso separadamente em 1996, La Salle, Ill.: Open Court), 1992 [1953/1918].

RYLE, Gilbert. *The Concept of Mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984 [1949].

SKINNER, Burrhus F. *Science and Human Behavior*. Nova York: Free Press. 1953.

SKINNER, Burrhus F. *Verbal Behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1957.

SKINNER, Burrhus F. *Contingencies of Reinforcement*. A Theoretical Analysis. New Jersey: Prentice-Hall, 1969.

SKINNER, Burrhus F. *About Behaviorism*. Nova York: Vintage Books, 1974.

SKINNER, Burrhus F. *Cumulative Record*. (Edição definitiva.) Ac-
ton, Mass.: Copley, 1999 [1959].

SMART, John J. C. Difficulties for Realism in the Philosophy of Science. In COHEN, Lawrence J. et al. (org.), *Logic, Methodology and Philosophy of Science*. Amsterdã: North Holland, p. 363–75, 1979.

SUPPE, Frederick. *The Structure of Scientific Theories*. Urbana, Ill.: University of Illinois Press, 1974.

TARSKI, Alfred. Truth and Proof. *Scientific America*, n. 220 (junho), p. 63–77, 1969.

TARSKI, Alfred. The Semantic Conception of Truth. *Semantics and the Philosophy of Language*. (L. Linsky, org.) Urbana, Chicago, Londres: University of Illinois Press. (Publicado originalmente em *Philosophy and Phenomenological Research* 4.) p. 341–76, 1970 [1944].

TARSKI, Alfred. The Concept of Truth in Formalized Languages. *Logic, Semantics, Metamathematics*. Indianapolis: Hackett, 1983a.

TARSKI, Alfred. The Establishment of Scientific Semantics. *Logic, Semantics, Metamathematics*. Indianapolis: Hackett, 1983b.

TARSKI, Alfred; VAUGHT, Robert L. Arithmetical Extensions of Relational Systems. *Compositio Mathematica*, vol. 13, p. 81–102, 1957.

VAN FRAASSEN, Bas C. On the Radical Incompleteness of the Manifest Image. In SUPPE, Frederick; ASQUITH, Paul (org.), *PSA 1976*. East Lansing, Mich.: Philosophy of Science Association: p. 335–43, 1977.

VAN FRAASSEN, Bas C. *The Scientific Image*. Oxford: Clarendon Press, 1980.

VAN FRAASSEN, Bas C. Empiricism in Philosophy of Science. In CHURCHLAND, Paul M.; HOOKER, Clifford A. (org.), *Images of*

Science. Essays on Realism and Empiricism, with a Reply from Bas C. van Fraassen. Chicago: The University of Chicago Press, p. 245–308, 1985.

VAN FRAASSEN, Bas C. *Laws and Symmetry*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

WESTON, Thomas S. Approximate Truth and Scientific Realism. *Philosophy of Science*, vol. 59, p. 53–74, 1992.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: EDUSP, 1993 [1922].



Sobre este livro

Formato 14/21 cm

Fonte Optima 11/10

230 páginas



Sobre o autor

Luiz Henrique de Araújo Dutra é professor titular aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisador do CNPq e professor permanente do programa de pós-graduação em filosofia da mesma universidade e da Universidade de Brasília. Tem doze livros publicados e dezenas de artigos e capítulos de livros. Seus principais interesses são filosofia da ciência, filosofia da mente e ontologia.

Do mesmo autor

Realidade e conhecimento social

Aspectos epistemológicos e ontológicos das ciências humanas
(Editora UFSC, no prelo)

Pragmática de modelos

Natureza, estrutura e uso dos modelos científicos
(2a. ed., LHAD, 2020)

Pragmática da investigação científica

(2a. ed., LHAD, 2020)

Oposições filosóficas

A epistemologia e suas polêmicas
(2a. ed., NEL/UFSC, 2019)

O campo da mente

Introdução crítica à filosofia da mente
(Editora UFSC, 2018)

Autômatos geniais

A mente como sistema emergente e perspectivista
(Editora UnB, 2018)

E mais seis livros, assim como capítulos de livros e artigos em:
www.lhdutra.cfh.ufsc.br

